

ALIMENTO E TERRITÓRIO

Bases Teóricas e Metodológicas

DIOMAR AUGUSTO DE QUADROS
SERINEI CÉSAR GRÍGOLO
(ORGANIZADORES)



EDITORA
ILUSTRAÇÃO

DIOMAR AUGUSTO DE QUADROS
SERINEI CÉSAR GRÍGOLO
(ORGANIZADORES)

ALIMENTO E TERRITÓRIO

BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Editora Ilustração
Santo Ângelo – Brasil
2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>

Prefácio

Nilceu Jacob Deitos

Arte da capa

Adilson Francelino Alves

Financiamento



CATALOGAÇÃO NA FONTE

A411 Alimento e território : bases teóricas e metodológicas /
organizadores: Diomar Augusto de Quadros, Serinei César
Grígolo. – Santo Ângelo : Ilustração, 2025.
202 p.

ISBN 978-65-6135-197-3

DOI 10.46550/978-65-6135-196-6

1. Cultura alimentar. 2. Desenvolvimento territorial. 3.
Agroindústria familiar. I. Quadros, Diomar Augusto de (org.). II.
Grígolo, Serinei César (org.)

CDU: 338.43

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720

Realização



E-mail: eilustracao@gmail.com
www.editorailustracao.com.br

Conselho Editorial



Dra. Adriana Maria Andreis	UFFS, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Adriana Mattar Maamari	UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil
Dra. Berenice Beatriz Rossner Whatuba	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Clemente Herrero Fabregat	UAM, Madri, Espanha
Dr. Daniel Vindas Sánchez	UNA, San Jose, Costa Rica
Dra. Denise Tatiane Girardon dos Santos	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Domingos Benedetti Rodrigues	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Edeimar Rotta	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Edivaldo José Bortoleto	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Evaldo Becker	UFS, São Cristóvão, SE, Brasil
Dr. Glaucio Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dr. Héctor V. Castanheda Midence	USAC, Guatemala
Dr. José Pedro Boufleuer	UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil
Dra. Keiciane C. Drehmer-Marques	UFSC, Florianópolis, RS, Brasil
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira	UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Dra. Neusa Maria John Scheid	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Odete Maria de Oliveira	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Roque Ismael da Costa Güllich	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dra. Salete Oro Boff	ATITUS, Passo Fundo, RS, Brasil
Dr. Tiago Anderson Brutti	UNIOESTE, Toledo, PR, Brasil
Dr. Vantoir Roberto Brancher	IFFAR, Santa Maria, RS, Brasil

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	11
Nilceu Jacob Deitos	
APRESENTAÇÃO	15
Diomar Augusto de Quadros	
Serinei César Grigolo	
Capítulo 1 - ALIMENTO E TERRITÓRIO	23
Marcos Aurelio Saquet	
Valdir Frigo Denardin	
Serinei César Grigolo	
Antonio Marcio Haliski	
Capítulo 2 - A PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	39
Valdir Frigo Denardin	
Evandro Cardoso do Nascimento	
Jéssica Puhl Croda	
Camila Arielle Bufato Moreira	
Capítulo 3 - PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPATIVA E MÉTODO DIALÉTICO: PENSANDO A PRÁXIS, PRATICANDO O MÉTODO.....	63
César Andrés Alzate Hoyos	
Melissa Salinas Ruiz	
Capítulo 4 - ENTRE O PATRIMÔNIO TERRITORIAL E A CULTURA ALIMENTAR: O VALOR DOS SABERES TRADICIONAIS FRENTE À HOMOGENEIZAÇÃO GLOBAL	81
Camila Arielle Bufato Moreira	
Evandro Cardoso do Nascimento	
Thomaz Boschetto Matoso	
Diomar Augusto de Quadros	

Capítulo 5 - RECURSOS E ATIVOS TERRITORIAIS PARA O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL..... 95

Jéssica Puhl Croda
Cintia Virginia de Campos
Valdir Frigo Denardin

Capítulo 6 - CONSERVAÇÃO E USO TERRITORIAL DOS
RECURSOS GENÉTICOS PARA A ALIMENTAÇÃO 115

Serinei César Grígolo
Joel Donazzolo
Marcel Chukewiski Jamil
Aline Lima Gomes
Cristiane Maria Tonetto Godoy

Capítulo 7 - AGROECOLOGIA E TRANSIÇÃO
AGROECOLÓGICA 131

Marcel Chukewiski Jamil
Antonio Marcio Haliski
Joel Donazzolo
Paulo Rogério Lopes

Capítulo 8 - TRANSFERÊNCIA DE VALOR EM PROCESSOS
DE REESCALONAMENTO: REPERCUSSÕES DO SISTEMA
AGROALIMENTAR GLOBAL NA AGRICULTURA FAMILIAR.. 153

César Andrés Alzate Hoyos
Marcos Saquet

Capítulo 9 - AGROINDÚSTRIA FAMILIAR FORTALECENDO
TERRITÓRIOS 177

Jean Filipe Favaro
Cristiane Maria Tonetto Godoy
Diomar Augusto de Quadros

ÍNDICE REMISSIVO 193

SOBRE OS AUTORES 197

PREFÁCIO

Uma ciência inclusiva

Ao deparar-se com artigos que refletem uma ciência engaja, produzida com o cuidado, a seriedade acadêmica e o bem fazer de todos os sujeitos envolvidos é motivo de congratulação com os autores. Os conceitos de território e as abordagens feitas sobre os alimentos se configuram como uma excelente aprendizagem e motivação de análises críticas.

São artigos que apontam para uma importante dimensão que está sendo construída com o envolvimento de pesquisadores que buscam a interação do conhecimento acadêmico com os múltiplos saberes dos sujeitos populares dos territórios.

Ao abordar a **agroindústria familiar no fortalecimento dos territórios**, mais do que alimentos, o que é fundamental, tal fortalecimento também envolve a produção de identidades, imaterialidades, economias, inovações e sustentabilidade. Há um valor não monetário que os produtos das agroindústrias familiares apresentam que são “as historicidades locais, continuidades de memórias, saberes coletivos, cultura e outros elementos relativos ao território”.

A mesma dimensão valorativa está presente na reflexão **entre o patrimônio territorial e a cultura alimentar**, onde é construída uma pertinente reflexão entre saberes tradicionais diante da homogeneização global. Num prato de comida, para além dos alimentos, ali estão as identidades culturais dos grupos sociais. Sendo que a cultura alimentar está vinculada ao patrimônio territorial. O artigo observa o quanto que o desenvolvimento regional está atrelado à valorização das “potencialidades culturais, socioeconômicas e ambientais de cada território”. Ao mesmo tempo constrói uma crítica pertinente em que o mundo globalizado coloca toda essa riqueza sob risco. A postura de respeito diante das culturas alimentares é a potencialização em minimizar a padronização dos hábitos alimentares que o mercado global constrói.

A construção teórica é bem embasada no artigo que analisa as **repercussões do sistema agroalimentar global na agricultura familiar, a partir do estudo da transferência de valor em processos de reescalonamento**. O aprendizado remete a pensar o quanto que os

encadeamentos de dependência atingem a agricultura familiar e possibilitam uma insegurança alimentar entre outros efeitos. A produção de alimentos baseada numa ação extrativista-colonial é a negação da existência de outros mundos possíveis em que a inclusão se faz presente.

O arranjo de pesquisa e inovação que vem sendo realizado com uma metodologia de pesquisa-ação-participativa nos projetos de **alimento e território** é uma demonstração clara da construção de soluções para o (des)envolvimento sustentável demonstrando uma ação integrada de diferentes “sujeitos, saberes e fazeres, acadêmicos e populares”.

Ao apontar **recursos e ativos territoriais para o desenvolvimento territorial sustentável**, o texto remete a uma reflexão do quanto que a valorização dos produtos e serviços dos territórios são fundamentais para o desenvolvimento local. Sendo que o uso da natureza necessita de três premissas basilares: “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente viável no tempo”.

O método de pesquisa social: **a pesquisa-ação participativa em apoio ao desenvolvimento territorial rural** apresenta uma abordagem da construção de conhecimentos inclusivos de saberes científicos e empíricos focados numa ação transformadora. As estratégias possíveis de desenvolvimento territorial rural não podem prescindir do potencial dos saberes locais. Os rumos do desenvolvimento e do território precisam ser assumidos pelos atores locais. É enaltecedor o papel desenvolvido pelo Napi Alimento e Território o qual tem mobilizado atores locais na superação de desafios, atuando coletivamente onde o protagonismo são dos atores locais e a mediação cabe aos pesquisadores envolvidos.

O artigo que estuda a agrobiodiversidade da alimentação e da agricultura aponta para os riscos que a agricultura assim chamada “moderna” impõem. **A conservação e uso territorial dos recursos genéticos para a alimentação** urgem por efetivas estratégias de conservação e a utilização sustentável dos recursos genéticos. A pesquisa científica tem esse compromisso de desvendar e compartilhar avanços em possíveis futuros mais resilientes, diversificados e vinculados às identidades territoriais. O texto prima pela valorização da diversidade que deve ser uma “escolha ética e política em prol da justiça social e da sustentabilidade das próximas gerações”.

A utilização de uma metodologia apropriada que demonstra **a pesquisa-ação-participativa e o método dialético: pensando a práxis, praticando o método** se configura na missão de transformação social.

Trata-se de uma metodologia que conecta o compromisso sociopolítico com a construção de conhecimentos em que os “sujeitos envolvidos são incluídos como portadores de saberes”. A pesquisa-ação-participativa tem como centralidade a viabilização de uma práxis nas resoluções de problemas cotidianos dos atores envolvidos.

A transição da agricultura convencional para uma agricultura sustentável é uma abordagem que envolve a **agroecologia e transição agroecológica**. As reflexões apontam para a valorização dos saberes populares articulados com os conhecimentos científicos, buscando o cuidado da biodiversidade, a promoção da justiça social e a construção da soberania alimentar. A agroecologia, como bem destacam os autores, inspira um sistema alimentar vinculado aos princípios da equidade, circularidade e regeneração ecológica. A crítica aponta para disseminação intensa de agrotóxicos que atende um mercado desconectado e descomprometido com os males provocados na sociedade e no meio ambiente.

É uma obra que nos faz pensar, e esse é o convite para quem dela tiver o privilégio da leitura.

Nilceu Jacob Deitos

APRESENTAÇÃO

Alimento e Território são temas inspiradores que foram escolhidos para dar nome a um projeto interinstitucional denominado de “NAPI Alimento e Território”. O Programa de Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPI) do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Paraná é um instrumento de política pública que produz conhecimento de forma colaborativa entre pesquisadores e tem como proposta a mobilização e integração entre território e ativos públicos e privados, uma estratégia de financiamento das pesquisas do Estado do Paraná, por meio da Fundação Araucária.

Participam do NAPI Alimento e Território equipes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Francisco Beltrão – UNIOESTE; Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral – UFPR Litoral, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, campus Dois Vizinhos e o Instituto Federal do Paraná, campus Paranaguá – IFPR e os Programas de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE – Foz do Iguaçu), em Desenvolvimento Territorial Sustentável (UFPR Litoral), em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), em Agroecossistemas (UTFPR – Dois Vizinhos) e PPG Ciência, Tecnologia e Sociedade (IFPR – Paranaguá).

Neste texto, apresentamos os fundamentos teóricos e metodológicos que orientam as equipes na execução dos objetivos em diferentes territórios e instituições.

As bases teóricas e metodológicas que sustentam este projeto influenciaram inúmeros pesquisadores pelo mundo e deram origem a inúmeros outros projetos. São elas: pesquisa-ação; pesquisa participante; território; patrimônio territorial, segurança alimentar e a agroecologia. Os conceitos associados são utilizados para mobilizar recursos e instituições para produzir alimento em grupos sociais específicos dos territórios, como agroindústrias, cozinhas comunitárias e agricultores familiares que produzem para ofertar para a alimentação escolar e feiras.

Este livro mostra como a pesquisa ação participante mobiliza atores em torno dos recursos territoriais tangíveis e intangíveis. Os fundamentos teóricos são ferramentas para compreender e não fórmulas mágicas. Eles ajudam a identificar necessidades e utilizar os recursos territoriais disponíveis. Para que a comunidade e grupos organizados liderem

mudanças, é essencial que o método permita uma compreensão profunda da realidade, mobilizando-os para transformá-la em seus contextos.

O Livro “Alimento e Território: bases teóricas e metodológicas” está organizado em nove capítulos. O capítulo 1 “ALIMENTO E TERRITÓRIO”, de autoria de Marcos Aurelio Saquet, Valdir Frigo Denardin, Serinei César Grigolo e Antonio Marcio Haliski, apresenta o NAPI Alimento e Território e como ele articula universidades, comunidades rurais e urbanas do litoral e sudoeste do Paraná para promover o desenvolvimento territorial sustentável por meio da produção agroecológica de alimentos. Baseado na pesquisa-ação, valoriza saberes tradicionais, agrobiodiversidade e sistemas agroalimentares territorializados, integrando ações de formação, pesquisa e extensão. Busca consolidar redes locais de produção e consumo, especialmente as curtas, fortalecer a autonomia dos agricultores e fomentar políticas públicas inclusivas.

No Capítulo 2 “A PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL”, Valdir Frigo Denardin, Evandro Cardoso do Nascimento, Jéssica Puhl Croda e Camila Arielle Bufato Moreira analisam como a Pesquisa-Ação Participativa contribui para o desenvolvimento territorial rural, promovendo o protagonismo dos atores sociais. Com base em uma revisão sistemática e nos projetos Farinheiras do Litoral e NAPI Alimento e Território, evidencia o envolvimento direto das comunidades na identificação de problemas, no planejamento coletivo de ações e na avaliação dos resultados. Essa abordagem revela o potencial transformador do método, ao valorizar os saberes locais e fortalecer os coletivos.

César Andrés Alzate Hoyos e Melissa Salinas Ruiz são o autor e a autora do terceiro capítulo intitulado “PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPATIVA E MÉTODO DIALÉTICO: PENSANDO A PRÁXIS, PRATICANDO O MÉTODO” traz um bom exercício que articula a pesquisa-ação-participante com o método dialético. Isso é possível graças a sua divisão em três momentos e mediante três chaves de leituras: marcos categoriais adaptados à realidade; práxis não apriorística e a dialética do tempo cotidiano - tempo histórico. Ao proporem pesquisas “desde” e não “sobre”, há uma relação espaço-temporal que caracteriza o lócus indivisível da produção social da práxis; o tempo, nesta afirmação, é o coração da dialética entre o tempo histórico e o tempo cotidiano, sendo que a vida cotidiana é entendida como o plano privilegiado da manifestação dos fenômenos.

O quarto texto “ENTRE O PATRIMÔNIO TERRITORIAL E A CULTURA ALIMENTAR: O VALOR DOS SABERES TRADICIONAIS FRENTE À HOMOGENEIZAÇÃO GLOBAL” foi escrito por Camila Arielle Bufato Moreira, Evandro Cardoso do Nascimento, Thomaz Boschetto Matoso e Diomar Augusto de Quadros e aborda o tema da cultura alimentar como patrimônio territorial. O manuscrito convida ao(à) leitor(a) a uma profunda reflexão sobre a crescente padronização dos alimentos e das práticas alimentares, processo que não só invisibiliza a diversidade dos valores culturais, históricos e ecossistêmicos, como também suprime a complexidade do território como uma construção sociocultural em constante ressignificação histórica. O capítulo explora as dinâmicas que conectam a cultura alimentar ao patrimônio territorial e aborda o conceito de patrimônio territorial e seus pilares, bem como a cultura alimentar como um elemento do patrimônio territorial, os(as) autores(as) frisam a imprescindível importância de entender a cultura alimentar como parte constitutiva do patrimônio territorial, em que, desde a produção de alimentos, até seu preparo e consumo, emerge um conjunto de elementos materiais e imateriais que atuam como mecanismo de resistência e salvaguarda de um bem comum que entende a cultura alimentar enquanto patrimônio. Por fim, destacam que a cultura alimentar como patrimônio territorial exige uma abordagem integrada, que considere sua materialidade, imaterialidade, dinamicidade e potência de resistência frente a homogeneização cultural. Deste modo, a cultura alimentar do brasileiro, é um patrimônio imaterial nacional, que desempenha um papel fundamental tanto na identidade quanto no reconhecimento e resgate dos valores ecológicos, sociais e econômicos das comunidades, basilares na permanência das comunidades nos territórios, sua memória e pluralidade.

Dando sequência temo o capítulo 5 “RECURSOS E ATIVOS TERRITORIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL” escrito por Jéssica Puhl Croda, Cintia Virginia de Campos e Valdir Frigo Denardin e apresenta os recursos e ativos territoriais, junto às estratégias de sua mobilização pelos atores locais, como eixos que orientam o Desenvolvimento Territorial Sustentável. O texto analisa como a valorização dos recursos e ativos territoriais específicos mobilizados pelos atores locais, constitui um mecanismo para promover o desenvolvimento territorial sustentável, apostando na especificação e valorização de produtos e serviços do território, parte do princípio de que os recursos são “os fatores a revelar” e os ativos são os “fatores em atividade” para propor a valorização dos recursos com identidade territorial e a sua manutenção nos mercados

locais e regionais. Depois de conceituar Desenvolvimento Territorial Sustentável, diferenciando-o da noção de crescimento econômico e dialogando com conceitos como ecodesenvolvimento e território, os(as) autores(as) apresentam a valorização dos recursos e ativos específicos como uma alternativa de Desenvolvimento Territorial Sustentável, essa ativação, segundo os(as) autores(as), é resultante de uma ação coletiva de um conjunto de atores ancorados territorialmente e pode adotar duas estratégias: a Indicação Geográfica e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Logo, é essencial investir na especificação dos recursos territoriais como estratégia para sua ativação, de modo a potencializar a organização social coletiva, estimular a geração de renda, promover o reconhecimento das identidades culturais e territoriais e assegurar práticas alinhadas à preservação ambiental.

No capítulo 6 “CONSERVAÇÃO E USO TERRITORIAL DOS RECURSOS GENÉTICOS PARA A ALIMENTAÇÃO”, Serinei César Grígolo, Joel Donazzolo, Marcel Chukewiski Jamil, Aline Lima Gomes e Cristiane Maria Tonetto Godoy abordam a agrosociobiodiversidade como um ativo territorial, isto é, reconhece que a conservação da agrobiodiversidade exige um conjunto de práticas de conservação, tanto sistemáticas e centralizadas, como as que são desenvolvidas por coletivos de agricultores ou por instituições de pesquisa e, assistemáticas e descentralizadas, quando em seu uso nas práticas cotidianas das pessoas. Este conjunto de ações participativas de ensino, pesquisa e extensão, são apresentadas dentro de um modelo teórico-metodológico que busca a conservação da agrobiodiversidade e disponibilização de recursos genéticos num ciclo misto (in situ e ex situ) de resgate, conservação, cultivo, estudo, multiplicação e disponibilização desse material fitogenético, que não só é essencial para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), mas também se torna primordial na valorização como patrimônio genético e dos saberes tradicionais associados, portanto, central na soberania alimentar das comunidade e dos povos. O texto contém uma perspectiva que enfatiza desde a realidade concreta dos agricultores guardiões de saberes ancestrais, tradicionais e populares concernentes aos recursos genéticos vegetais, em diálogo com dimensões técnicas, institucionais, acadêmicas, de infraestrutura, políticas públicas nacionais, tratados internacionais, questões nacionais e globais emergentes tais como a questão da fome e insegurança alimentar e nutricional, erosão genética, hegemonia do agronegócio e a crise ambiental. O texto e seus elementos, ao estar situado numa complexidade multidimensional, que reverbera no conceito de

agrosociobiodiversidade, expressando que transcende questões puramente técnicas e acadêmicas, e possui um compromisso com a participação e engajamento das comunidades e suas pessoas integrantes nas estratégias de conservação e uso dos recursos junto à academia, com fatores locais e globais que se retroalimentam, o estudo apresentado é potente para ser articulado e visibilizado no âmbito das pesquisas que se agregam na categoria de desenvolvimento territorial sustentável.

Dando sequência, no capítulo 7 “AGROECOLOGIA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA” de autoria de Marcel Chukewiski Jamil, Antonio Marcio Haliski, Joel Donazzolo e Paulo Rogério Lopes é abordado a necessidade de alternativas a esse modelo de agricultura, tendo na Agroecologia e seus princípios a base para uma agricultura mais sustentável. O texto em diferentes momentos tece um contraste e críticas à lógica do agronegócio e seus impactos sobre as dimensões ambientais e da saúde da população com o uso dos agroquímicos, ressaltando a urgência da troca de paradigmas associada ao uso da terra e produção de alimentos, apresentando a agroecologia como uma potência para superar os desequilíbrios e injustiças culminados pela hegemonia do agronegócio no planeta. Nesse sentido, a agroecologia emerge articulada num movimento contra-hegemônico global, que visa pensar coletivamente e a negação do individualismo na relação humano-natureza. A agroecologia é destacada como um movimento contestatório de acordo com as singularidades de cada país, povo e território, que pode ser potente para resgatar e valorizar saberes tradicionais e ancestrais de camponeses, quilombolas, indígenas e outras populações, cujos elementos culturais, simbólicos, religiosos, técnicos, podem estar imbricados junto às suas práticas agroecológicas. No campo acadêmico a agroecologia emerge no sentido do diálogo de saberes, com perspectivas ontológicas e epistêmicas holísticas e contra-hegemônicas, já no campo político ela exerce uma função crítica à bancada ruralista e para a formulação e concretização de políticas públicas que visam a sustentabilidade. Na conjuntura de crise ambiental, mudanças climáticas e desigualdades o artigo aponta que a transição agroecológica é uma necessidade para superar a atual estrutura opressora do agronegócio capitalista.

O capítulo 8 “TRANSFERÊNCIA DE VALOR EM PROCESSOS DE REESCALONAMENTO: REPERCUSSÕES DO SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBAL NA AGRICULTURA FAMILIAR” aborda o Sistema Agroalimentar Global e o impacto na agricultura familiar. Os autores César Andrés Alzate Hoyos e Marcos Aurelio Saquet

apresentam de maneira clara e fundamentada sua leitura relacional do Padrão de Reprodução do Capital (PRC) e do Sistema Agroalimentar Global (SAG), adotando a perspectiva dialética para melhor compreender os processos de expropriação e seu papel no panorama global, no qual se vislumbra a subordinação da América Latina. Com especial atenção à região Sudoeste do Paraná, os(as) autores(as) discorrem acerca de como o avanço do agronegócio impacta negativamente a agricultura familiar.

E compondo o último capítulo do livro temos “AGROINDÚSTRIA FAMILIAR FORTALECENDO TERRITÓRIOS” onde Jean Filipe Favaro, Cristiane Maria Tonetto Godoy e Diomar Augusto de Quadros apresentam a importância das agroindústrias familiares na produção de identidades, imaterialidades, dinâmicas econômicas, inovações e práticas sustentáveis, contribuindo de forma decisiva para o fortalecimento dos territórios. Favaro, Godoy e Quadros contextualizam a crescente valorização de alimentos com identidade territorial diante das crises alimentares e da desconfiança em relação aos produtos do sistema agroalimentar corporativo. A busca por alimentos enraizados no território, sustentáveis, artesanais, orgânicos e agroecológicos, revela uma dimensão cultural e simbólica cada vez mais reconhecida. O capítulo também discute o conceito de agricultura familiar, sua articulação entre trabalho, propriedade e vínculos familiares, e suas múltiplas expressões, que preserva tradições, reciprocidade e modos de vida distintos da lógica capitalista, desafiando classificações simplistas e exigindo políticas públicas específicas, conforme previsto na Lei nº 11.326/2006. As agroindústrias familiares são apresentadas como estratégias para diversificação produtiva, agregação de valor e fortalecimento da agricultura familiar visando o desenvolvimento rural sustentável. Mesmo enfrentando entraves como informalidade, exigências sanitárias e dificuldades de acesso ao mercado, essas iniciativas reforçam vínculos socioculturais, relações de confiança entre produtores e consumidores e dinamizam as economias locais. Exemplos como a farinha de mandioca do litoral paranaense e o queijo serrano gaúcho ilustram essa valorização territorial. Por fim, destacam o papel dessas práticas na emancipação de grupos historicamente invisibilizados, que conquistam autonomia e protagonismo, desafiando as estruturas da colonial/modernidade e propondo alternativas mais enraizadas, sustentáveis e valorizando os saberes-fazeres locais. Os autores/as reforçam que as agroindústrias familiares emergem como estratégias de diversificação e diferenciação dos produtos da agricultura familiar, agregando valor aos seus produtos imbricados com historicidades locais. Por fim, ressaltam a

importância das associações para enfrentar os desafios do mercado externo e suas exigências normativas.

Diomar Augusto de Quadros
Serinei César Grigolo
(Os organizadores)

ALIMENTO E TERRITÓRIO

Marcos Aurelio Saquet

Valdir Frigo Denardin

Serinei César Grigolo

Antonio Marcio Haliski

DOI: 10.46550/978-65-6135-196-6.23-38

Introdução

Os Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPIs) são uma política da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, regulamentada a partir de julho de 2023, com o objetivo de reunir pesquisadores/as, estudantes, empresas e organizações da sociedade civil, para atender demandas da sociedade paranaense. Os NAPIs são estaduais e regionais, considerando os diferentes ecossistemas do Paraná e, assim, o NAPI Alimento e Território, em virtude das suas singularidades – descritas a seguir -, está ancorado no litoral e no sudoeste deste estado.

O objetivo deste texto é apresentar o NAPI - Alimento e Território, que nasce de uma articulação interinstitucional entre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e Instituto Federal do Paraná (IFPR), a partir da expertise de seus proponentes em atividades de pesquisa-ação realizadas no(a):

- a. âmbito do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) – UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão, desde março de 2022, trabalhado com camponeses de distintos municípios do Sudoeste do Paraná e com moradores da periferia urbana de Francisco Beltrão. Os principais projetos de pesquisa-ação que realizamos e serviram de base para o atual projeto, são os seguintes: i) “Projeto Vida na Roça” (1996-1998); ii) “Projeto Vida no Bairro” (2002-2006); iii) “Agricultura familiar agroecológica nos municípios de Verê, Itapejara d’Oeste e Salto do Lontra (Sudoeste do Paraná), como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial” (2009-2013), este último

com financiamento do Programa Universidade Sem Fronteiras (SETI/PR) e da Fundação Araucária (Edital 24/2012: Programa Universal/Pesquisa Básica e Aplicada);

- b. projeto de pesquisa-ação Farinheiras Comunitárias no Litoral do Paraná – UFPR Litoral, entre 2007 a 2015, com ações em três farinheiras comunitárias, localizadas na comunidade do Açungui e comunidade da Potinga (Guaraqueçaba/PR) e comunidade do Riozinho (Guaratuba/PR), com vistas a retomar e reorganizar as associações para a reestruturação e recuperação física das farinheiras, com ações em cinco eixos: gestão e organização, recuperação física da infraestrutura, agroindustrialização, produção e gestão de resíduos agroecológicos, e comercialização (Denardin; Sulzbach, 2011). O Projeto Farinheiras no litoral contou com financiamento do Programa Universidade Sem Fronteiras (SETI/PR), da Fundação Araucária – Programa de Extensão Tecnológica – Fases I e II, do Programa de Extensão Universitária - PROEXT/MEC e, também, recebeu aportes financeiros, enquanto projeto premiado na 13ª edição do Prêmio Santander – Universidade Solidária, do banco Santander;
- c. trajetória institucional marcada pela criação do Grupo de Pesquisa em Agroecologia e Agricultura Familiar no campus da UTFPR em Dois Vizinhos. Ao longo dos anos, desenvolvemos diversos projetos de pesquisa-ação nos municípios do Sudoeste do Paraná. Entre os principais projetos que servem como base para esta iniciativa, destaca-se a implantação de uma agrofloresta na UTFPR-DV em 2010, contando com a participação do agricultor suíço Ernst Götsch, renomado por seu método de ensino sobre a regeneração da água e a produção de alimentos por meio de sistemas agroflorestais. Essa ação foi viabilizada pelo Edital 058 CNPq – 2010, em apoio ao projeto da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR, que promoveu a implantação de 40 agroflorestas de 0,5 hectares no sudoeste do Paraná, garantindo também o financiamento de duas bolsas de apoio técnico. Ainda em 2009, obtivemos a aprovação de outro projeto pelo CNPq, dedicado à sistematização de Experiências Inovadoras de Extensão Rural, por meio do Edital 033 CNPq - 2009. Ambos os projetos evidenciam a estreita colaboração com organizações da Agricultura Familiar e as temáticas em que

são protagonistas e a criação do NEA-UTFPR/DV – Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica. Em 2017, mais um projeto foi desenvolvido com recursos do CNPq, atuando na região Sudoeste do Paraná, mais especificamente na Chamada Nº 21/2016 - Linha 2: Manutenção de Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA), que deu dinâmica e continuidade às ações do grupo. Entre 2009 e 2024, o grupo realizou 26 projetos de extensão universitária focados na sustentabilidade e na agrobiodiversidade. Dentre os mais recentes, destacam-se o Projeto Ativa SocioAgroBiodiversidade, voltado para a valorização social e econômica da agrobiodiversidade, e Culturas Alternativas e Promissoras, que busca a conservação da agrobiodiversidade por meio do uso sustentável. Em 2023, com a aprovação do projeto NAPI: Alimento e Território, financiado pela Fundação Araucária, e em parceria com instituições nacionais e internacionais, fortalecemos a produção de alimentos a partir de recursos e ativos territoriais relacionados à agrobiodiversidade. Esse arranjo agora se expande, consolidando institucionalmente os esforços da UTFPR por meio do Laboratório Territorial de Formação, Pesquisa e Extensão em Agrobiodiversidade e Alimento.

- d. projeto “Das Territorialidades Tradicionais às Territorializações da Agroecologia: Saberes, Práticas e Políticas de Natureza em Comunidades Rurais Tradicionais do Paraná”, desenvolvido junto ao IFPR Campus Paranaguá, de 2017 a 2020, cujo objetivo principal era compreender em que medida a proposta agroecológica de desenvolvimento local podem viabilizar as territorialidades tradicionais (os modos de viver e habitar de uma dada coletividade no território), isto é, que aspectos da territorialidade tradicional (os saberes, as práticas, as políticas de natureza) podem ser dinamizados a partir da capacitação sociotécnica em agroecologia e do empoderamento jurídico dos habitantes das comunidades rurais. Nesse movimento foi desenvolvido o projeto Guaraguaçu Caiçara, em Pontal do Paraná-PR (Haliski; Ribeiro; Gomes, 2022). Trata-se de uma comunidade de aproximadamente 200 famílias concentradas ao longo do rio Guaraguaçu. Um espaço com uma riqueza histórica, iniciando pela presença de um sambaqui de aproximadamente 4 mil anos de existência. Nele há registros de vários grupos

indígenas que o ocuparam ao longo do tempo, além de sepultamentos, restos de cerâmicas, materiais líticos, etc. O rio em si também é muito importante para a biodiversidade do litoral, contando com ao menos 70 km navegáveis. A partir dele e dos usos dos solos e do ambiente como um todo, podemos entender os modos de vidas tradicionais, que denominamos caixaras. Tipos de habitação, roças, pesca, entre outros elementos foram objetos de análises e proposições de alternativas para um desenvolvimento sustentável. Realizou-se mapeamentos de empreendimentos e planos de ações que resultaram em muitas conquistas, como a reativação de Associação de Moradores (ACOMÇU), participações da comunidade em organizações dos eventos ofertados pela prefeitura, como as Caminhadas da Natureza, o resgate de pratos típicos como a Cambira (peixe defumado com banana), que hoje é o prato típico mais destacado de Pontal do Paraná-PR, como no caso do barreado em Morretes-PR.

Ao longo da realização desses projetos, construímos um ativo interinstitucional amplo e diverso, trabalhando na interface entre a universidade e a sociedade civil organizada, entre ciências e saberes populares, valorizando os sujeitos camponeses e demais inteligências territoriais, a formação de recursos humanos, a disseminação do conhecimento produzido ao longo dos anos, as ações participativas de (des)envolvimento comunitário e territorial, a produção agroecológica de alimentos e as redes curtas (especialmente diretas) de comercialização.

De modo geral, muito nos esforçamos para ativar territorialidades, no campo e na cidade, aproximando produtor rural e consumidor urbano, inovando sempre que necessário para que as pessoas envolvidas em cada projeto pudessem interagir e cocriar soluções vinculadas ao (des)envolvimento sustentável e à autonomia decisória. A grafia (des) é intencional, para tentar contribuir na resignificação deste tão importante conceito – desenvolvimento –, considerando, na perspectiva do NAPI Alimento e Território, a centralidade do nosso envolvimento – pesquisadores/as e estudantes universitários - na pesquisa e na cooperação com os sujeitos das ONGs, comunidades rurais, associações e cooperativas de agricultores/as familiares. Por isto, a pesquisa-ação-participativa tem sido essencial, compondo-se, ao mesmo tempo pela pesquisa participante e pela ação participativa, integrando-se distintos sujeitos, saberes e fazeres, acadêmicos e populares.

Ao longo de anos trabalhando com pesquisa-ação universitária, estabelecemos fortes vínculos colaborativos com prefeituras municipais (Francisco Beltrão, Verê, Itapejara d'Oeste, Salto do Lontra etc.), sindicatos dos trabalhadores rurais e urbanos, ONGs (como o CAPA – Verê e a ASSESOAR), CRESOL, associações de moradores urbanos e de agricultores ecológicos. Também estabelecemos intercâmbios nacionais com instituições como a UFPR Litoral, onde há um arranjo para ser ampliado, qualificado e potencializado a partir do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável e do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, bem como com o IFPR – Paranaguá, tendo como principal referência o Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Outrossim, firmamos importantes convênios e intercâmbios internacionais, com instituições de países como Colômbia, Argentina, México, Uruguai, Chile, França e Itália.

Assim, constituímos um patrimônio a favor da gestão participativa e em rede do (des)envolvimento territorial de base ecológica, local e regional, estabelecendo redes de cooperação ancoradas territorialmente em relações de proximidade geográfica, institucional, produtiva e de consumo dos alimentos agroecológicos e artesanais, contribuindo, historicamente, para coproduzir soluções a favor dos sujeitos de cada projeto, considerando a autonomia decisória e a sustentabilidade ambiental.

E foi justamente este arranjo constituído, no litoral e no sudoeste do Paraná, que serviu de base interinstitucional e interdisciplinar para criar o NAPI Alimento e Território. No entanto, o salto de projetos localizados, ora no espaço rural, ora no urbano, não foi simples nem rápido. Inicialmente, organizamo-nos, a partir da política pública implementada pela Fundação Araucária, num grupo de trabalho denominado de Ciências Humanas. Ali, muito discutimos a possibilidade de construir um arranjo voltado para o ensino, a pesquisa e a cooperação. Porém, as diferentes concepções de universidade, educação e desenvolvimento tornaram-se um severo impedimento para construirmos algumas sinergias e identidades a ponto de construirmos um único projeto, como acreditávamos que seria fundamental, tendo em vista os princípios e as metas da supracitada política pública. Foi aí, no decorrer de 2022, que decidimos recorrer às relações e cooperações já existentes entre as equipes do litoral e do sudoeste do Paraná, fato que culminou, também, depois de muita discussão e trabalho, na proposta do NAPI Alimento e Território, submetido e aprovado na Fundação Araucária, no qual temos os seguintes objetivos gerais:

- Coproduzir conhecimentos na interface universidade-sociedade-território por meio da formação, da pesquisa e da extensão, tendo como base a transformação digital e o desenvolvimento sustentável;
- Potencializar os saberes populares que mobilizam patrimônios e ativos territoriais na produção de bens e serviços que contribuem para o desenvolvimento territorial (social, econômico, cultural e ambiental) do Sudoeste e do Litoral do Paraná, contribuindo para aumentar a renda das famílias envolvidas nesse projeto e para tornar o Paraná referência internacional no desenvolvimento territorial sustentável.
- Contribuir para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (2, 3, 10, 11, 12 e 17¹) no que se refere à agricultura sustentável voltada para a população paranaense, potencializando as singularidades territoriais dos ecossistemas regionais Sudoeste e Litoral do Paraná.

Dentre os objetivos específicos temos:

- Diagnosticar e compreender como ocorre a produção dos alimentos agroecológicos e das plantas medicinais, derivadas das ações dos parceiros no Sudoeste e no Litoral do Paraná;
- Identificar limites da transformação dos alimentos agroecológicos em cooperativas da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná e, pelo litoral do Paraná, na Associação dos Pequenos Produtores Rurais para Sustentabilidade da Mata Atlântica, na Associação Comunitária do Guaraguaçu, na Cozinha Comunitária da Candonga e na Agroindústria do assentamento José Lutzenberger;
- Compreender e qualificar os processos de gestão e inovação tecnológica para a melhoria dos processos de processamento e comercialização das famílias vinculadas a este projeto, contribuindo para que possam aumentar os rendimentos familiares por meio da comercialização dos alimentos *in natura* nos mercados local e regional, fortalecendo as redes curtas de comercialização e criando circuitos à medida que a produção alimentar for aumentada;

1 ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável; ODS 3 Saúde e bem-estar; ODS 10 - Redução das desigualdades; ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12 - Consumo e produção responsáveis; ODS 17 - Parcerias e meios de implementação.

- Mapear as agroindústrias familiares artesanais compreendendo como estas unidades produtivas mobilizam patrimônios e ativos territoriais que possam caracterizar especificidades aos territórios do Sudoeste e do Litoral do Paraná, visando potencializar a oferta de uma cesta de bens e serviços;
- Contribuir para tornar o Paraná referência internacional de desenvolvimento territorial sustentável e para a internacionalização dos Programas de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE – Foz do Iguaçu), em Desenvolvimento Territorial Sustentável (UFPR Litoral), em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), em Agroecossistemas (UTFPR – Dois Vizinhos) e Ciência, Tecnologia e Sociedade (IFPR);
- Formar recursos humanos nos níveis de iniciação científica (IC), mestrado, doutorado e pós-doutorado, produzindo conhecimentos replicáveis (tecnologias sociais) na interface sociedade-universidade, num processo formativo popular (informal), participativo e em redes de cooperação, no âmbito da implantação do Laboratório Territorial de Formação, Pesquisa e Extensão;
- Resgatar, caracterizar e avaliar a agrobiodiversidade de maior relevância nos territórios (ex.: milho, plantas medicinais, mandioca, batata doce, banana, feijão, dentre outras hortaliças e frutíferas), com vistas a desenvolver processos de melhoramento genético participativo (MGP), multiplicar e disponibilizar sementes e mudas, levando em conta aspectos para sua conservação, agroindustrialização, aceitação do consumidor, produtividade e resistência, fazendo frente às normas da portaria 52/2021 e às demandas das famílias do NAPI Alimento e Território. A metodologia que fundamenta o trabalho é da pesquisa-ação, enquanto linha de pesquisa associada a diversas formas de ação coletiva e orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação (Thiollent, 1986). É nesse sentido que a experiência acumulada pelos distintos projetos e pesquisadores, articulados em redes e em distintos territórios, ganha relevância e possibilita o seu desenvolvimento.

Passada essa apresentação inicial sobre a origem do NAPI Alimento e Território, as instituições envolvidas, objetivos e metodologia empregada, seguimos com a concepção de território que fundamenta o projeto, para posteriormente trazer a discussão sobre alimento, evidenciando a importância da diversidade genética para o sustento humano e sua intrínseca relação com a conservação da agrobiodiversidade. Finalizamos com a articulação entre território e alimento a partir dos sistemas agroalimentares territorializados para a produção de alimentos saudáveis e diversificados.

Território

Está explícito, na literatura internacional - do chamado mundo ocidental -, em especial de Geografia, Sociologia, Antropologia e Arquitetura e Urbanismo, que o território é um conceito polissêmico e, talvez por isto, está em ampla difusão espacial de forma eurocentrada a partir dos anos 1970, expandindo-se em países como o Brasil e outros do continente americano depois dos anos 1990. Um dos fatores já identificados que influenciaram essa dispersão, em distintas áreas do conhecimento disciplinar e interdisciplinar, foi e permanece em sua estreita relação com políticas públicas de estados (neo)liberais, fato acelerado a partir dos anos 2000. A literatura é vasta e diversa. Então, nesta oportunidade, nos ateremos à concepção territorial que orientou a construção do nosso projeto de pesquisa-ação e sua concretização a partir de novembro de 2022 até o presente momento.

Assim, destacamos significados do território, tendo como base o entendimento de que é, seguramente, um conceito, uma categoria analítica, um processo coevolutivo social-natural e espacial-temporal, podendo assumir o conteúdo de (in)formação, mobilização, luta e enfrentamento diante das desigualdades sociais, da segregação espacial, do racismo, do sexismo, da insegurança alimentar, entre outros. Temos clareza de que se trata de uma concepção ampla e complexa, difícil de ser utilizada na prática cotidiana do (des)envolvimento.

No entanto, também reconhecemos que, quando estamos animados e afinados com as causas populares e ambientais, precisamos qualificar nossas compreensões de mundo e, obviamente, aprofundar nosso trabalho, considerando as singularidades temporais e territoriais, contribuindo para resolver problemas que, muitas vezes, são comuns para distintos povos,

grupos e classes sociais, especialmente, para as classes trabalhadoras e mais vulneráveis.

Desse modo, no nível teórico-conceitual-metodológico e da práxis de cooperação com os sujeitos do nosso projeto, destacam-se os seguintes significados do território, como invariantes no tempo e no espaço (Saquet, 2014, 2019) – embora contenham singularidades sociais, naturais e cosmológicas:

- i. Sua **trans-multiescalaridade**: o território é formado, no nível da cotidianidade, em diferentes escalas, desde nossos corpos, passando pelas famílias e residências, ruas e condomínios, estabelecimentos rurais e comunidades, até as escalas municipais, estaduais, regionais, nacionais, internacionais e globais. Essas escalas, normalmente, são sobrepostas, isto é, coexistem para certo grupo e classe social, evidentemente, alguns transnacionalizadas, outros enraizados e localizados, mas sempre vivendo relações – territorialidades – e redes, também em diferentes escalas.
- ii. Sua **transtemporalidade**: o território também resulta (de) e condiciona temporalidades históricas e ritmos mais ou menos acelerados, ou seja, é um produto de um encadeamento processual (histórico e relacional, pois os ritmos são trans-multiescalares) no qual há mudanças e permanências, ou continuidades e rupturas, seja no nível da sociedade, seja no nível da natureza e das cosmologias. Por isto, o território contém elementos e processos de épocas passadas, presentes e futuras.
- iii. Sua **pluridimensionalidade**: é composto por elementos, processos e fatores sociais (econômicos, políticos, culturais), naturais (ambientais) e cosmológicos (energia). Estas dimensões do território podem, e normalmente precisam, ser esmiuçadas e aprofundadas, dependendo de cada projeto de pesquisa e/ou ação, dos objetivos, das metas, do orçamento e demais condições existentes, dos sujeitos nele envolvidos, dos prazos, entre outros. Podemos pensar, então, que o território também contém “camadas” sobrepostas e coexistentes em nossa vida territorializante, desterritorializante e reterritorializante (TDR).

- iv. Seu conteúdo de movimento e conexão, interação e conflitos, disputas e identidades, desigualdades e diferenças, ecossistemas e filamentos cósmicos, num processo que, normalmente, denominamos de ciclo **TDR**. O território, assim, está sendo feito e refeito, assumindo a forma de área, de área-rede, rede-rede, nó-rede etc., de acordo com cada espaço-tempo-cosmo.

Alimento

A conservação da agrobiodiversidade e a disponibilidade de alimentos estão fortemente relacionadas. A agrobiodiversidade é a parte da biodiversidade que é usada na agricultura, em grande parte como alimento, sendo este um dos serviços ecossistêmicos da diversidade biológica (PNUMA, 1992; García González, 2024).

A humanidade, ainda em seus primórdios, foi selecionando espécies para sobreviver e se alimentar, e dependia de muitas espécies. Foi colhendo, semeando, selecionando e assim domesticando plantas e animais que se deu origem a agricultura. Ao discutir o caráter e o valor da biodiversidade, o documento do PNUMA (1992) afirma que não se pode estimar o número de espécies que foram perdidas e que o processo contínuo de deterioração da biodiversidade que presenciamos, simplificando o meio ambiente, compromete os usos sustentáveis dos componentes da biodiversidade, silvestres ou domesticados, de onde a humanidade obtém todos seus alimentos, muitos medicamentos e produtos para a indústria.

Segundo García González (2024), a biodiversidade compreende três níveis: diversidade de habitats; diversidade de espécies; diversidade genética. Também apresenta a evolução das ideias chave sobre a necessidade de conservar a natureza, apontando que atualmente se trabalha com o conceito de Sistemas socioecológicos, ou seja, a conservação com pessoas.

Temos a consciência que a diversidade de genes, espécies e ecossistemas são importantes para a produção orgânica de alimento. Mas há também uma diversidade étnico-cultural que precisa ser reconhecida e valorizada. Sabemos também que o consumo de alimentos de baixo valor nutricional é um dos fatores de adoecimento das pessoas. Por outro lado, em todo mundo existe uma maior demanda por alimentos que tenham uma determinada qualidade, em particular: a origem do alimento; a tradição associada a um saber fazer particular e a qualidade nutricional. Alimento como produto da agrobiodiversidade resgata sabores

por vezes negligenciados e também é uma ferramenta de resgate do valor agrobiodiversidade.

Debater alimento é por certo complexo. Poderíamos fazer referência a história da alimentação, meios de produção e de circulação e de consumo. A diversidade alimentar de qualidade é, portanto, resultado da conservação e da promoção dos recursos naturais, culturais e sociais de um determinado lugar.

Segundo a FAO (2023), diversificar a produção de alimentos nutritivos e tornar as alimentações saudáveis acessíveis para as comunidades é um elemento-chave em qualquer estratégia. Ações que impulsionam a sua produção e que ao mesmo tempo geram renda aos agricultores familiares, com custos reduzidos de alimentos nutritivos, são necessárias. Também são bons exemplos as normativas para a alimentação escolar em torno da segurança alimentar e nutricional, aquisições públicas e o arcabouço das normas nutricionais.

A estratégia no NAPI: Alimento e Território, neste quesito de unir pessoas à comida, se deve ao entendimento que muitas vezes os produtos vinculados à cultura estão unidos a um sistema de produção tradicional com práticas que têm um impacto ambiental menor, ou seja, que conservam variedades antigas, endêmicas e adaptados especificamente ao ambiente local, evitando assim o desaparecimento do habitat, da paisagem típicas e dos recursos genéticos e dos saberes associados e das pessoas que ali vivem. Ao trabalhar com a agricultura familiar que organizam a produção de alimentos, seja para a alimentação escolar ou feiras, estamos favorecendo a geração de renda e disponibilizando alimentos nutritivos que expressam o valor da agrobiodiversidade.

Neste contexto, o trabalho consiste em perceber as espécies, a diversidade genética e como estão sendo usadas como alimento, além de promover sua conservação e o estudo de seus potenciais. Mas diferente do que normalmente se faz (adaptação ou melhoramento para a produtividade, onde se prioriza quantidade; adaptação ou melhoramento para a prática da agricultura padronizadas; adaptação ou melhoramento para as mudanças ambientais), o nosso propósito é selecionar pelo sabor, pela nutrição e pela importância para conservar a espécie, um habitat e um saber fazer de um território, de modo a emergir um ativo territorial na forma de alimento relacionado à cultura de um povo e ao valor da agrobiodiversidade.

Alimento e Território: um olhar sob a perspectiva dos sistemas agroalimentares territorializados

A monotonia dos sistemas agroalimentares contemporâneos, segundo Abramovay (2024a), evidencia a perda da diversidade dos cultivos agrícolas, em que 90% da alimentação humana depende de quinze produtos e 50% de somente quatro. O elevado consumo de produtos ultraprocessados nas dietas alimentares da população, segundo Abramovay (2024b), mostra-se como um dos grandes desafios inerentes a alimentação contemporânea. Para fazer frente a essa realidade, o autor evidencia a valorização, nos diferentes territórios, de técnicas de produção e de processamento que ofereçam alimentos saudáveis e diversificados. Também evidenciamos que estes alimentos sejam produzidos de forma sustentável.

Nesta perspectiva, Lamine *et al.* (2021) mencionam que num contexto de transição emergente e acelerado pelas mudanças climáticas, a Agroecologia tem sido apontada como uma das alternativas, pois valoriza os processos ecológicos, promove abordagens sistêmicas e tem sido defendida por cientistas, produtores, consumidores e movimentos sociais como um dos meios para lidar com os desafios atuais das transições para a sustentabilidade.

As observações e preocupações de Abramovay (2024a; 2024b) e Lamine *et al.* (2021) nos remetem a pensar na interação entre alimento e território, a partir dos Sistemas Agroalimentares Territorializados (SIAT). Estes englobam não somente os atores envolvidos na cadeia de produção, transformação e distribuição (que fazem parte da definição clássica de “cadeias produtivas”), mas também a assistência técnica e extensão rural (ATER), o ensino, a pesquisa, as políticas públicas, os consumidores e suas práticas, bem como a sociedade civil organizada, que fazem parte do sistema agroalimentar territorial.

Tal abordagem coaduna com Lamine *et al.* (2022), que pontuam que os SIATs compreendem uma diversidade de atores, redes (alternativas ou não) e dispositivos (regras e normas) que orientam a maneira de produzir e consumir, em uma escala territorial. Para os autores a abordagem SIAT é mais ampla que a abordagem dos sistemas alimentares tradicionais que centram suas análises na produção (cadeias produtivas) e distribuição/consumo (aspectos mercadológicos), visto que o SIAT compreende também aspectos relacionados à alimentação cotidiana das famílias e a

ecologização (transição agroecológica) dos processos produtivos em escala territorial.

O SIAT, para além de contemplar um conjunto diverso de atores (Lamine *et al.* 2022): i) a diversidade de produtos que compõem a alimentação cotidiana das famílias, ii) a perspectiva da ecologização dos processos produtivos (transição agroecológica) e de consumo (consumo consciente, político, etc.), e iii) as cadeias ou circuitos curtos em vez de cadeias longas, que geram menor impacto ambiental no transporte de alimentos e maior ativação de uma economia de proximidade. Consiste, portanto, na valorização da escala territorial para abordar a alimentação e a agricultura, privilegiando uma transição alimentar de base agroecológica.

O processo de transição para sistemas agroalimentares diversificados e sustentáveis estão fortemente vinculados a mudanças que os atores sociais, através de suas organizações, implementam no território e garantem outras perspectivas de organização da produção, transformação e comercialização, de forma que os atores possam ter maior autonomia. A mobilização de agricultores em cooperativas, cozinhas e agroindústrias comunitárias, de grupos de consumidores e da sociedade civil, bem como o apoio de políticas públicas tem se mostrado chave para o avanço no processo de transição agroecológica e territorialização da produção de alimentos.

O projeto NAPI Alimento e Território se pauta também na valorização dos saberes tradicionais mobilizados na produção de alimentos, *in natura* e processados, da agricultura familiar de base agroecológica e camponesa. Neste sentido, suas ações contribuem para a consolidação de sistemas agroalimentares territorializados, mobilizando atores (públicos, privados e associativos) que, em conjunto, fazem frente à monotonia do sistema alimentar contemporâneo.

Assim, o ciclo metodológico da pesquisa-ação precisa ser contínuo e mediado pela formação dos sujeitos envolvidos na proposta, ou seja, agricultores(as) familiares, técnicos(as) agroecológicos(as), pesquisadores(as), estudantes (graduação e pós-graduação), associações, cooperativas, escolas, cozinhas comunitárias, setores governamentais e demais atores mencionados na discussão do território e que mobilizamos na execução do projeto. Trata-se de um processo continuado de pesquisa, formação e cooperação, feito numa perspectiva dialógica e participativa.

Para que isso aconteça, as principais atividades estão sendo realizadas considerando-se as seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica e documental; coleta, tabulação e análise dos dados primários e secundários; representação

cartográfica (social e digital); caracterização da agrobiodiversidade e da produção de sementes e mudas; oficinas e dias técnicos de campo tendo em vista a cocriação de conhecimentos, implantação de equipamentos agroecológicos e formação de recursos humanos; redação de textos para eventos científicos e relatórios para as instituições parceiras e apoiadoras do projeto, bem como para publicação na forma de artigos, capítulos de livros e livros.

Desde o início do NAPI Alimento e Território, as atividades estão acontecendo considerando-se os fundamentos da pesquisa-ação, perpassando fases desde a exploratória (estudo bibliográfico e reconhecimento do território); de planejamento (construção do plano de ação); execução do plano de ação; análise e síntese (avaliação), em um processo cíclico (Croda et al., 2025). Por isso, também trabalhamos com atividades simultâneas nos distintos territórios, como uma característica fundamental desta metodologia, mas entendendo que as sínteses podem levar a novos planejamentos e ações. Esta é uma questão didática e política essencial, pois tem a ver com a criação de um campo de trabalho com reciprocidade, cooperação e solidariedade, criação de relações de confiança e muita ancoragem territorial. A confiança é fundamental para pesquisar, formar e cooperar, inovando com os sujeitos do campo e da cidade, das águas e das florestas.

Ademais, nossa experiência de pesquisa-ação, juntamente com considerações mais gerais de Escobar (2003), confirmam a importância social das “práticas baseadas-no-lugar”, articuladas em redes de sinergia e cooperação, ativando e fortalecendo as identidades, as associações locais, as ONGs, as IES, as cooperativas/associações familiares e as próprias famílias de agricultores/as. Trata-se de um processo de (in)formação, pesquisa e inovação acontecendo em fases e simultaneamente.

Assim, a ancoragem territorial, a confiança, o diálogo, a reciprocidade (com participação social e transparência) e os ativos (patrimônios naturais e culturais) são condições fundamentais para compreender, representar, interpretar e atuar participativamente na construção do desenvolvimento territorial sustentável, como desenvolvimento dos e nos lugares (Magnaghi, 2015; Saquet, 2014; 2019). O desenvolvimento, portanto, tem características localizadas e regionalizadas, assumindo significados específicos (Rullani, 2003), relacionados com a revalorização dos territórios (Henríquez; Pimentel, 2017) e preservação da natureza, processo no qual os alimentos têm centralidade.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Polarização na carne. **Diálogos Socioambientais**, v. 7, n. 18, p. 34-38, 2024a.
- ABRAMOVAY, R. O sistema agroalimentar à luz da biologia filosófica de Hans Jonas. **Estudos Avançados**, v. 38, n. 112, p. 295-308, 2024b.
- CRODA, J. P.; DENARDIN, V. F.; MOREIRA, C. A. B.; PEREIRA, C.; JAMIL, M. C. In: SAQUET, M. A.; DENARDIN, V. F. (Org.). **Alimento & Território: uma problemática, distintas soluções**. Curitiba, Appris, 2025. p. 195-296
- DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Agroindústria familiar no litoral paranaense: o caso das farinheiras. In: DENARDIN, V. F.; ABRAHÃO, C. M. S.; QUADROS, D. A. **Litoral do Paraná: reflexões e interações**. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2011, p. 50-70.
- ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo – el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano, **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 1, p. 51-86, 2003.
- FAO, FIDA, OPS, PMA y UNICEF. **Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional - América Latina y el Caribe 2022: hacia una mejor asequibilidad de las dietas saludables**. Santiago de Chile. 2023.
- GARCÍA GONZÁLEZ, M. B; DÍAZ ESTEBAN, M.; ORO, D.; GACIA, E.; BOSCH, J. **La pérdida de biodiversidad en el actual escenario de cambio global**. Madrid: CSIC, 2024.
- HALISKI, A. M. ; RIBEIRO, C. S.; GOMES, J. A. Q. Análise dos impactos da extensão universitária em comunidades a partir de um estudo de caso no Guaraguaçu, em Pontal do Paraná - PR. **Divers@!**, v. 15, n. 1, p. 113–134, 2022. <https://doi.org/10.5380/diver.v15i1.84465>
- HENRÍQUEZ, B.; PIMENTEL, B. La colonialidad del territorio como articulación histórico-estructural del extractivismo en América Latina, **Revista ALASRU**, n. 11, p. 119-149, 2017.
- INSTITUTO DE RECURSOS MUNDIALES – WRI. UNION MUNDIAL PARA LA NATURALEZA – UICN. PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE – PNUMA. **Estrategia global para la biodiversidad**. WRI, IUCN y PNUMA, 1992.

LAMINE, C.; MAGDA, D.; RIVERA-FERRE, M.; MARSDEN, T. (eds.). *Agroecological transitions, between determinist and open-ended visions*. Bruxelles, Belgique: **Ecopolis**, v. 37, 2021. <https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/51366/9782807618534.pdf;sequ>

LAMINE, C.; DODET, F.; DEMENE, C.; ROTIVAL, D.; Latré, L.; SABOT, N.; CHENOT, L.; Hilaire, M. P.; AUDIBERT, ODILE; WALDSCHMIDT, P. Transformations du système agri-alimentaire territorial en sud Ardèche: co-construire une périodisation du passé qui fasse sens pour l'avenir, **Géocarrefour**, v. 96, n. 3, 2022.

MAGNAGHI, A. La lunga marcia del ritorno al territorio. In: BECATTINI, G. (Org.). **La coscienza dei luoghi**. Roma: Donzelli, 2015. p. VII-XVI.

PNUMA. **Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92)**. Rio de Janeiro, 1992.

RULLANI, E. Complessità sociale e intelligenza localizzata. In: GAROFOLI, G. (Org.). **Impresa e territorio**. Bologna: Il Mulino, 2003. p. 85-130.

SAQUET, M. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In: SILVA, O.; SANTOS, E.; COELHO NETO, A. (Org.). **Identidade, território e resistência**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 11-36.

SAQUET, M. Socioeconomia e desenvolvimento territorial sustentável. In: DENARDIN, V. F.; ALVES, A. R. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial: olhares contemporâneos**. Londrina: Mecenasa, 2019. p. 1-23.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

A PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

Valdir Frigo Denardin

Evandro Cardoso do Nascimento

Jéssica Puhl Croda

Camila Arielle Bufato Moreira

DOI: 10.46550/978-65-6135-196-6.39-62

Introdução

Um dos maiores desafios de pesquisas qualitativas desenvolvidas em territórios rurais reside na construção metodológica que, para além da incorporação da dialogicidade freiriana, possibilite a compreensão e experimentação de determinada situação (Pivetta; Da Cunha; Porto, 2022). Nesse contexto, a Pesquisa-Ação se destaca como um método de pesquisa social que busca construir conhecimentos científicos através da ação coletiva, envolvendo aspectos sociopolíticos e uma ênfase empírica que foca na ação transformadora para resolução de situações problemáticas (Thiollent, 2011).

A Pesquisa-Ação tem origem em trabalhos realizados pelo pesquisador americano Kurt Lewin, na década de 40 nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, proposta para responder a problemas concretos por meio de um plano de ação social que desencadeou em “um processo de mudanças que se revelou mais eficaz com a participação das pessoas à procura de soluções” (Dionne, 2007, p. 26). O autor afirma que Lewin mostrou que a mudança é mais efetiva quando os sujeitos estão fortemente implicados no processo e quando sua participação é mais ativa, ou seja, a ação é mais eficiente do que o discurso.

Na América Latina, desde a década de 1960, as metodologias participativas vêm conquistando espaço na academia e se opondo, radicalmente, aos métodos positivistas de pesquisa social. Nesse contexto, surge no final da década de 1970 a Pesquisa Participante, caracterizada

como um método de pesquisa social que tem o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda como principal referência teórica.

Além disso, a Pesquisa Participante passou a ser vista não só como um método, mas como uma filosofia de vida que transforma seus praticantes em seres *sentipensantes*, um termo criado para se referir às pessoas que combinam mente e coração (Colmenares Escalona, 2012). Diante disso, buscando a combinação da Pesquisa-Ação de Kurt Lewin e a Pesquisa Participante de Fals Borda, optou-se por denominar o método norteador no presente capítulo, como Pesquisa-Ação Participativa.

A construção de estratégias de desenvolvimento territorial rural pressupõe, entre outros aspectos, o reconhecimento do potencial contido no saber local. Os atores locais devem assumir os rumos do desenvolvimento de seu território (Carrière; Cazella, 2003). No entanto, comunidades fragilizadas em seus diversos aspectos, econômicos, produtivos e organizativos, por vezes necessitam de apoio para iniciar um processo que resulte em um verdadeiro desenvolvimento de seus territórios e, para tal, o método da Pesquisa-Ação Participante apresenta-se como uma via metodológica adequada à indução de processos de transformação local.

Diante disso, se destaca o projeto Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação - NAPI Alimento e Território, desenvolvido no Litoral do Paraná por meio da Universidade Federal do Paraná (UFPR Setor Litoral) e Instituto Federal do Paraná (IFPR Campus Paranaguá) e no Sudoeste do Paraná junto a Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR Campus Dois Vizinhos) e Universidade Estadual do Oeste (Unioeste Campus Francisco Beltrão), contando com instituições parceiras e programas de pós-graduação, além de uma equipe multidisciplinar. O NAPI Alimento e Território, tem a Pesquisa-Ação Participativa como método norteador das ações realizadas com as comunidades rurais desde a sua ideação, ancorado na mobilização dos atores locais para a resolução de problemas de forma coletiva, cabendo aos atores o protagonismo das ações e aos pesquisadores a mediação.

O capítulo visa responder a seguinte pergunta: de que forma tem sido mobilizado o método da Pesquisa-Ação Participativa em projetos de desenvolvimento territorial rural no Brasil? Diante disso, tem-se como objetivo, analisar como a Pesquisa-Ação Participativa vem sendo operacionalizada para apoiar o desenvolvimento territorial rural no Brasil e apresentar a experiência do NAPI Alimento e Território no Litoral do Paraná e suas inspirações.

O texto está estruturado em cinco seções, incluindo a introdução e as considerações finais. O segundo tópico aborda os conceitos, características e etapas da Pesquisa-Ação Participativa. A terceira seção apresenta uma revisão sistemática da literatura da aplicação da Pesquisa-Ação Participativa como elemento chave no processo de desenvolvimento territorial rural. O quarto tópico apresenta experiências com projetos locais ancorados no método da Pesquisa-Ação Participativa, em apoio ao desenvolvimento territorial rural.

A pesquisa-ação participativa

Ainda que de maneira tímida, o campo das metodologias participativas vem se consolidando no ambiente acadêmico, inclusive com algumas inserções nos tradicionais manuais de metodologia científica. Alguns métodos, como a Pesquisa-Ação e a Pesquisa Participante, que surgem respectivamente nas décadas de 1940 e 1970, já fazem parte do *métier* de diversos pesquisadores, principalmente daqueles envolvidos em projetos extensionistas. Isso ocorre, em grande medida, por que, como apontaram Rosiska Darcy de Oliveira e Miguel Darcy de Oliveira (2006), nos métodos tradicionais de pesquisa, pautados no positivismo e na suposta neutralidade científica, os grupos populares não têm controle sobre a pesquisa que, muitas vezes, são utilizadas pelos grupos que estão no poder como um instrumento de controle social.

As origens da Pesquisa-Ação com Kurt Lewin (1946) identificam uma investigação que caminha na direção da transformação de uma realidade, implicada diretamente na participação dos sujeitos que estão envolvidos no processo, cabendo ao pesquisador assumir os dois papéis, de pesquisador e de participante. Somado a isso, Orlando Fals Borda (1978) conclui que os estudos realizados dessa forma não eram simples exercícios intelectuais e, por isso, não podiam ser vistos apenas como o produto de uma síntese entre sujeito e objeto, sendo necessário um entendimento entre sujeitos e objetos ativos que compartilhavam experiências dentro do mesmo processo histórico, atuando, em última análise, como um sujeito único.

Na reflexão apresentada neste capítulo, concorda-se com Orlando Fals Borda (2006, p. 47) de que não existe ciência neutra e ser um cientista “significa estar compromissado com alguma coisa que afeta o presente e o futuro da humanidade”. Nesse sentido, adota-se a perspectiva da Pesquisa-

Ação Participativa que, como observaram Marcos Bidart Carneiro de Novaes e Antonio Carlos Gil (2009), é um esforço de superação das diferenças e valorização das semelhanças entre a Pesquisa-Ação e a Pesquisa Participante. Muito mais do que apresentar um debate sobre cada um dos métodos, o objetivo desta seção é realizar um esforço de síntese e apresentar as principais características da Pesquisa-Ação Participativa.

Ezequiel Ander-Egg (1990) destaca que as características da Pesquisa-Ação Participativa derivam dos três termos que a constituem: a pesquisa, procedimento controlado e sistemático de produção de conhecimento sobre a realidade; a ação, intervenção sobre a realidade orientada para uma ação transformadora como fonte de conhecimento; e a participação, que implica no envolvimento ativo de pesquisadores e atores na produção do conhecimento e transformação da realidade. A partir disso, é possível enumerar sete características da Pesquisa-Ação Participativa, são elas:

1. **relação de horizontalidade e reciprocidade entre pesquisadores e atores sociais:** como na Pesquisa-Ação Participativa os atores sociais, além de agentes de transformação da realidade, se convertem em pesquisadores e participam ativamente como sujeitos na produção de conhecimento (Dionne, 2007; Colmenares Escalona, 2012), é preciso superar relações hierarquizadas (Ander-Egg, 1990) e construir um ambiente pautado na comunicação entre iguais e no respeito mútuo entre todos os participantes e destes com a natureza (Fals Borda, 1999; Morin, 2004);
2. **seu objetivo deve partir dos atores sociais implicados na situação-problema:** ou seja, não se trata de *pesquisar* um problema que só interessa à academia, mas de *pesquisar* e *resolver* problemas da vida real e que os atores sociais consideram importantes (Ander-Egg, 1990; Thiollent, 2011; Martínez, 2004). Nesse processo, também é preciso evitar ações paternalistas pautadas unicamente em *resolver* problemas e que não favorecem a emancipação dos sujeitos (Fals Borda, 2006);
3. **compromisso com o povo e com a ação transformadora da sociedade:** os pesquisadores assumem um compromisso político, ideológico e valorativo com os atores sociais e participam da pesquisa e da transformação da situação-problema, colocando o método a serviço do povo e contribuindo para a construção

de uma sociedade autogestionada, baseada na democracia e na participação (Ander-Egg, 1990). O compromisso com a causa popular e o interesse na emancipação dos sujeitos parte do reconhecimento de que não existe ciência neutra e promove uma ontologia realista, uma epistemologia subjetivista e uma metodologia transformadora (Fals Borda, 1999; Colmenares Escalona, 2012);

4. **articulação entre pesquisa científica e ação prática:** aqui está a contribuição original do método, pois, ao articular conhecimento popular e conhecimento científico, ele consegue captar informações que não seriam alcançáveis pela pesquisa tradicional (Thiollent, 2011; Ander-Egg, 1990). Ao romper com a relação sujeito-objeto, o método tem o potencial de coproduzir conhecimento em colaboração com os intelectuais orgânicos, daí a importância dos *Feedbacks* e das técnicas dialógicas (Fals Borda, 1999; 2006);
5. é aplicável somente na escala microsocial: ou seja, o método é limitado à escala do bairro, da comunidade ou da organização. Quanto se pretende atuar em escalas maiores, como a cidade ou a região, a participação dos atores sociais é prejudicada, sendo necessário recorrer aos procedimentos tradicionais (Ander-Egg, 1990). Portanto, aumentar a escala de atuação, é um dos desafios enfrentados na operacionalização da Pesquisa-Ação Participativa;
6. **preocupação com a objetividade científica e respeito às formas clássicas de pesquisa social:** fazer Pesquisa-Ação Participativa não significa desprezar as formas clássicas de pesquisa (Ander-Egg, 1990; Dionne, 2007), é preciso respeitá-las e enriquecê-las com a participação dos atores sociais (Fals Borda, 1999). A validade científica, requerida pela academia, pode ser alcançada por meio da combinação, quando necessário, de dados quantitativos e qualitativos ou da combinação de raciocínio dedutivo e indutivo, mas sempre pautado na vivência, na participação e no consenso dos atores sociais (Fals Borda, 1999; Thiollent, 2011); e
7. **compromisso com o processo educativo:** é preciso combinar pesquisa, ação e ensino para construir um processo democrático comprometido com a justiça social (Fals Borda, 1999). A

própria ação transformadora, nesse sentido, é uma fonte de conhecimento que possibilita aos participantes, através de canais horizontais de comunicação e divulgação científica, compreender melhor a sua realidade e, portanto, favorece a tomada de consciência, o empoderamento e a formação de processos de autoinvestigação (Colmenares Escalona, 2012; Fals Borda, 2006).

Considerando as características apresentadas acima, percebe-se que a Pesquisa-Ação Participativa já possui um arcabouço teórico bastante consolidado que rompe com a suposta neutralidade do método positivista, mas que também respeita as regras metodológicas das formas clássicas de pesquisa social. A partir desse arcabouço, autores como Thiollent (2011), Dionne (2007), Morin (2004), Ander-Egg (1990) e Colmenares Escalona (2012) propõem algumas etapas de operacionalização do método. A síntese de suas propostas pode ser estruturada nas seguintes etapas:

Etapla 1 - constituição da equipe: a equipe deve ser formada por pesquisadores (multidisciplinar) e atores sociais (pessoas ativas e lideranças) dispostos a atuar coletivamente na resolução de problemas;

Etapla 2 - identificação dos problemas: pesquisadores e atores sociais devem elencar os principais problemas da comunidade e construir o consenso de que é importante conhecê-los para poder resolvê-los. O método só faz sentido se a problemática partir das necessidades comunitárias;

Etapla 3 - construção de um diagnóstico: é preciso definir coletivamente quais são os dados necessários para a compreensão do problema. A partir disso, recorre-se a técnicas de coleta, análise e interpretação de dados para construção de um diagnóstico preliminar dos resultados que deve ser difundido e discutido coletivamente. O diagnóstico final deve expressar os resultados desse processo e representar a real situação do problema;

Etapla 4 - elaboração e execução de um plano de ação: a busca por soluções deve ser planejada coletivamente e sua execução deve focar em propostas concretas e práticas. Nesta etapa, convém designar comissões de trabalho com divisão de responsabilidades para que se possa colocar o plano em ação,

para isso é preciso saber trabalhar em equipe, ter organização e conhecer o plano;

Etapas 5 - avaliação: é preciso avaliar os resultados da ação para extrair conhecimentos e experiências, mas como as etapas não são estanques, muitas vezes é preciso avaliar o processo em andamento para poder exercitar a ação-reflexão-ação. A finalização do projeto deve favorecer a reflexão sobre a ação e sistematização dos seus resultados em abordagens teóricas que possam gerar novas pesquisas.

Como dito, não se trata de etapas estanques e nem de uma receita de Pesquisa-Ação Participativa, mas de orientações gerais construídas com base no princípio da pesquisa-ação-formação e que podem ser adaptadas e/ou reeditadas a partir das realidades empíricas. As características e as etapas da Pesquisa-Ação Participativa revelam as facetas de um método, ou de um conjunto de métodos, que foi construído desde o final do século XIX e que continua em construção conforme as experiências empíricas de sua aplicação são realizadas.

No próximo tópico, com a intenção de analisar a aplicação prática do método, apresenta-se, a partir de uma revisão sistemática da literatura, estudos realizados em diferentes espaços geográficos do Brasil com o intuito de contribuir para o desenvolvimento territorial rural.

Mobilizando a pesquisa-ação participativa para o desenvolvimento territorial rural

A revisão sistemática da literatura foi realizada adotando-se um modelo metodológico estruturado para garantir a abrangência e a confiabilidade na seleção das fontes. A busca foi conduzida em bases de dados reconhecidas, como Google Acadêmico, Periódicos CAPES e Redalyc, utilizando descritores previamente definidos para otimizar a localização dos documentos. Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão, considerando o recorte temporal de publicações entre 2019 a 2024, bem como a relevância para a temática investigada e o alinhamento com o caráter aplicado da Pesquisa-Ação Participativa. A definição do recorte temporal se deu considerando os últimos cinco anos, buscando selecionar trabalhos recentes. As palavras-chave empregadas na busca foram: “pesquisa-ação”, “pesquisa-ação participativa”, “pesquisa participante”, “desenvolvimento rural”.

Ao todo foram encontrados 10.002 trabalhos científicos, abrangendo artigos, dissertações, teses e livros nas bases consultadas. No Google Acadêmico e Periódicos CAPES, foram identificados 2572 trabalhos, sendo 70 na primeira base e 2502, na segunda. Após a aplicação do recorte temporal (2019-2024) restaram 33 e 2.492 trabalhos respectivamente. Na base de dados Periódicos CAPES, além dos critérios de seleção previamente estabelecidos, foram aplicados filtros baseados nas áreas de abrangência, selecionando-se as áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Agrárias. Com esses filtros, o número de artigos foi reduzido para 629, dos quais 75 atenderam o critério de revisão por pares.

Na base de Redalyc, foram inicialmente encontrados 7.430 trabalhos, porém a maioria relacionados ao desenvolvimento rural com ausência da utilização do método da Pesquisa-Ação Participativa. Diante disso, optou-se por fazer a seguinte alteração nos operadores booleanos: “pesquisa-ação” OR “pesquisa-ação participativa” OR “pesquisa participante” AND “desenvolvimento rural”. Com esse ajuste obteve-se 66 trabalhos. Após a aplicação do filtro temporal (2019-2024), o número foi reduzido para 14 trabalhos.

Após esta primeira etapa, obteve-se 122 trabalhos científicos. Na sequência, realizou-se a triagem dos estudos por meio da leitura dos títulos e resumos, selecionando aqueles mais alinhados à temática investigada e excluindo as repetições. Foram excluídos também de ambas as bases dissertações, teses e livros, uma vez que não se alinhavam aos critérios de inclusão definidos para a revisão. Além disso, a exclusão foi motivada pela ausência de estudos focados no desenvolvimento rural, pesquisas de cunho exclusivamente teórico e aquelas voltadas para a área da Educação. Na etapa seguinte, foram excluídos 106 estudos com base em critérios específicos, como a falta de alinhamento com os objetivos da pesquisa, o uso de metodologias que divergiam do caráter participativo da pesquisa-ação ou a ausência de dados relevantes para o contexto das comunidades rurais.

Na sequência, procedeu-se à leitura integral dos trabalhos definidos, com o intuito de identificar os principais problemas enfrentados, as abordagens metodológicas e as contribuições dos estudos, levando em consideração o caráter prático da Pesquisa-Ação Participativa em comunidades rurais. Ao todo foram selecionados 16 artigos científicos, que forneceram subsídios teóricos e empíricos, cujas informações detalhadas podem ser consultadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Síntese da revisão sistemática sobre Pesquisa-Ação e desenvolvimento rural entre os anos de 2019 a 2024 no Brasil

Autores/ as - Ano	Problemáticas estudadas	Instrumentos de mobilização social	Contribuições e Reflexões principais
Benini; Pacheco e Benini (2022)	Quais os elementos que contribuem para a instituição de uma governança territorial autogestionária?	Reuniões de trabalho, conversas informais, oficinas e análise dos documentos como atas e estatuto da Cooperativa Quilombarras.	Observou-se que, mesmo em estágio experimental, as práticas de governança territorial autogestionária fortalecem processos emancipatórios de produção, com base nos conceitos de organicidade socioproductiva, cooperativa integral e autogestão.
Canto et al (2020)	Quais os limites da gestão compartilhada para superação dos conflitos socioambientais emergentes na zona costeira das Amazônias brasileiras?	Elaboração de cartografia participativa, aplicação das técnicas de entrevistas e observação participante	A gestão compartilhada continua tendo o potencial de tomada de decisão coletiva. Os conselhos formaram bases institucionais de representação que possibilitam apoio na resolução de conflitos.
Lopes e Souza (2019)	Compreender como se configuram as práticas associativistas na comunidade do Salgado- BA, e suas implicações no processo de transformação local.	Metodologias participativas: linha do tempo, mapa mental, rodas de conversas, oficinas e a história oral.	Elaboração de uma cartilha com narrativas sobre a história da comunidade, bem como um vídeo com os diversos depoimentos dos moradores. Compreensão que a história da comunidade do Salgado-BA é marcada pela participação social, que, ao longo do tempo, evoluiu para o associativismo, a realização de feiras agroecológicas, a constituição dos grupos produtivos de mulheres, e o acesso dos produtos no mercado institucional através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Autores/ as - Ano	Problemáticas estudadas	Instrumentos de mobilização social	Contribuições e Reflexões principais
Moreira e Palhares (2020)	Analisar o papel da feira agroecológica Raízes do Campo e a atuação da Associação Amanu na resistência e valorização da produção local e dos saberes tradicionais.	Aproximação com os atores locais e realização de oficinas	A Feira Raízes do Campo, promovida pela Associação Amanu, é um espaço de resistência, cultura e luta política, que reforça vínculos solidários e o direito à cidade. A atuação da Amanu expressa uma globalização contra-hegemônica, baseada na agroecologia, economia solidária e redes como o <i>Slow Food</i> .
Oliveira et al. (2021)	Estratégias para a resiliência da agricultura familiar na Amazônia Matogrossense e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão no Ensino Superior brasileiro.	Elaboração de um Protocolo Comum de Análise da Resiliência, reuniões, oficinas, workshops, Análise FOFA.	A questão da resiliência da agricultura familiar, representa um ponto de interseção para diferentes abordagens teóricas e conceituais, mas, ainda que a temática suscite a transdisciplinaridade, a construção desta exige um esforço constante por parte dos envolvidos. O processo de pesquisa-ação, possibilitou a relação dialética entre a transdisciplinaridade e as três dimensões do conhecimento acadêmico.
Oliveira, Garcia e Lima (2021)	Demonstrar como as aprendizagens vivenciadas nas práticas do movimento social de mulheres e da Economia Solidária contribuíram com a inserção de mulheres camponesas nos espaços organizativos e produtivos no contexto da Associação do Movimento de Mulheres Camponesas de Riacho de Santana (AMMCRS).	As ações de intervenção foram estabelecidas coletivamente, como um curso de capacitação com aulas práticas para atender mulheres que manipulam de alimentos.	A experiência das camponesas da AMMCRS com a Economia Solidária favoreceu avanços na autonomia, engajamento político, geração de renda e pertencimento, revelando novas possibilidades de organização e sobrevivência coletiva.

Autores/ as - Ano	Problemáticas estudadas	Instrumentos de mobilização social	Contribuições e Reflexões principais
Pereira e Assis (2019)	Produtores de Queijo Minas Artesanal (QMA) foram colocados à margem do mercado formal e o seu produto foi desvalorizado, prejudicando a sua reprodução social.	Foram realizados estudos bibliográficos, entrevistas, questionários, reuniões, observação e análise documental.	O reconhecimento da região “Serras da Ibitipoca” como produtora de Queijo Minas Artesanal (QMA).
Ribeiro e da Costa (2020)	Relação entre conflitos socioambientais e a reforma agrária no Rio de Janeiro.	A Universidade Federal Fluminense (UFF), atuou como agente harmonizador de um conflito entre Ibama e Incra. Criação de um GT Ecosocial, que construiu um Laudo Multidisciplinar.	O caso ainda está em curso. Porém, a elaboração do Laudo Multidisciplinar em Conflito Socioambiental, possibilitou a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável com envolvimento de todos os atores.
Ruiz et al. (2024)	Apresentar a formulação de iniciativas enraizadas no Sul do Brasil voltadas à promoção do (des) envolvimento territorial sustentável por meio da agroecologia familiar enquanto estratégia de enfrentamento ao crescimento econômico ecologicamente predatório e socialmente excludente.	Pesquisa bibliográfica e documental; coleta, tabulação e análise dos dados primários e secundários; representação cartográfica (social e digital); a realização de oficinas e dias técnicos de campo.	Têm contribuído diretamente para a produção de territórios onde predominam boas práticas, através do mapeamento e da valorização dos produtos típicos e das redes curtas, dos saberes e fazeres populares, sempre buscando conservar a biodiversidade, à medida que integra universidade e território num movimento horizontal, respeitoso e participativo, de ciência popular e práxis de cooperação e solidariedade.
Santos e Oliveira (2020)	Analisar as estratégias de contextualização da história da Comunidade de Ipoeira, em Teofilândia/BA, para fortalecer o empoderamento e o reconhecimento das identidades locais.	Utilização de mística, a roda de conversa, inspirada nos pressupostos da entrevista semiestruturada, e a árvore dos sonhos.	Construção da identidade dos sujeitos do campo por meio das memórias coletivas de diferentes gerações, destacando o despertar do sentimento de pertencimento e a importância das práticas culturais locais.

Autores/ as - Ano	Problemáticas estudadas	Instrumentos de mobilização social	Contribuições e Reflexões principais
Santos, Medeiros e Figueiredo (2023)	Analisar como a implementação de uma indicação geográfica (IG), pode contribuir para valorização do território, em especial de suas pessoas.	Avaliação qualitativa e envolveu documentos internos (como dossiê, plano e projetos), pesquisa de campo com aplicação de formulário a produtores, entrevistas narrativas com atores-chave e participação em reuniões sobre o tema. As categorias de análise foram definidas a posteriori, conforme emergiram dos dados coletados.	Não existe IG sem coletivo. Para que a Indicação Geográfica (IG) promova um desenvolvimento amplo e multidimensional, é essencial fortalecer a governança territorial e valorizar as pessoas e suas histórias. Essa valorização, além de reforçar a identidade e o pertencimento, pode impulsionar novas atividades, especialmente no setor de Turismo.
Schmitt et al. (2020)	Institucionalização da agroecologia e da construção de arranjos de governança capazes de potencializar processos de transição agroecológica na escala dos territórios.	Seminários, oficinas, grupos focais, coleta e sistematização de dados de campo, entre outras atividades.	O desenho de implementação do Ecoforte, baseado na noção da rede, no fortalecimento de práticas tecnológicas e de organização social e ecologicamente situadas e na atuação a partir dos territórios, permite vislumbrar, no âmbito das políticas públicas, a construção de mecanismos capazes de possibilitar a governança reflexiva dos processos de transição agroecológica.
Silva et al. (2021)	Processos de resistência e luta das mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais pela garantia dos seus direitos, para a melhoria e qualidade de vida e condições de trabalho.	Análise bibliográfica e documental, além de constituir diálogos individuais com as mulheres.	Reconhece-se o potencial da transmissão cultural entre gerações como força para manter viva a ideia de transformação social. A reflexão é inicial e abre caminhos para compreender a luta das mulheres marisqueiras por equidade, defendendo seus territórios, a pesca artesanal, seu reconhecimento e a valorização dos saberes ancestrais.

Autores/ as - Ano	Problemáticas estudadas	Instrumentos de mobilização social	Contribuições e Reflexões principais
Silva e Rocha (2022)	Perdas de memória do fazer camponês e a profissionalização das juventudes rurais em Cocais, PI.	Inventário e oficinas participativas para resgatar as memórias, histórias orais, mediações pedagógicas, experimentações da museologia social e dos elementos do patrimônio cultural.	Exposição “Campo” que utilizou instrumento de registro fotográfico dos jovens, camponeses e do processo de construção tecnologias do Quintal agroecológico. Subsídio para a criação do museu de território na EFA Cocais.
Valduga et al. (2022)	Lacuna de estudos sobre como os agentes sociais da oferta podem formatar experiências no espaço rural com foco na memorabilidade.	Oficinas remotas, questionários para criação de experiências via Google Forms, visita de campo e anotações em diário eletrônico dos pesquisadores.	A construção de conhecimentos junto aos agricultores familiares de modo a promover autonomia para a oferta de experiências turísticas com inovação, qualidade técnica e hospitalidade. Do ponto de vista prático, as etapas e processos apresentados neste artigo podem servir de guia para gestores públicos e privados interessados em estruturar experiências turísticas memoráveis na forma de um produto comercializável.
Xavier, Mayer e Andrioli (2020)	Aprimorar o manejo de plantas espontâneas em sistemas agroecológicos.	Reunião com os grupos de camponeses, matriz de práticas de manejo e experimentos de adubos verdes.	A construção coletiva do conhecimento e o diálogo de saberes entre técnicos e camponeses, é capaz de romper com a dicotomia entre sujeito e objeto existente nas pesquisas científicas tradicionais.

Fonte: Autores, 2025.

De acordo com os artigos selecionados, as temáticas abordadas em projetos de desenvolvimento rural são variadas e complexas. No entanto, alguns se destacaram: perdas de memória do fazer camponês, manejo de plantas espontâneas em sistemas agroecológicos, institucionalização da agroecologia e da construção de arranjos de governança capazes de potencializar processos de transição agroecológica, aprendizagens e vivências do movimento social de mulheres camponesas nos espaços organizativos e produtivos, a produção de Queijo Minas Artesanal (QMA) ameaçada pelas burocracias do mercado formal e a implementação de uma indicação geográfica (IG) na valorização de territórios. Foi possível observar

que a mobilização do método da Pesquisa-Ação Participativa permitiu o envolvimento direto das comunidades nos processos de diagnóstico, planejamento e execução das ações, favorecendo a construção coletiva e soluções ancoradas nas especificidades locais.

Na abordagem metodológica, destacaram-se como instrumentos recorrentes de mobilização e ação as reuniões de trabalho, conversas formais e informais, estudos bibliográficos, entrevistas, aplicação de questionários, observação sistemática e análise documental e cartográfica, tanto social quanto digital. De forma complementar, foram aplicados métodos e técnicas como história oral, linha do tempo, mapa mental, árvore dos sonhos e práticas místicas. Oficinas temáticas, rodas de conversa, análise FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e dias técnicos de campo configuraram-se como instrumentos relevantes para a consolidação de um processo dialógico, participativo e territorialmente valorizado.

Os estudos de caso estudados refletem a relação construída entre os pesquisadores e atores engajados para a resolução de problemas coletivos. As contribuições podem ser organizadas em três eixos principais: 1- Governança; 2- Valorização do território; e 3- Formação.

O eixo de Governança envolveu a reflexão sobre a autogestão, práticas de governança territorial no fortalecimento de processos emancipatórios, resiliência da agricultura familiar pelo processo da Pesquisa-Ação Participativa, experiência das camponesas organizadas em associação que favoreceu a autonomia, engajamento político, geração de renda e pertencimento, revelando novas possibilidades de organização e sobrevivência coletiva. A implementação do Ecoforte¹ no fortalecimento de práticas tecnológicas e de organização social que possibilitou a governança reflexiva dos processos de transição agroecológica. E a Pesquisa-Ação na mediação de conflitos socioambientais.

Já no eixo de Valorização do território se destacaram as ações voltadas para a criação do museu territorial, o fortalecimento de feiras locais e acesso dos produtos no mercado institucional através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o reconhecimento da região “Serras da Ibitipoca” como produtora de Queijo Minas Artesanal (QMA), a utilização da Indicação Geográfica da farinha de Bragança. A identidade

1 A Fundação Banco do Brasil, em conjunto com outros parceiros, assinou em outubro de 2013 o Acordo de Cooperação Técnica que instituiu o Programa Ecoforte, que integra o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e visa o fortalecimento e a ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica.

e o pertencimento, podem impulsionar novas atividades contribuindo diretamente na valorização dos produtos típicos e das redes curtas, dos saberes e fazeres populares.

Por fim, o eixo Formação revelou a elaboração do Laudo Multidisciplinar em Conflito Socioambiental como uma ferramenta para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável com envolvimento de atores locais. Somado a isso, tem-se a criação da cartilha com narrativas sobre a história da comunidade e a Exposição “Campo” como instrumento de registro fotográfico e memorial do saber fazer camponês.

Pesquisa-ação participativa em apoio aos processos de desenvolvimento territorial rural

A presente seção tem por objetivo apresentar os aprendizados na condução de dois projetos de desenvolvimento territorial rural que mobilizam a Pesquisa-Ação Participativa para resolver problemáticas concretas, do cotidiano, de agricultores familiares no Litoral do Paraná. O projeto de extensão Farinheiras do Litoral que ocorreu entre os anos de 2007 a 2015 e o projeto NAPI Alimento e Território, em execução desde 2023.

Farinheiras do Litoral Paranaense

O projeto de extensão “Farinheiras no Litoral do Paraná” proposto para contribuir com o desenvolvimento territorial rural, partiu do pressuposto de que os indivíduos precisam se organizar em coletivos coordenados para reduzir incertezas da estrutura social local frente às instituições dos outros locais, o que veio a exigir também a coordenação do processo, por meio da metodologia de Pesquisa-Ação Participativa.

Em 2007, um projeto de pesquisa, com fins de diagnóstico, identificou 133 farinheiras para produção de farinha de mandioca no Litoral do Paraná, oito dessas consideradas comunitárias, as quais foram construídas pelo Programa Estadual “Paraná 12 meses” (Denardin; Sulzbach; Komarcheski, 2015). Entre as farinheiras comunitárias apenas uma estava em operação de forma individual, ou seja, foi apropriada por uma única família.

A construção das farinheiras, por uma empresa contratada pelo Estado, não dialogou com os agricultores e instalou alguns dos principais equipamentos utilizados para a produção de farinha de mandioca e derivados, em descompasso com a cultura e o saber-fazer farinha local, farinhar, como mencionam os agricultores. Ao invés de instalar um tacho, a exemplo de todas as farinheiras do Litoral do Paraná, a empresa preferiu um forno (modelo utilizado no norte do país) e prensas hidráulicas, equipamentos que os agricultores não sabiam manusear. O resultado da não escuta para opinar sobre os equipamentos, sua disposição no espaço físico e o não envolvimento no processo de construção das farinheiras, levou a uma sensação de não pertencimento, relatada em muitas falas pelos agricultores. Erros como esses, infelizmente, são clássicos em projetos de desenvolvimento pensados de cima para baixo (*top down*), o resultado do que deveria ser algo bom para a comunidade, não se efetiva. Para além dos equívocos relacionados aos equipamentos, os agricultores, vizinhos das farinheiras comunitárias, relataram que as associações haviam sido criadas como condição para que as comunidades recebessem as farinheiras e fazer a gestão das mesmas, eram permeadas por conflitos, que iam desde a apropriação de recursos monetários, o uso individual (por uma única família) e a ausência de reuniões.

Em 2009, através de um projeto de extensão universitária, inicia-se uma longa aproximação com os agricultores vizinhos de três farinheiras comunitárias, localizadas na comunidade do Açungui e comunidade da Potinga (Guaraqueçaba/PR) e comunidade do Riozinho (Guaratuba/PR), com vistas a retomar e reorganizar as Associações para a reestruturação e recuperação física das farinheiras comunitárias. Após a decisão coletiva dos agricultores das comunidades de retomar a produção de farinha nas farinheiras, o coletivo de agricultores foi mobilizado, assumindo uma parceria com a Universidade Federal do Paraná, através dos docentes e discentes envolvidos no projeto, com ações em cinco eixos: gestão e organização; recuperação física; agroindustrialização; produção e gestão de resíduos agroecológicos e; comercialização (Denardin; Sulzbach, 2011).

Estas cinco ações, no momento da elaboração e execução do projeto, foram estruturadas com base nos aportes teóricos do desenvolvimento territorial rural, pautados na valorização dos recursos e ativos específicos do território, e seguiam a metodologia (etapas e características) da Pesquisa-Ação Participativa. A farinha de mandioca era um “produto genérico”, que aos olhos da academia poderia valorizar-se, no sentido monetário, com a incorporação de atributos tangíveis, como solo e clima e, intangíveis,

como o saber-fazer e a cultura local, permitindo remuneração justa aos produtores, estimulando, assim, a sua permanência no campo.

O Projeto de extensão evidenciou como principal resultado o papel ativo e o protagonismo das famílias agricultoras, enquanto produtoras de farinha de mandioca nas farinhas comunitárias, os quais assumiram as definições e implementações das ações, estabelecendo parcerias com demais atores (públicos, privados e associativos), para valorização dos recursos territoriais.

A organização dos produtores de mandioca, enquanto Associação, com o objetivo de ativar recursos específicos do território, mediados por processos de produção e apropriação promotores de sustentabilidade ambiental, econômica, cultural e social, promoveu mecanismos que vieram se somar à comunidade: a identificação de outros recursos locais nos processos de interação e troca de informações entre os produtores, incorporando-os à farinha de mandioca; a valorização dos bens e serviços do território, descritos num rótulo de uso coletivo, valorizando e diferenciando o produto local; a valorização da organização coletiva, como mecanismo de compartilhamento de informações e a comercialização da farinha de mandioca, como um ativo valorizado, aportando maior retorno monetário aos agricultores associados.

Os agricultores, no momento da proposição e execução do projeto de extensão, haviam sido pensados como atores do território, necessários ao processo de desenvolvimento. Esses não haviam sido tomados como recursos humanos a serem ativados como indivíduos do coletivo. O que acabou sendo um, se não, o mais importante resultado do projeto de extensão. Os agricultores que tinham o papel de identificar os recursos específicos do território e ativá-los, através da especificação e valorização (Denardin, 2016), foram ativados e transformaram-se em indivíduos de um coletivo organizado, ou seja, se tornaram em indivíduos específicos do local promovendo o desenvolvimento territorial rural sustentável.

NAPI Alimento e Território

Os aprendizados teórico-metodológicos obtido ao implementar o projeto Farinhas no Litoral do Paraná foi mobilizado para a proposição e execução do projeto Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPI) Alimento e Território. Os NAPIs são um instrumento de política pública do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado do Paraná

(Sul do Brasil) com apoio financeiro da Fundação Araucária, que buscam produzir conhecimento de forma colaborativa, a partir de demandas prioritárias dos territórios. O projeto NAPI Alimento e Território, no Litoral do Paraná, considerando a expertise de sua equipe, orienta suas ações para apoiar associações de agricultores que queiram implementar e/ou reorganizar/reestruturar cozinhas e agroindústrias comunitárias para processar produtos oriundos de sua agrobiodiversidade.

Em contexto semelhante ao projeto Farinheiras, o NAPI Alimento e Território mobiliza em suas ações três comunidades: comunidade Candonga (cozinha comunitária Candonga - município de Morretes/PR), o assentamento José Lutzenberger (agroindústria – município de Antonina/PR) e a comunidade do Guaraguaçu (Pontal do Paraná/PR). Assim como as farinheiras comunitárias, a cozinha da Candonga estava desativada, a agroindústria da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger estava subutilizada e a comunidade do Guaraguaçu aguarda a cessão, pela prefeitura, de uma estrutura física para a implementação de sua cozinha comunitária.

Nas três comunidades iniciou-se um processo de aproximação e diálogo com os atores sociais para a compreensão das realidades locais, bem como a identificação de recursos e ativos territoriais (Pecqueur, 2005) mobilizados, ou não, pelas comunidades. Fundamenta o projeto os dois pilares do desenvolvimento territorial, os atores (públicos, privados e associativos) e os recursos territoriais, tangíveis e intangíveis (Denardin; Sulzbach, 2019), bem como mobiliza-se a metodologia da Pesquisa-Ação Participativa. As realidades vivenciadas e as ações implementadas se aproximam ao que foi executado junto ao projeto Farinheiras. Nas três comunidades tem-se associações não ativas (Comunidade Candonga e Guaraguaçu) e desestruturada (Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger).

Como o projeto NAPI Alimento e Território encontra-se em execução e considerando três realidades distintas, cada comunidade demanda seu planejamento próprio para definir, em coletivo, as ações a serem desenvolvidas. Para iniciar as atividades foi indispensável a fase de diagnóstico, com dados primários e secundários, a fase de aproximação e consolidação de acordos coletivos em torno de propósitos como reorganizar associações, reestruturar cozinhas e agroindústria, bem como definir oficinas. O projeto NAPI tem como finalidade gerar trabalho e renda para

as comunidades e contribuir para um verdadeiro desenvolvimento, em suas múltiplas dimensões: social, cultural, econômica e ecológica.

A reestruturação da cozinha e agroindústria, configura-se como um dos temas desenvolvidos, com destaque para a construção coletiva da lista de equipamentos a serem adquiridos por meio do projeto, elaborada com base nas necessidades de processamento identificadas nas comunidades, assim como do potencial produtivo, condições de trabalho, ergonomia, potência, capacidade e dimensão dos equipamentos. Os principais equipamentos listados junto às comunidades foram: processadores de alimentos, despulpadeiras, tachos de cozimento, envasadoras, seladoras, balanças, liquidificadores, fritadeiras, batedeiras planetárias, fogões industriais, freezers, entre outros.

A construção coletiva da lista de equipamentos condiz com um verdadeiro projeto de Pesquisa-Ação Participativa, ancorado em uma relação dialógica e horizontal, o que encoraja o protagonismo dos atores sociais e possibilita a continuidade do desenvolvimento do território para além do tempo de execução de um projeto. Somado a isso, a construção do plano de ação permitiu identificar os temas prioritários a serem trabalhados com cada comunidade de acordo com as demandas locais. A convivência com as famílias por meio das diversas ações realizadas, possibilitou uma maior aproximação entre os atores envolvidos e os pesquisadores, estabelecendo uma relação de confiança e respeito em prol da organização coletiva e valorização dos saberes locais (Cazella et al., 2019).

Para os dois projetos apresentados, seguiu-se as cinco etapas da Pesquisa-Ação Participativa: constituição da equipe (multidisciplinar), identificação dos problemas (fase de aproximação), elaboração de diagnósticos (entrevistas semiestruturadas), elaboração e execução de um plano de ação (oficinas e diálogos com o coletivo de atores) e, por fim, avaliação constante, seja junto às comunidades, seja pela própria equipe em suas reuniões de trabalho (Moreira; Croda; Quadros, 2024). A comunidade, coletivo de atores sociais, tem seu ritmo, seus problemas e potencialidades, neste sentido a equipe constituída para atuar no projeto é desafiada a lidar com múltiplas problemáticas identificadas no diagnóstico, assim como construir em coletivo diferentes planos de ação.

A execução dos projetos, para além do aporte teórico inerente ao desenvolvimento territorial e seguir as etapas norteadoras da Pesquisa-Ação Participativa, é perpassado pelas sete características descritas no presente texto. O domínio de referencial teórico e metodológico não é suficiente

para a implantação de projetos que apoiem os processos de desenvolvimento territorial no meio rural, a equipe do projeto e os atores sociais mobilizados devem assumir uma relação de horizontalidade e reciprocidade e o plano de ação deve considerar a situação-problema de cada comunidade.

Quanto aos pesquisadores, estes devem assumir o compromisso político, moral e ético em mobilizar-se em uma ação transformadora; articular suas ações entre uma pesquisa científica e a resolução de uma problemática real, do cotidiano em escala microsocial. A equipe do projeto deve valorizar a objetividade científica e sua validade perante a academia; porém, acima de tudo, manter o compromisso com o processo educativo, emancipador e comprometido com a justiça social. Realizar a Pesquisa-Ação Participativa, para além de seguir etapas metodológicas, requer um compromisso moral, ético e transformador pautado na horizontalidade entre pesquisadores e atores sociais.

Conclusão

A Pesquisa-Ação Participativa apresenta-se como uma proposta metodológica eficiente para promover processos de transformação local. As pesquisas apresentadas na revisão sistemática ou os dois casos empíricos mencionados aportam exemplos de projetos que mobilizam a Pesquisa-Ação Participativa para apoiar processos de desenvolvimento no meio rural buscando a resolução de problemáticas vivenciadas pelas famílias agricultoras.

As etapas e características inerentes a operacionalização do método possibilitam rigor científico e compromisso moral e ético para com os atores sociais. Para além de seguirmos as etapas e características da Pesquisa-Ação Participativa, é importante não esquecer de abordagens teóricas para dar sustentação ao projeto de desenvolvimento territorial rural. Ao adotar a Pesquisa-Ação Participativa como método norteador, os atores se tornam os protagonistas do processo e aos pesquisadores cabe a mediação em uma relação sujeito-sujeito.

Os projetos de desenvolvimento territorial rural, por meio da Pesquisa-Ação Participativa, permitem a ativação de capacidades coletivas e contribuem para a educação comunitária através dos conhecimentos teóricos revelados à comunidade externa, que de posse destes se tornam atores dos processos de seu próprio desenvolvimento. Portanto, projetos de Pesquisa-Ação Participativa, revelam grande potencial para desencadear

um verdadeiro processo de desenvolvimento endógeno, ancorados na construção coletiva, dialógica e horizontal, que o método possibilita.

Referências

ANDER-EGG, E. **Repensando la Investigación–Acción–Participativa:** comentarios, críticas y sugerencias. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco, 1990.

BENINI, E. A.; BENINI, E. G.; PACHECO, A. P. D. C. Cooperativa integral, organicidade socioprodutiva e governança autogestionária: explorando confluências, possibilidades e limites para a construção de um território sustentável. **Redes**, v. 27, 2022.

CANTO, O.; SOBRINHO, M. V.; VASCONCELLOS, A. M. A.; FERREIRA, L. R.; VASCONCELLOS, A. I. Conflitos socioambientais e limites da gestão compartilhada em Unidade de Conservação na zona costeira amazônica. **Redes**, v. 25, n. 4, p. 1528–1552, 2020.

CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *In*: **Eisforia**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. Florianópolis: PPGAGR, p. 23-47, 2003.

CAZELLA, A. D., DE PAULA, L. G. N., MEDEIROS, M., TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. Santa Cruz do Sul: **Redes**, v. 24, n. 3, p. 49-74, 2019.

COLMENARES ESCALONA, A. M. Investigación-acción participativa: una metodología integradora del conocimiento y la acción. **Voces y Silencios. Revista Latinoamericana de Educación**, v. 3, n. 1, p. 102–115, 2012. <https://doi.org/10.18175/vys3.1.2012.07>

DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial e estratégias de valorização da origem de bens alimentares. *In*: WILKINSON, J.; NIEDERLE, P.A.; MASCARENHAS, G. C. C. **O sabor da origem**. Porto Alegre: Escritos do Brasil, p. 51-72, 2016.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. Ativação de recursos territoriais: processos de desenvolvimento no espaço rural. *In*: CURY, M. J. F.; SAQUET, M. A. **Territórios e territorialidades: a práxis na construção do desenvolvimento**. 1 ed. Cascavel: Edunioeste, p. 67-82, 2019.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Agroindústria familiar no litoral

paranaense: o caso das farinhas. *In*: DENARDIN, V. F.; ABRAHÃO, C. M. de S.; QUADROS, D. A. de. (Org.). **Litoral do Paraná: reflexões e interações**. 1. ed. Matinhos: UFPR Litoral, p. 50-70, 2011.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T.; KOMARCHESKI, R. Farinhas no Litoral do Paraná: Uma análise a partir da noção de sistema agroalimentar localizado – SIAL Farinhas. *In*: DENARDIN, V. F.; KOMARCHESKI, R. **Farinhas do Brasil: Tradição, Cultura e Perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca**. Matinhos: UFPR Litoral, p. 197-218, 2015.

DIONNE, H. **A Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local**. Tradução: Michel Thiollent. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

FALS BORDA, O. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. Simposio Mundial de Cartagena, vol. 1, Bogotá, Punta de Lanza –Universidad de Los Andes, p. 209-249, 1978.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.) **Pesquisa Participante**. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006 [1981]. pp. 42-62.

FALS BORDA, O. Orígenes universales y retos actuales de la IAP. **Análisis Político**, n. 38, p. 73–90, 1999. <https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/79283>

LEWIN, K. Action research and minority problems. **Journal of Social Issues**, n. 2, p. 34-36, 1946.

LOPES, A. A.; SOUZA, I. H. D. S. Associativismo como estratégia de desenvolvimento local e identitário: Re-construindo a história da comunidade de salgado, em Serrinha-BA. **Revista Macambira**, v. 3, n. 1, p. 16–35, 2020.

MARTÍNEZ MIGUÉLEZ, M. **Ciencia y arte en la metodología cualitativa**. México: Trillas, 2004.

MOREIRA, C. A. B.; CRODA, J. P.; QUADROS, D. A. Pesquisa-ação e o fortalecimento comunitário. **Serviço Social em Revista**, v. 27, p. 340-361, 2024.

MOREIRA, M. R.; PALHARES, V. D. L. Saberes agroecológicos na franja metropolitana de Belo Horizonte: Uma resistência à globalização hegemônica. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 5, n. 19, p. 202025, 2020.

MORIN, A. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada.** Tradução: Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

NOVAES, M. B. C.; GIL, A. C. A pesquisa participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em administração de empresas. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, v. 10, n. 1, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712009000100007>

OLIVEIRA, B. L. D. S. S.; GARCIA, R. V.; LIMA, J. Contribuição da economia solidária nas experiências da associação do movimento de mulheres camponesas de Riacho de Santana-Bahia-Brasil. **Revista Grifos**, v. 30, n. 53, p. 54–71, 2021.

OLIVEIRA, R. D. de; OLIVEIRA, M. D. de. Pesquisa Social e Ação Educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.) **Pesquisa Participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, pp. 17-33, 2006.

OLIVEIRA, R. E.; FIGUEIREDO, R. A.; MAKISHI, F.; SAIS, A. C.; OLIVAL, A. A.; ALCÂNTARA, L. C. S.; MORAIS, J. P. G.; VEIGA, J. P. C. A interdisciplinaridade na prática acadêmica universitária: conquistas e desafios a partir de um projeto de pesquisa-ação. **Avaliação**, v. 26, n. 02, p. 377-400, 2021.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, v. 24, n. 1-2, p. 10-22, 2005.

PEREIRA, M. D.; ASSIS, T. R. P. Pesquisa-ação para o reconhecimento da região “Serras da Ibitipoca” como produtora de queijo minas artesanal, **Revista Conexão UEPG**, V. 15, N. 2, p. 147-160, 2019.

PIVETTA, F.; DA CUNHA, M. B.; PORTO, M. F. Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação: construindo saberes e práticas no diálogo cotidiano e afetivo com o território. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, V. 46, N. Especial 6, p. 162-174, 2022.

RIBEIRO, A. M. M.; DA COSTA, R. B. M. L. Reconstrução social da agricultura no Rio de Janeiro: um estudo sobre o Vale do São João. **Revista del CESLA: International Latin American Studies Review**, n. 25, p. 175–208, 2020.

RUIZ, M. S.; SAQUET, M.; ALVES, A. F.; BASTOS, F. B. C. Alimento e Território, entre Ciência e Saber Popular. **Estudos Geográficos** (UNESP), v. 22, p. 208, 2024.

SANTOS, L.; OLIVEIRA, M. F. A história do “meu” lugar: as memórias e suas contribuições para o enriquecimento das identidades camponesas.

Revista Macambira, v. 4, n. 2, 2020.

SANTOS, N. P. D.; MEDEIROS, M. D. L.; FIGUEIREDO, S. J. D. L. Indicações geográficas para além dos produtos: governança coletiva como meio de valorização das pessoas. **Revista Turismo & Cidades**, São Luís, v. 5, n. 12, p. 23-42, 2023.

SCHMITT, C. J.; PORTO, S. I.; MONTEIRO, D.; LOPES, H. R. Fortalecendo redes territoriais de agroecologia, extrativismo e produção orgânica: a instrumentação da ação pública no Programa Ecoforte, **Estudos Sociedade e Agricultura**, V. 28, N. 2, p. 312-338, 2020.

SILVA, F. C. C. M.; BENZAQUEN, J. F.; GERVAIS, A. M. D.; MATTOS, J. L. S. A Luta das Pescadoras Artesanais da Ilha de Maré em Defesa do seu Território. **Revista AntHropológicas**, v. 35, n. 1, 2021.

SILVA, J. S.; ROCHA, S. J. P. Exposição fotográfica “campo”: a construção das narrativas do quintal agroecológico da EFA cocaís e dos saberes dos camponeses dos Cocaís de São João do Arraial - PI. **Inter. Interdisc. Art&Sensorium**, Curitiba, v.9, n.1, p. 134 – 150, 2022.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VALDUGA, M. C.; OLIVEIRA, R. L.; SANT’ANNA, E. S.; MARQUES, O. R. B. Experiências turísticas memoráveis em ambientes rurais: Pesquisa-Ação com empreendedores da rota do queijo – Terroir vertentes, Minas Gerais, Brasil, **Turismo - Visão e Ação**, V. 25, N. 2, p. 198-218, 2023.

XAVIER, L. P.; MAYER, P. H.; ANDRIOLI, A. I. O materialismo histórico-dialético e a pesquisa-ação na construção do conhecimento em Agroecologia. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 23, n. 53, pp. 238 - 262, 2020.

PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPATIVA E MÉTODO DIALÉTICO: PENSANDO A PRÁXIS, PRATICANDO O MÉTODO

César Andrés Alzate Hoyos
Melissa Salinas Ruiz

DOI: 10.46550/978-65-6135-196-6.63-79

Introdução

O NAPI Alimento e Território é um projeto interinstitucional, intergeracional e interdisciplinar financiado pela Fundação Araucária/SETI para promover a comercialização e produção de alimentos saudáveis no Sudoeste e Litoral do Paraná, através da valorização e potencialização dos territórios. Estruturando-se a partir de sete metas, as ações do NAPI são plurais, porém orientadas no sentido de efetivar as ações de pesquisa dialogicamente, construindo-se o conhecimento coletivamente e priorizando que este seja um saber apto à resolução das problemáticas enfrentadas pelos sujeitos colaboradores da pesquisa.

Diante disso, a opção pela *pesquisa-ação-participativa* (IAP pelas siglas em espanhol) se dá com a finalidade de articular compromisso sociopolítico à construção de conhecimento contra hegemônico, posto que reconhece os sujeitos da pesquisa como portadores de saberes, sujeitos *sentipensantes* (Fals-Borda, 2022). Segundo Minas Rojas et al. (2015, p. 169), a relevância do sentipensar se dá na “mobilização das teorias como contraproposta ao pensamento disciplinar que se abstrai das aspirações, conhecimentos e práticas dos povos” (nossa tradução). Para Escobar (2016), esse sentipensar surge do *estar e viver* no território, com respeito às suas particularidades, ritmos, saberes e sabores.

Essa atenção à vida no território nos leva a refletir sobre o tempo e ritmo da própria vida e a indagar também como estes impactam nossa experiência e relação com o meio, a partir da compreensão de que *não há apenas um tempo* (Quiroga e Racedo, 1993). Na explicação das autoras, no cotidiano que se inscreve o tempo histórico e social, motivo pelo qual se faz extremamente relevante considerar o *tempo do cotidiano* e como

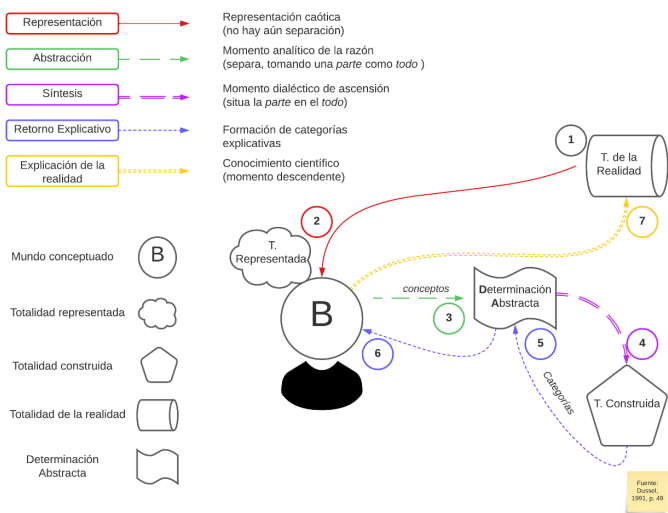
a criticidade pode ser desenvolvida neste, a fim de torná-lo tempo de transformação.

Os tempos são muitos e a percepção destes é também marcada pelo lugar onde estamos e como nos relacionamos com este (Quiroga e Racedo, 1993), sendo a questão relacional fundamental para fazer emergir a diversidade, isto é, evidenciar os pluriversos contidos no conhecimento tradicional, nas lutas pelos territórios e nos saberes populares, já que “o entendimento do mundo é muito mais vasto do que o entendimento ocidental do mundo” (Escobar, 2016, p. 16) (nossa tradução).

O presente manuscrito foi dividido em quatro figuras, as quais foram abordadas a partir de três chaves de leitura: marcos categoriais adaptados à realidade (Figura 1); práxis não apriorística (Figura 2) e a dialética do tempo cotidiano - tempo histórico (Figura 3). No que tange à quarta parte (Figura 4), realizamos uma sucinta reflexão do desenho metodológico proposto para abordar algumas atividades do NAPI Alimento e Território durante o período 2023-2025. Almejou-se com isto criar um fio argumentativo que nos permitisse dialogar com o método dialético e a IAP de maneira mais clara e direcionada.

Princípios e fundamentos do método dialético

Figura 1 - Representação processual do método dialético



Fonte: elaboração dos autores 2024, adaptado de Dussel (1991).

A Figura 1 parte de uma reflexão feita no “diálogo” que estabeleceu Dussel (1991) com os Grundrisse (Marx, [1939] 2007), e de nossas próprias digressões embasadas na leitura crítica de ambos. Assim, partimos de nossa própria interpretação baseada na exposição do autor (Dussel, 1991, p. 50, 51). A representação (2) (“plena”) “é um ato cognitivo inicial, ingênuo, primeiro, pleno de sentido, porém, confuso, caótico” da totalidade da realidade (1). Já o processo feito pela abstração, é um ato analítico que “[...] separa uma *parte* do todo e a considera como *tudo* [...], como *ato*, a abstração separa analiticamente; como objeto o *conteúdo*, a abstração produz uma ‘determinação abstrata’”. Sendo assim, o processo de abstração (3) produz o real como conceito, é uma “[...] reprodução do concreto”, do real dentro do mundo conceituado, que, “[...] do concreto representado, chegaria a abstrações cada vez mais sutis, até chegar às determinações mais simples” (Marx, [1939] 2007, p. 21).

Para entender este movimento do Método, não podemos esquecer que “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, em consequência, o ponto de partida também da intuição e da representação” (Marx, [1939] 2007, p. 21). Marx ([1939] 2007, p. 21) afirma que Hegel se enganou quando concebeu o real como resultado (produto) do pensamento, ao contrário, o Método “[...] que consiste em elevar-se do abstrato para o concreto, é para o pensamento, só a maneira de se apropriar do concreto, de reproduzi-lo como um concreto espiritual”. Desta maneira, a totalidade concreta, nunca será “[...] um produto do conceito que pensa e se engendra a si próprio” (Marx, [1939] 2007, p. 22). Para este autor, as abstrações mais gerais são muito importantes, pois elas surgem de realidades muito ricas, onde aparecem os elementos comuns, já não exclusivamente pensados desde o particular; por exemplo, “[...] a abstração do trabalho em geral não é somente o resultado intelectual de uma totalidade concreta de trabalhos [...] este se concebe não só enquanto categoria, mas também na realidade, no meio para criar riqueza em geral e, como determinação, tem deixado de aderir-se ao indivíduo como uma particularidade sua” (Marx, [1939] 2007, p. 26). Eis a importância de distinguir o **primeiro momento** da representação (numerações entre 1 e 2 da Figura 1) com as determinações (numeração 3 do Gráfico 1), sejam estas simples ou complexas, como um princípio analítico (de separação) que perpassa o método teórico do Marx (Dussel, 1991).

O que poderíamos chamar de um **segundo momento**, representado pelo número “4” da Figura 1, consiste em um movimento inverso do efetuado previamente, no processo analítico de abstração, em que se busca situar a *parte* no *todo*. “O ato dialético parte da determinação abstrata e constitui sinteticamente uma totalidade – concreta no que se refere à determinação, abstrata, no que se refere à ‘totalidade concreta explicada’” (Dussel, 1991, p. 52). Este passo da análise (separação que toma a *parte* como o *todo*) para a síntese (incorporação da *parte* no *todo*) é a que vai permitir fazer uma construção dialética, “totalidade construída”. Como explica Dussel (1991), as determinações que foram definidas como conceitos, são tanto pensadas como essências das determinações internas, quanto de maneira relacional com outras determinações. Como explicamos anteriormente, o concreto se constitui como síntese de múltiplas determinações, isto é, entender que existem (co)determinações mutuamente determinadas. A título de exemplo, a produção determina o consumo e o consumo a produção, ambos “opostos” encarnam, em suas contradições, a síntese da “unidade diversa” da qual tratava Marx ([1939] 2007).

Nosso **terceiro momento**, representado pelas categorias (5 e 6), é o que Marx ([1939] 2007) chamou de “viagem de retorno” (retorno explicativo na Figura 1), “[...] até reencontrar a população, mas esta vez não se teria mais uma representação caótica do conjunto, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações”. Como frisa Bautista (2018a, p. 156), “o conceito é a resposta à pergunta pelo conhecimento, o *que* é aquilo que posso conhecer [...]”, por outro lado, “[...] as categorias – diferente dos conceitos – permitem-nos ter uma relação distinta com a realidade, esta relação não se limita a ser cognitiva, intelectual ou explicativa, mas prática e política ao mesmo tempo” (Bautista, 2018b, p. 127). Dito retorno explicativo, que chega de novo ao “mundo conceituado” (representado pela letra B no Gráfico 1), agora tem construído “conceitos mais complexos”, as categorias propriamente ditas. O passo “7” do Gráfico 1 (o **quarto momento**), faz parte do processo de *descenso*, em que a “totalidade da realidade” se torna, como salienta Dussel (1991, p. 54-56) “[...] uma totalidade histórica concreta e real [...] um nível de complexidade maior que a totalidade construída inicialmente”. Assim como, “[...] a realidade não se manifesta claramente na representação plena (empirismo). Nem se trata de confundir a ordem do pensar (categorias) com a realidade [...] nem deve se pensar que ambas as ordens estão absolutamente separadas [...], mas também não pode se pensar que a ordem das categorias está

determinada por sua aparição na história [...], as categorias não são puras ideias que surgem das ideias, nem são a realidade mesma”.

Como explica Lukács (2007), quando Marx contesta aos economistas burgueses, rejeitando seu tratamento lógico, “[...] como se esta dissociação tivesse passado não da realidade aos livros de texto, senão dos livros de texto à realidade, como se aqui se tratasse de uma combinação dialética dos conceitos e não da compreensão de relações reais” (Marx, [1939] 2007, p. 10). Para Lukács (2016), o primeiro plano, do Método, é ontológico, em que todas as categorias estão em inter relações complexas, pois são formas de existência e concebem momentos substantivos e, como “[...] cada uma conserva seu modo de ser ontológico, manifestando-o em todas suas inter-relações com as demais categorias, com o qual não pode se dar nenhuma forma lógica geral para tais relações [...], a supressão das determinações simplesmente lógicas, para devolver sua verdadeira significação às ontológicas, significa, portanto, uma extraordinária concretização do complexo dual-único da relação” (Lukács, 2007, p. 119). Resumindo, temos, “[...] o real [...] como ponto de partida da abstração [...], no real as determinações são momentos de existência, formas de ser da mesma sociedade. Enquanto abstratas, são já fruto de um ato analítico da separação metódica. As determinações abstratas, em tanto que definidas, são ‘conceitos’, e quanto ‘instrumentos’ ou ‘mediações’ *interpretativas* são categorias” (Dussel, 1991, p. 57).

Consideramos importante sublinhar a importância que tem o tratamento ontológico que faz Marx com as categorias e não a vulgarização *lógica* da realidade. Este aspecto do Método, que procura desvendar a realidade (o nível histórico-concreto da realidade), sabe que as abordagens formais da realidade tendem a forçar conceitos, abstraídos analiticamente, que podem ser confundidos com esse real concreto, sendo, na verdade, o nível das determinações abstratas, que são reais, sim, mas em um estágio inicial da compreensão do *fenômeno*, não do *conteúdo*, que poderíamos chamar de essencial. Como explica Lukács (2007), o princípio fundamental da substância, que nos leva ao aforismo heraclítico da impossibilidade de se banhar duas vezes no mesmo rio, é o “[...] fato ontológico fundamental que o movimento e a matéria representam dois lados, dois momentos da mesma relação de substancialidade” (Lukács, 2007, p. 128). Portanto, a essência é “[...] o princípio ontológico da permanência na mudança [...] porque a persistência é captada em tanto continuamente se mantendo, renovando-se nos complexos reais em desdobramento da realidade, já que a continuidade, como forma de movimento do complexo, sai da

sua permanência abstrato-estática e se transforma em concreta dentro do devir” (Lukács, 2007, p. 129). Este princípio, é o que dá ao concreto da realidade, seu caráter histórico, a sua historicidade em tanto que princípio do ser mesmo (Lukács, 2007).

Parece um debate meramente filosófico, contudo, é uma abordagem ética se pensada como formas de existência que permanecem ocultas aos nossos olhos despercebidos. Quando Marx reflete sobre o *valor* como aquela essência (permanência) que passa de uma determinação a outra, estava enxergando uma realidade de exploração da fonte de criação de valor, o trabalho vivo, ele estava fundamentando uma transferência/expropriação de vidas e subjetividades que seriam objetivadas e apresentadas, pela economia, como formas de ganho, e não como uma mais-valia, seu verdadeiro conteúdo, assim, a expressão meramente fenomênica da realidade se torna numa negação das relações de domínio e exploração contidas nas verdadeiras formas de existência.

Princípios e fundamentos teórico-metodológicos da IAP: metodizando a metodologia e metodologizando o método

Antes de apresentar nossa proposta de diálogo entre o método dialético e a IAP, cabe discorrer sobre a origem da pesquisa-ação-participativa (IAP), seus fundamentos teórico-metodológicos, com ênfase em seu caráter militante e transgressor. Afirma-se nesse sentido, pois a relação sujeito-objeto da pesquisa tradicional se subverte, dando lugar ao vínculo sujeito-sujeito, mutuamente engajados no ciclo de aprendizagem através do qual ambos identificam os problemas e concebem as soluções (Figueiredo, 2015).

Para melhor compreender a relação entre IAP e movimentos sociais, cabe conhecer que esta surge na América Latina, através da possibilidade de encontrar conhecimento nas massas trabalhadoras, articulando-se pesquisa e ação para fazer com que a *práxis* seja aplicada em diversos coletivos sociais (Fals-Borda, 2022). Assim, empreende-se o esforço de adaptar os métodos para pesquisa social herdados, primeiramente rompendo em definitivo a ilusão de que possa existir a separação sujeito-objeto.

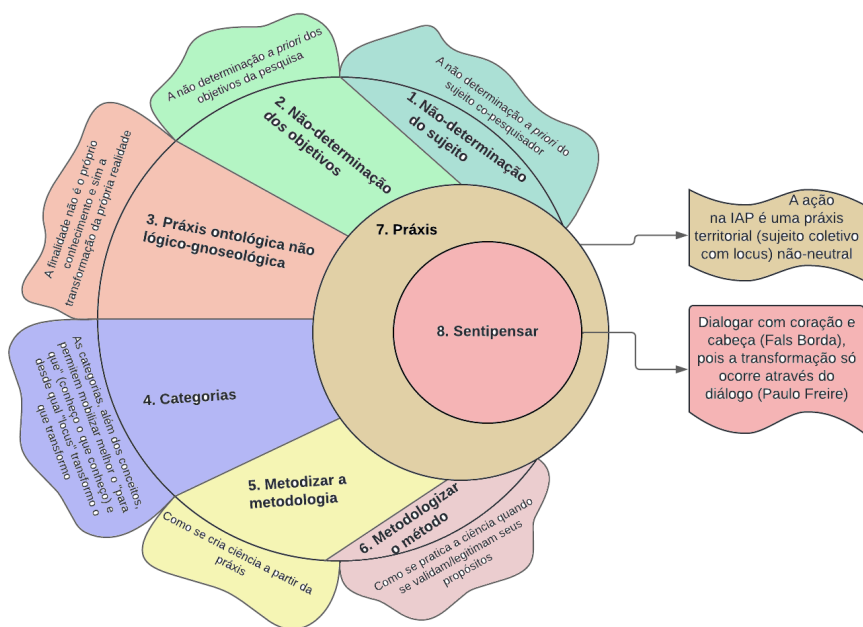
Contudo, o sociólogo colombiano Orlando Fals-Borda (2022) nota que o paradigma da ciência social praticada na Colômbia naquele período se fazia insuficiente para construir uma ciência social alinhada aos interesses das classes trabalhadoras. Compreende então que o paradigma capaz de

se estabelecer como alternativo ao hegemônico deveria ser interdisciplinar e, especialmente, dialogar com os saberes populares e de senso comum, portadores de filosofia espontânea.

À diferença da pesquisa-ação – a qual pode ser emancipatória – e da pesquisa participante – socialmente engajada, mas de origem distinta – a pesquisa-ação-participativa se dá em um ciclo de construção de conhecimento de base empírica e popular, no qual os sujeitos têm papel ativo em todas as etapas do processo, formando-se assim sujeitos sentipensantes (Nascimento; Denardin; Quadros, 2024).

A Figura 2 é uma tentativa de síntese de um conjunto de elementos que compõem a pesquisa-ação-participativa. Suas principais fontes de inspiração foram os textos de Ander-Egg (1990) e de Fals-Borda ([1979] 2022).

Figura 2 - Elementos da IAP num método-progressivo



Fonte: Autores, 2025.

Sem mencionar que a figura segue uma ordem numérica, poderíamos — e deveríamos — começar pelos numerais 8 e 7, pois, se o sentipensar é uma atitude ética perante a: o “quê”, “quem”, “como” e “para quê” da

pesquisa, a práxis é a condição objetiva da realidade, enquanto momento e espaço, e, dentro de um tratamento ético de transformação da realidade, é a sua validação, que, se por um lado “a realidade objetiva aparecia como ‘coisas em si’ que se movimentavam na dimensão espaço-tempo e que vinham de um passado histórico condicionante” (Fals-Borda, 2022, p.4), por outro lado, a ação “[...] indica que a forma de realizar o estudo é já uma forma de intervenção e que o propósito da pesquisa está orientado à ação, sendo ela, no mesmo tempo, fonte de conhecimento” (Ander-Egg, 1990, p. 32), que como diz o autor, isto pressupõe “[...] a simultaneidade do processo de conhecer e de intervir, e implica a participação das próprias pessoas envolvidas no programa de estudo e ação” (Ander-Egg, 1990, p. 32).

No que tange aos números 1, 2 e 3 retornamos à valorização do vínculo entre os povos e seus territórios, com respeito ao *nascer-crescer-conhecer* enfatizado por Escobar (2016), o qual rompe com os conhecimentos *a priori* que o pesquisador julgue possuir sobre o território e sua gente, transformando também os tradicionais “objetivos de pesquisa”. Ao invés de pesquisar *sobre*, investiga-se *desde* (Escobar, 2016), pressupondo-se uma relação, já que “nada pré-existe às relações que o constituem” (Escobar, 2014). Portanto, se tudo se dá de modo relacional, não há como o investigador pressupor quais as problemáticas tratará na pesquisa sem antes estar imerso no território e com sua gente, relacionando-se de fato com ele. No mesmo sentido, Ander-Egg (1990) enfatiza que o objetivo da pesquisa-ação-participativa é a resolução de problemas dos sujeitos envolvidos na investigação, problemas que estão presentes em suas vidas cotidianas.

Podemos sublinhar que, no ponto 3, a centralidade da ação como práxis tem a capacidade de situá-la num ciclo dialético, ou seja, entre a prática e a teoria, mas uma teoria com propósito de transformação, em outras palavras, isto significa pensar a pesquisa-ação como uma ação que pesquisa e transforma, e o entendimento que emerge deste movimento, é uma noção ontológica das categorias, que como abordamos anteriormente, são forma de existência que exigem um desapego do *logos* pelo *logos*, pois este não ocorre no mundo lógico-formal das ideias e sim no mundo concreto real.

Esta abordagem nos leva ao número 4 que, como salienta Fals-Borda (2022), a realidade objetiva será esclarecida só no momento em que forem questionadas as ideias tradicionais que conformam seu paradigma (que contém as leis, conceitos e verdades da ciência). Este reconhecimento da

realidade objetiva, que dentro da processualidade do método, expressamos como um retorno desde o mundo conceituado para o concreto-real, é também uma justificação do porquê o uso de categorias deve ser uma construção que interpele a realidade como práxis e não como realidade formal estática e pré-moldada para uma explicação unívoca e limitada pelos conceitos, o que Fals-Borda (2022) abordou como uma passagem do “em si” para um “para nós”, a qual extrai uma teleologia da matéria (realidade objetiva) e não uma tautologia que vive no universo das ideias, sua razão instrumental.

Para entender o ponto 5, é importante lembrar que “o que se pode fazer é dialetizar os métodos, mas a dialética não é um conjunto de procedimentos operativos, senão, fundamentalmente, um modo de pensar com a razão, isto é, de abordar a compreensão da realidade” (Ander-Egg, 1990, p. 47). O que nós estamos chamando aqui de “metodizar a metodologia”. Quando pensamos nos ritmos de reflexão-ação que propõe Fals-borda (2022), como uma troca entre conceitos feitos e observações que possibilitem a validade do observado, formara um “ciclo rítmico da IAP”, entre [...] prática e produção de pré-conceitos ou abordagens *ad hoc*, que poderia se tornar indefinido (Fals-borda (2022, p. 11).

Existe uma simultaneidade nos processos de aprendizagem, por exemplo, o momento caótico da representação, como o chamou Marx (representado na Figura 1), estará acompanhado de pré-conceitos e fatos de observação, junto com as percepções, imaginários e conhecimentos produzidos pela comunidade, tudo naquele ritmo de reflexão-ação. Assim, irão coexistir os passos de ascenso e descenso, conforme foi representado na Figura 1, o que significa que cada fase do método, como detalhada no esquema, será revisitada múltiplas vezes se metodizamos a metodologia IAP; porém, a ação, quando tem propósito, abertura e capacidade de sentipensar, permitirá que a dialética entre teoria e prática, procure um equilíbrio, sem isso se traduzir na subordinação de uma pela outra, sem empirismos ou positivismos que dicotomizam a ciência da realidade e os pesquisadores da ação de transformação.

Na verdade, assim como a ciência social crítica, a qual nos interessa abordar aqui e que não é possível sem a práxis, da mesma forma, a teoria que “sai dos livros para a realidade” é inconsequente com um materialismo histórico (aquele que parte de um sujeito histórico). Quando tratamos de “metodologizar o método” (ponto 6 da Figura 2), não o estamos pensando de maneira independente do ponto 5, ao contrário, a

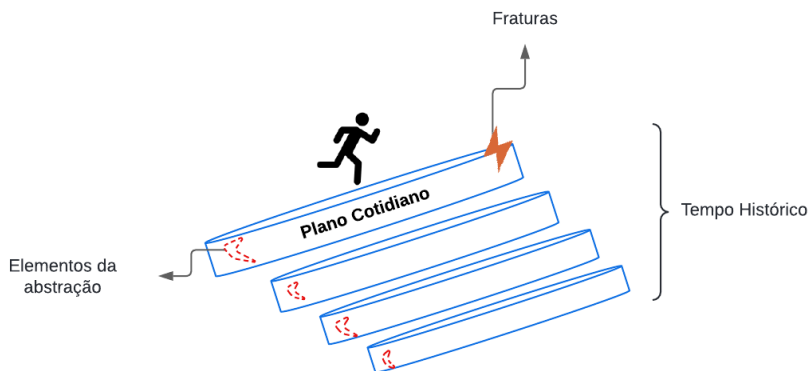
múltipla determinação de ambos é a essência do título “pensando a práxis, praticando o método”. Eis o grande interrogante deste exercício de reflexão: como passar da representação caótica da realidade (ponto 2 da Figura 1; movimento ascendente) para a explicação da realidade (ponto 7 da Figura 1; movimento descendente) incorporando os elementos apresentados na Figura 2?

Para isso, devemos incorporar na nossa análise duas variáveis sem as quais a realidade simplesmente não aconteceria, tempo e espaço. Estes dois se concentram condensados em dois planos, o cotidiano e o histórico. Como foi abordado em Alzate-Hoyos e Carmona (2023), a cotidianidade devém como realidade concreta, na qual podemos extrair movimentos particulares que contam algo do fenômeno, pois a vida cotidiana é o plano de manifestação do fenômeno por antonomásia, então, se partimos desse suposto, a dificuldade encontra-se em captar, neste universo de singularidades, a essência por trás de toda manifestação fenomênica.

Contudo, a natureza da vida cotidiana é imediata e direta, pautada por ritmos de repetição, e como tal, é o espaço da reprodução social (Alzate-Hoyos e Carmona, 2023), em outras palavras, é o espaço-tempo em que se realizarão os “[...] mecanismos de encobrimento e distorção [...] pelo qual se ‘naturaliza’ o social, universaliza-se o particular e se a-temporiza o tempo histórico. A vida cotidiana constitui, desde este processo mistificador, uma ordem natural, universal, eterna e imodificável”, daí que, “[...] a realidade social se mostra e oculta, ao mesmo tempo, na vida cotidiana. Se mostra nos fatos e se oculta na representação social dos fatos” (Quiroga, 1990, p. 72-73).

Nesta esteira, se a realidade social se manifesta e se oculta na vida cotidiana, e, embora esta seja a base de toda pesquisa-ação-participativa, em que modo poderíamos estar falando de ciência popular sem cair nas armadilhas que nos depara a sua ambígua natureza? Vejamos a Figura 3.

Figura 3 - Fraturas do plano cotidiano



Fonte: Autores, 2025.

Partimos de uma realidade concreta, em que representamos, abstraímos e conceitualizamos, passando de uma determinação para outra, analisando e sintetizando fragmentos da realidade, criamos categorias e, a sua vez, outras determinações mais concretas que as que a precedem, mas continuamos abstraindo para encontrar elementos *gerais* num oceano de singularidades, ou seja, encontramos fraturas no plano cotidiano (Figura 3) que nos permita dialogar com o tempo histórico, em que a vida cotidiana, não é mais que uma camada visível de muitas capas de tempos pretéritos condensados em determinadas formas sócio-culturais.

Por isso, defendemos a ideia de que este tipo de fraturas, que não são nenhuma negação de sua fenomenologia, devem ser constituídas numa ação-participativa que vise por uma “práxis emancipadora”, para Freire (1997) a prática libertadora está inserida no modo em que se transmite conhecimento, para que os sujeitos possam ser autores de sua própria história. Assim que a denominada ciência popular e diálogo de saberes poderiam ganhar legitimidade, quando a relação sujeito-sujeito possa co-produzir conhecimento validado pela e para a comunidade, entre movimentos de coexistência sinuosa, beirando o tempo histórico e cotidiano. Pensar no “ciclo de reflexão-ação-reflexão” (Pestaña e Alcázar, 2009) é dialetizar a IAP no modo em que co-produzimos conhecimento para transformar a realidade.

Se escolhêssemos uma palavra/frase para cada figura apresentada no corpo narrativo deste texto, poderíamos designar a *categoria* como

representativa da Figura 1, a *práxis não-apriorística* da Figura 2 e, finalmente, o *evento* na Figura 3. Mas, por que o evento? Vamos elucidar, só de maneira aproximativa, a dialética tempo histórico - tempo cotidiano, abordando os argumentos principais da obra do físico Carlo Rovelli (2018).

Segundo Rovelli (2018), não se trata de como evolui o mundo no tempo, e sim as coisas no tempo; porém, Anaximandro dizia que “[...] entendemos o mundo estudando a mudança, não estudando as coisas” (Rovelli, 2018, posição 1035-1038), a essa frase, Rovelli (2008) agregará dois elementos, o primeiro, é que as coisas evoluem em seus próprios tempos e estes com respeito a outros, e, um segundo aspecto, é que o mundo é uma *rede de eventos*, não de coisas. Dentro desta perspectiva a variável-chave é o tempo, e talvez seja este uma mistura entre o espaço relativo de Aristóteles, o Absoluto de Newton e a concepção do tempo de Einstein. Como para o autor, a “gramática para conceber o mundo é a mudança, e não a permanência” (Rovelli, 2018, posição 998-1031), o que chamamos de coisas, no mundo dos campos quânticos, são eventos, em que alguns que se percebem como estáveis e permanentes, como o seria, por exemplo, uma pedra, sob esta perspectiva, não seria mais que um evento prolongado, só isso.

Se o mundo é uma rede de eventos, alguns mais complexos e outros mais simples, e os eventos se determinam com respeito a outros eventos, isto é, tempos, então, o tempo pode ser tão elástico quanto nossa experiência pessoal. Segundo Rovelli (2018), este é um fenômeno que os filósofos chamam de indexicalidade, quer dizer que as palavras adquirem significados distintos segundo quando, onde e quem as utilize, assim, descrever o mundo ignorando os pontos de vista, é concebê-lo “desde fora” do espaço-tempo, o qual seria incompreensível, pois o mundo que conhecemos, vem “desde dentro”. Contudo, achamos que este é o ponto-chave, Rovelli (2018) explica que para Ludwig Boltzmann a entropia existe porque observamos o mundo de maneira desfocada, pois, no mundo microscópico não haveria distinção entre passado e futuro, ou entre causa e efeito, assim a particularidade dos fenômenos só resulta do desfoco de nossa perspectiva.

Isto quer dizer que, assim como não podemos entender o mundo sem as visões de tempo cotidiano – que ganha um ritmo e espacialidade particular em nossas vidas –, também não podemos compreender os fenômenos se ficássemos presos, excessivamente, a natureza que condiciona este plano, já que nossa perspectiva desfocada não nos permitiria

desvendar os mistérios desta rede de eventos que chamamos mundo. Deste modo, propomos triangular estes três elementos para criar uma semântica entre método dialético e pesquisa-ação-participativa: **1) criar marcos categoriais adaptados à realidade; 2) realizar uma práxis não apriorística**, ou seja, que não determine os sujeitos da pesquisa, nem seu contexto, e, muito menos, seu marco teórico-explicativo; e, **3) internalizar a dialética do tempo cotidiano - tempo histórico** para não negligenciar a produção de conhecimento das comunidades nos territórios, nem abordar de maneira ingênua os estágios primários de representação caótica da realidade que precisam amadurecer na pesquisa e práxis transformadora.

Ciclo dialético território - ciência popular: algumas considerações do projeto NAPI Alimento e território

Nesta seção trazemos alguns elementos de reflexão do desenho metodológico proposto.

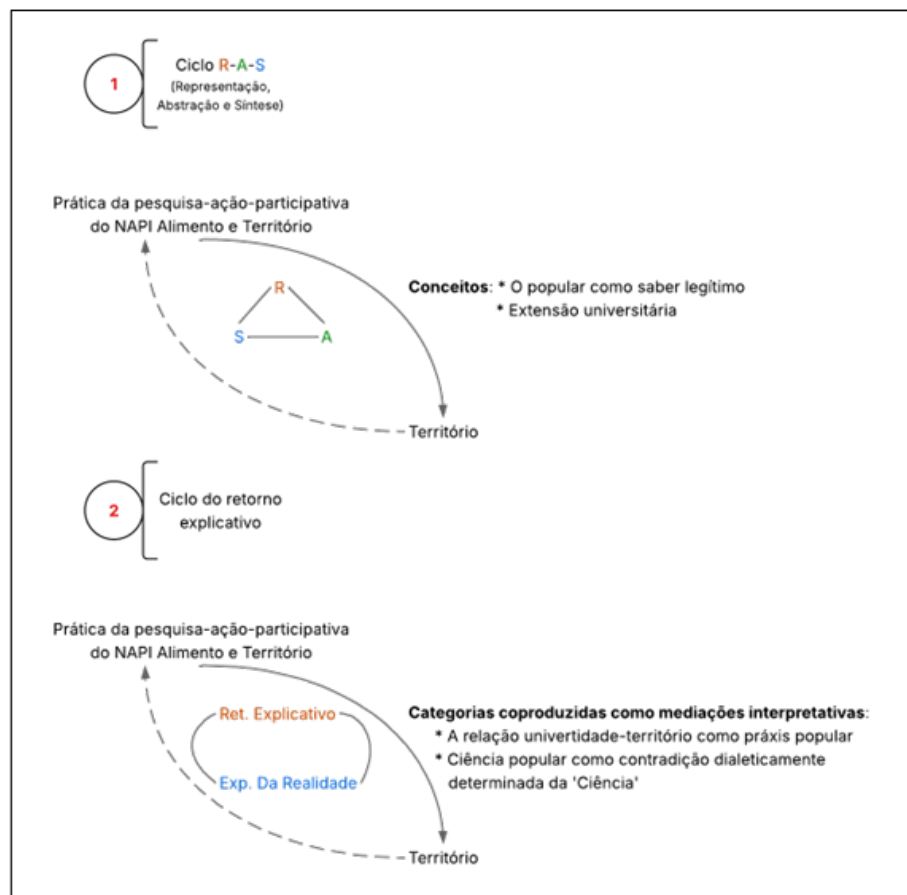
Na medida que empreendemos esta caminhada, sabemos que nosso ponto de partida no projeto NAPI Alimento e Território, é o diálogo com as famílias da agricultura familiar, contudo, conhecendo as diferenças do contexto de cada território abordado (duas mesorregiões do Estado do Paraná: Sudoeste e Litoral), adaptamos às metodologias levando em conta as configurações organizativas, tais como as cooperativas, associações, comunidades assentadas ou famílias atendidas por programas de assistência rural e sem uma organização definida.

Como pode ser observado na Figura 1, levamos conosco um arcabouço de conceitos e ferramentas metodológicas, processo ineludível dentro dos cânones do método científico, pois sempre se parte de uma determinação hipotética a ser validada ou refutada. Não obstante, levar consigo pré-conceitos e instrumentos metodológicos não é um problema, é uma etapa *sine qua non* do processo investigativo, condição que não justifica a adaptação forçosa e artificiosa de um marco teórico-metodológico à realidade, e não, ao contrário, adaptar nossos marcos a esta.

Como se constata na Figura 4, o ciclo R-A-S (numeral 1), demarca um momento inicial da pesquisa. À título de exemplo, sublinhamos dois conceitos: o popular como saber legítimo, e a extensão universitária como um dos três pilares da universidade. Embora, estes dois conceitos já carregam consigo uma crítica, eles ainda se encontram no mundo conceituado, isto é, cognitivo e intelectual, claro, não podemos desconhecer a trajetória

de cada pesquisador; porém, esta etapa se apresenta como “nova” num movimento progressivo de aprimoramento, ou seja, nosso arcabouço estará sempre aquém dos conteúdos e processos implícitos de aquele fenômeno a ser estudado e o contexto que o permeia.

Figura 4 - Ciclos dialéticos território-ciência popular



Fonte: Autores, 2025.

Após várias devolutivas de co-produção, como oficinas, visitas de campo, entrevistas etc., e, levando em conta que nossa abordagem de IAP é uma pesquisa orientada à ação sujeito-sujeito, os processos de apoio à agricultura familiar na produção, comercialização, organização e na agroindustrialização familiar, caminharam juntos com a pesquisa e a formação humana, tanto da comunidade quanto da equipe de pesquisa. Como exemplo, podemos sublinhar os processos de Melhoramento

Genético Participativo da agrobiodiversidade, como um constructo vivo das práticas agrícolas de nossas comunidades, o que envolve a universidade, instituições de pesquisa, a participação da comunidade no uso contínuo das variedades cultivadas, reproduzidas e trocadas, assim como, além de matrizes de mandioca, batata doce e milho, no ensaio de sementes orgânicas repassadas às famílias agricultoras.

No segundo ciclo (número 2 da Figura 4), que corresponde ao ciclo de retorno explicativo (momento três e quatro abordado na Figura 1), surgem as seguintes categorias co-produzidas como mediações interpretativas: a relação universidade-território como práxis popular e a ciência como contradição dialeticamente determinada da Ciência (percebida como produto do convencional método científico). As categorias, como já foi mencionado, surgem como momento prático e político; assim entendemos que a ciência popular, além de ser legítima, ela é consubstancial a qualquer denominação de ciência, se considerada legítima. Daí que a ciência popular seja uma contradição determinadora – e mutuamente determinada – da ciência, porque o conhecimento, como o demonstra a história, é coletivo e tem como fonte a capacidade observativa e adaptativa dos povos, a tautologia pregada pelo método científico nega esta fonte. Eis que a relação universidade-território tem que ir além da missão extensionista da academia, como se o conhecimento se passasse exclusivamente neste recinto, para ser posteriormente difundido. O projeto NAPI Alimento e Território, constata o surgimento destas e outras categorias militando nos territórios, pois o conhecimento co-produzido a estes lhes pertence.

Considerações finais

Sabemos que este manuscrito não é mais que uma tímida tentativa de urdir corpos teóricos e práticas investigativas originadas em contextos e tempos muito diferentes; não obstante, o fio argumentativo que tece seus propósitos de transformação da realidade de seus pioneiros, não estão, no fim das contas, tão distantes um do outro.

Assim, abordamos as representações sociais como realidades muito ricas dos contextos, em que o concreto, como realidade histórica, é finalmente produzida como síntese de múltiplas determinações. Dentro desse universo semântico, os ritmos de reflexão-ação-reflexão da pesquisa-ação-participativa, foram representados em nossa Figura 1 como a “viagem

de retorno”, uma prerrogativa que tem a práxis transformadora quando vem pensada e direcionada pela própria comunidade em processos de co-produção de conhecimento (Figura 4). Além disso, o método dialético nos ensina que as categorias são interpretações complexas de formas, conteúdos e momentos de existência com características prático-sensíveis de ação política, isto é, o real é o ponto de partida de qualquer abstração; a categoria é, portanto, a mediação interpretativa da realidade.

Como pesquisamos *desde* e não *sobre*, há uma relação espaço-temporal que caracteriza o *locus* indivisível da produção social da práxis, o tempo, nesta afirmação, é o coração da dialética entre o tempo histórico e o tempo cotidiano. Deste modo, se a gramática do mundo é a mudança e não a permanência, em que um evento se determina em relação ao outro, nossa experiência pessoal é a práxis que interpreta o mundo “desde dentro”, em que a sua vasta riqueza é, como ponto de partida, sua denotada *particularidade*, seu desenfoque de perspectiva. Assim, a vida cotidiana é entendida como o plano privilegiado da manifestação dos fenômenos e, por sua vez, onde-quando se ocultam seus conteúdos; a sua natureza contraditória é encarnar o tempo histórico e negá-lo de maneira coexistente.

Referências

- AIZATE-HOYOS, C. A, CARMONA, J. M. El consumo en la producción del espacio: una propuesta categorial a partir de la relación dialéctica producción-consumo del espacio urbano. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 9, n. 2, Dossiê Metodologias Qualitativas de Pesquisa e/ou Ação, 2023.
- ANDER-EGG, E. **Repensando la Investigación Acción Participativa: Comentarios, críticas y sugerencias**. Bilbao: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco Ezequiel Ander-Egg, 1990.
- DUSSEL, Enrique. **La producción teórica de Marx**. Un comentario a los Grundrisse. México: Siglo XXI editores. 2d edición, 1991.
- MARX, Karl. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858**. 20. ed. México: Siglo XXI, 2007.
- BAUTISTA, J. Marx y la transmodernidad decolonial. In: Encuentros descoloniales: memorias de la primera escuela de pensamiento descolonial nustramericano, 1., IVIC, 7 a 14 out. 2016. **Anais...** Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas (IVIC), 2018a. p. 127-175.

BAUTISTA, J. Hacia un Marx del siglo XXI. El problema de la descolonización del pensamiento crítico contemporáneo. In: ALVARADO, David., REVERÓN, Manuel (Org.). **El vuelo del fénix**. Buenos Aires: CLACSO, 2018b. p. 121- 152.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**. Medellín: Ediciones unaula, 2014.

ESCOBAR, A. Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur. **Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 11, n. 1, p. 11-32, 2016.

FALS-BORDA, O. Por La Praxis: El Problema De Cómo Investigar La Realidad Para Transformarla. **Espacio Abierto**, v. 31, n. 1, p. 193-221, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LUKÁCS, G. **Marx, ontología del ser social**. Madrid: Ediciones AKAL, 2007.

MINA ROJAS, C.; MACHADO, M.; BOTERO MOSQUERA, P.; ESCOBAR, A. Luchas del buen vivir por las mujeres negras del Alto Cauca. **Nómadas**, n. 43, p. 167-183, 2015.

NASCIMENTO, E. C.; DENARDIN, V. F.; QUADROS, D. A. Pesquisa-Ação, Pesquisa Participante e Investigação-Ação Participativa: semelhanças e diferenças. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 46, n. 3, e71874, 2024. <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v46i3.71874>

PESTAÑA, J; ALCÁZAR, M. Investigación - Acción - Participativa. In: REYES, R. **Diccionario Crítico de Ciencias Sociales Terminología Científico-Social**, Tomo 3, Madrid-México: Plaza y Valdés, 2009.

QUIROGA, A. P. **Enfoques y perspectivas en psicología social**. Argentina: Ediciones Cinco, 1990.

QUIROGA, A. P; RACEDO, J. **Crítica de la vida cotidiana**. 3. ed. Buenos Aires: Ediciones Cinco, 1993.

ROVELLI, C. **El orden del tiempo**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2018.

ENTRE O PATRIMÔNIO TERRITORIAL E A CULTURA ALIMENTAR: O VALOR DOS SABERES TRADICIONAIS FRENTE À HOMOGENEIZAÇÃO GLOBAL

Camila Arielle Bufato Moreira
Evandro Cardoso do Nascimento
Thomaz Bosquetto Matoso
Diomar Augusto de Quadros

DOI: 10.46550/978-65-6135-196-6.81-94

Introdução

A prática alimentar representa uma ação concreta que vai além da mera ingestão de alimentos; ela incorpora também os significados associados a essa atividade. Essa ação é permeada por trocas simbólicas e abrange uma variedade de elementos e associações que refletem e consolidam a posição de um indivíduo em suas interações sociais diárias (Carvalho; Luz, 2011).

Cada sociedade estabelece um conjunto de práticas alimentares, as quais podem se fixar ao longo do tempo, formando os hábitos alimentares¹ e com isso vindo a formar o patrimônio cultural. Mas ainda, estas podem vir a desaparecer pouco a pouco perdendo a tradição alimentar do território (Brasil, 2004, p. 61). Estas tradições que são peculiares de cada grupo social têm importância no seu autorreconhecimento e autoestima, expressando ou afirmando determinado valor. Ou seja, o prato de comida² pode materializar a identidade cultural de um grupo social.

A cultura alimentar é um tema que trata da valorização dos aspectos socioculturais necessários à compreensão dos significados produzidos pela certeza ou incerteza de se alimentar e se nutrir. Conteúdos estes, interligados a diferentes campos de saberes (Freitas; Pena, 2007). O ser

- 1 O hábito alimentar como parte do *habitus*, é compreendido na dimensão do cotidiano, em que a experiência faz parte da identidade cultural do sujeito (Freitas; Pena, 2007, p. 79).
- 2 Comida é o alimento que é aceito social e culturalmente dentro de um determinado grupo de indivíduos (Gimenes, 2008, p. 41).

humano, ao contrário de outras espécies animais, recorre a diferentes e variados alimentos, de acordo com o lugar onde vive ou o grupo social a que pertence (Silva; Silva, 2007).

Logo, a cultura alimentar é um fenômeno em constante evolução, marcado por sua dinâmica intrínseca, por muito tempo foi moldada por fatores geográficos e sazonais, refletindo o consumo de alimentos produzidos localmente e disponíveis em diferentes estações do ano (Brasil, 2004). As culturas alimentares e suas construções de sentido revelam tanto a continuidade de práticas tradicionais ao longo do tempo quanto o dinamismo característico das mudanças, evidenciando fluxos, mobilidades, apropriações e adaptações (Costa, 2023).

Porém, as transformações atuais diferem significativamente das mudanças passadas, que eram frequentemente atribuídas à migração de populações de diversas regiões e países, as quais introduziam e, muitas vezes, impunham suas práticas alimentares. No cenário contemporâneo, essas transformações são impulsionadas por uma confluência de fatores econômicos e sociais, intensificadas pelo papel dos meios de comunicação de massa e pela globalização. Como resultado, esse processo culmina na homogeneização dos hábitos alimentares, manifestando-se tanto em níveis nacional quanto global (Brasil, 2004).

A crescente padronização das práticas alimentares levanta questões significativas sobre a preservação da diversidade cultural e alimentar, além de impactar o saber-fazer das comunidades tanto na produção e cultivo de alimentos quanto em suas práticas culinárias. Essa homogeneização não apenas enfraquece as identidades locais, mas também compromete a cultura alimentar, que abrange conhecimentos, técnicas e valores transmitidos ao longo de gerações. Nesse contexto, o patrimônio territorial surge como um elemento que está relacionado à identidade e às práticas locais.

O patrimônio territorial é um bem coletivo das comunidades, associado a valorização do território e a preservação dos aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais que caracterizam uma região. O desenvolvimento regional depende da apreciação das potencialidades culturais, socioeconômicas e ambientais de cada território, considerando o patrimônio territorial como um elemento central nesse processo (Poli, 2015). Esse patrimônio atua como um meio de resistência frente à globalização, promovendo uma relação de coevolução entre a sociedade, o ambiente e as características únicas de cada lugar (Magnaghi, 2011).

Nesse contexto, o presente capítulo busca refletir sobre como a cultura alimentar atua no fortalecimento do patrimônio territorial, promovendo a valorização dos saberes locais relacionados à produção e ao consumo de alimentos. Essa reflexão se torna fundamental ao considerar a crescente homogeneização das práticas alimentares em um mundo globalizado, o que pode ameaçar a agrobiodiversidade dos territórios e suas relações com o alimento. Assim, a investigação pretende explorar as dinâmicas que conectam a cultura alimentar ao patrimônio territorial.

O texto está estruturado em quatro seções, incluindo a introdução e as considerações finais. O segundo tópico aborda o conceito de patrimônio territorial e seus pilares, enquanto o terceiro explora a cultura alimentar como um elemento do patrimônio territorial. Por fim, o quarto tópico apresenta as principais conclusões do estudo.

Patrimônio territorial e a identidade local: um contraponto à lógica globalizante

O conceito de patrimônio territorial é dinâmico, nascido da combinação de dois pilares fundamentais: o patrimônio e o território. Sua origem, como apontam Nascimento, Denardin e Quadros (2024, p. 92), “está vinculada a um contexto teórico, de reelaboração e ampliação dos conceitos de patrimônio e território, e a um contexto social, em que tanto o patrimônio quanto o território se viam ameaçados por uma racionalidade econômica globalizante”. Para um entendimento mais aprofundado do patrimônio territorial, é necessário antes explorar o próprio conceito de território.

Para Magnaghi (2001, p. 6, tradução nossa), “o território não existe na natureza, pois é o produto histórico de ações culturais humanas em uma relação dialética e coevolutiva com o ambiente natural”. O território é uma construção dos processos territorializantes das sucessivas gerações civilizatórias, que depositam, ao longo do tempo, sedimentos materiais e imateriais, formando o patrimônio territorial. O modo como uma comunidade se assenta, suas práticas locais, saberes, relações sociais e interação com o ambiente natural depositam no território marcas que compõem um patrimônio.

Essas marcas podem ser físicas (materiais), como as transformações tangíveis nos recursos naturais e na organização do espaço. Exemplos de sedimentos materiais incluem construções (casas, edifícios, igrejas),

infraestruturas (estradas, pontes, grandes obras) e a própria modificação da paisagem, como terras agrícolas moldadas ao longo das gerações e a constituição de centros urbanos.

Por outro lado, as marcas imateriais são elementos intangíveis, que moldam a vida cotidiana e as relações da comunidade com o território. Exemplos de sedimentos imateriais incluem tradições e festas populares (como celebrações religiosas e rituais de colheita), saberes locais (como práticas agrícolas e manejo da terra), além da linguagem, com dialetos e histórias orais que atravessam gerações.

Portanto, a construção do território e a deposição de sedimentos materiais e imateriais são resultado de um processo sócio-espaço-temporal de territorialização, em que um grupo social ou civilização organiza e estrutura o espaço natural ao longo do tempo. Esse processo reflete uma mediância cultural — o modo como práticas, saberes, valores e interações sociais moldam o espaço em resposta às necessidades, aspirações e identidades da comunidade (Magnaghi, 2017). Como observou Turco (1988, p. 76), o processo de territorialização é “um grande processo pelo qual o espaço incorpora valor antropológico”.

Para Magnaghi (2001, p. 6, tradução nossa), nos atos de territorialização,

cada civilização, em seu processo de afirmação e assentamento, “deposita” estruturas de assentamento e culturas, muitas das quais perduram a longo prazo. Cada ciclo sucessivo de civilização não retorna o território à sua natureza original, mas se alimenta de maneiras originais dos atos de territorialização do ciclo anterior, reinterpretando-os e estruturando-os de forma diferente.

É através desses atos “acumulativos” ao longo do tempo no território que se originam os “lugares”, ambientes humanos dotados de identidade, personalidade e individualidade paisagística (Magnaghi, 2001, p. 7). Portanto, cada lugar assume – na relação de longa duração entre assentamento humano e ambiente – uma identidade específica fruto dessa inter-relação. A identidade de um lugar cria uma espécie de “memória” no território, onde os elementos materiais e imateriais, que persistem ao longo do tempo, se entrelaçam, conferindo ao lugar uma singularidade (Magnaghi, 2001).

No entanto, essa identidade, outrora formada por processos lentos e coevolutivos, encontra-se cada vez mais sob pressão. Com o avanço da globalização, que promove uma homogeneização cultural e uma

exploração econômica acelerada, essas particularidades locais acabam sendo enfraquecidas, substituindo as práticas e paisagens construídas localmente por modelos padronizados, orientados pela lógica do mercado global.

Magnaghi (2011), em *El Proyecto local: hacia una consciencia del lugar*, critica fortemente o impacto da globalização na descaracterização dos territórios. Apoiando-se na ideia de “ocidentalização do mundo”, formulada por Latouche em 1994, ele argumenta que as teorias tradicionais de desenvolvimento se revelam cada vez mais “inexportáveis, insustentáveis e ecocatastrofistas” (Magnaghi, 2011, p. 53). A exploração excessiva dos recursos naturais, a degradação ambiental desenfreada e o aumento das desigualdades sociais são exemplos claros da insustentabilidade desse modelo global. Essas práticas desconsideram as especificidades locais e contribuem para uma homogeneização cultural e ambiental, rompendo com o equilíbrio coevolutivo que historicamente moldou os territórios.

Desde a época histórica caracterizada pelo fordismo e pela produção em massa, os territórios vêm sendo tratados de maneira reducionista, onde o território é “liberado”, sendo representado e utilizado apenas como suporte técnico para atividades e funções econômicas, de acordo com a racionalidade do contexto socioeconômico e tecnológico (Magnaghi, 2011). Isso resulta na descon sideração das relações com o lugar, suas qualidades ambientais, culturais e identitárias. Essa racionalidade invade os territórios sem que haja limites aparentes para o crescimento urbano, ignorando o caráter singular de cada lugar. Ainda, segundo o autor:

O lugar é reinterpretado unicamente como uma restrição espacial, um obstáculo a ser superado, um recurso a ser explorado, inclusive em suas peculiaridades e diferenças (ambientais, salariais e culturais). Em última instância, é considerado um suporte técnico para a construção do território artificial do sistema industrial e pós-industrial, bem como de sua economia (Magnaghi, 2011, p. 57, tradução nossa).

Em tempos passados, a desterritorialização permitia uma reterritorialização fluída e orgânica, onde antigas estruturas e práticas culturais eram recuperadas ou reinterpretadas sob novas influências (Magnaghi, 2001). Esse processo favorecia a continuidade histórica dos territórios, permitindo que elementos do passado fossem integrados às novas realidades, preservando a identidade local e suas singularidades. No entanto, na contemporaneidade, essa dinâmica mudou de forma significativa.

A aceleração da globalização e a lógica do mercado global, ao impulsionarem transformações territoriais, tendem a romper essa

continuidade. As intervenções atuais ignoram a conexão entre o presente e a história que moldou o lugar, fragmentando as características identitárias que outrora se preservavam de forma coevolutiva (Magnaghi, 2011).

Portanto, a desterritorialização não se configura mais como no passado, quando constituía uma fase de transição para uma nova territorialidade. Atualmente, a desterritorialização é determinado por um sistema socioeconômico desterritorializado em sua própria essência. “A desterritorialização contemporânea é, portanto, a primeira na história de natureza tendencialmente estrutural, sem possibilidade de retorno” (Magnaghi, 2011, p. 65, tradução nossa). A desterritorialização contemporânea rompe definitivamente com o processo de construção coevolutiva entre a sociedade e o território, apagando paulatinamente os traços identitários.

O patrimônio territorial surge como uma resposta à crescente pressão da globalização sobre os territórios, que descaracteriza os lugares, desconsidera suas singularidades e tende a homogeneizar o espaço e as práticas locais. Logo, o patrimônio territorial oferece uma resistência, resgatando e reconhecendo o valor intrínseco dos lugares e suas histórias. Enquanto a globalização impõe uma lógica de mercado que trata o território apenas como suporte para atividades econômicas, suprimindo suas identidades.

Apesar das transformações que o conceito de patrimônio sofreu ao longo do tempo, ele assume hoje uma dimensão econômica, sendo muitas vezes explorado como um recurso (Poli, 2015). No entanto, em oposição à visão produtivista, que integra o patrimônio nas dinâmicas econômicas globais, há uma perspectiva que reconhece o “valor de existência” do patrimônio territorial, valorizando suas características culturais, ecológicas e sociais de longa duração (Magnaghi, 2011). Esse tipo de patrimonialização, embora considere o patrimônio como um recurso econômico, busca a preservação e reprodução sustentável das especificidades territoriais.

Quando identificado por meio de uma análise histórica, o patrimônio territorial pode se tornar uma peça-chave nos modelos socioeconômicos sustentáveis. Uma vez reconhecido pelos habitantes, ele pode ser integrado aos processos de planejamento territorial, permitindo a criação de estratégias que, ao invés de fragmentar ou destruir, promovem a valorização duradoura dos bens comuns e das identidades locais (Poli, 2015).

Sendo um recurso duradouro, intimamente conectado à identidade do lugar e suas práticas territoriais, o patrimônio territorial torna-se o ponto de partida para valorizar economicamente o território. Ao reconhecer e incorporar o patrimônio ativamente nas práticas de desenvolvimento, é possível garantir que ele continue a gerar benefícios para a comunidade, preservando o passado e gerando riquezas duradouras, não apenas em termos financeiros, mas também em termos de identidade e coesão social. A ação pública é essencial nesse processo, fornecendo instrumentos jurídicos e de gestão que preservam e promovem o uso sustentável do território. Dessa forma, o patrimônio territorial não apenas resiste à globalização, mas também garante uma relação coevolutiva entre a sociedade, o ambiente e as peculiaridades de cada lugar (Poli, 2015).

Cultura alimentar como patrimônio territorial

Quando se fala em cultura alimentar, logo vem à mente os diferentes comportamentos alimentares presentes nas diversas culturas. Cada cultura realiza a escolha de seus alimentos a partir de sentimentos, valores e gostos que são socialmente construídos. De acordo com Contreras e Gracia (2005), as pessoas constroem seus comportamentos alimentares desde o nascimento, aprendendo com outras pessoas de seu convívio social, seja na família, no grupo étnico, na classe social ou na comunidade mais ampla. Tais comportamentos são a base da chamada cultura alimentar.

Contreras e Gracia (2005, p. 27-28, tradução nossa) definem a cultura alimentar como “o conjunto de representações, crenças, conhecimentos e práticas herdadas e/ou aprendidas que estão associadas à alimentação e que são compartilhadas por indivíduos de uma determinada cultura ou de um determinado grupo social dentro de uma cultura”. Nesse sentido, como destacou, em outro texto, o próprio Hernández (2005, p. 141), a cultura alimentar está diretamente associada às características ecológicas e sociais do território, por isso é um marcador étnico, ou seja, “um dos elementos que contribuíram para “gerar identidade”, mediante a constatação da diferença”.

Nesse mesmo sentido, também em outro texto, Gracia Arnaiz (2010) define a cultura alimentar como o:

conjunto de atividades estabelecidas pelos grupos humanos para obter do meio ambiente os alimentos que possibilitem sua subsistência, abrangendo desde o abastecimento, produção, distribuição, armazenamento, conservação e preparo dos alimentos até o seu

consumo, e incluindo todos os aspectos simbólicos e materiais que acompanham as diferentes fases deste processo (Gracia Arnaiz, 2010, p. 384, tradução nossa).

Logo, a cultura alimentar é um conjunto de elementos materiais e imateriais herdados do passado, formadores da identidade e que abrange todas as fases relacionadas à alimentação, ou seja, da produção ao consumo. A cultura alimentar é traço identitário de um povo, um conjunto de práticas e saberes históricos, culturais, ambientais e territoriais relacionadas à sua alimentação.

De acordo com o documento de referência da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2015), é importante valorizar a alimentação do Brasileiro como patrimônio imaterial nacional em que precisa atender às dimensões e valores socioculturais e referências locais e tradicionais – que conformam identidades sociais, étnicas e culturais – no modo como temos acesso e transformamos os alimentos e nos atos de cozinhar e comer.

A cultura alimentar relaciona-se aos significados da alimentação, principalmente aqueles ligados à identidade de cada grupo social. Assim, o próprio alimento passa a representar, em cada contexto da vida humana, uma cultura e identidade próprias de um grupo social, além de sua função primária, de nutrir e matar a fome (Silva; Silva, 2007).

Segundo Freitas e Pena (2007, p. 72) “os aspectos da cultura poderão ser conhecidos na observância da dinâmica de uma intersubjetividade capaz de mostrar as diferentes percepções emergentes sobre o tema em seus contextos situacionais”. Nessa perspectiva, Silva e Silva (2007) destacam que a cultura envolve princípios de exclusão e associação entre os alimentos, das prescrições e proibições tradicionais e religiosas, dos ritos da mesa e da cozinha, enfim de toda estrutura da alimentação cotidiana.

Nas práticas alimentares, que vão dos procedimentos relacionados à preparação do alimento ao seu consumo propriamente dito, a subjetividade veiculada inclui a identidade cultural, a condição social, a religião, a memória familiar, a época, que perpassam por esta experiência diária (Garcia, 1994).

Assim como os territórios, as culturas alimentares também foram e são afetadas pelo processo de “ocidentalização do mundo” provocado por uma globalização que é ao mesmo tempo econômica (Wallerstein, 1974), cultural (Elias, 1994) e ecológica (Crosby, 2011). De acordo com Hernández (2005) a globalização contribuiu, de um lado, para a ampliação

dos repertórios alimentares e, de outro, para uma crescente homogeneização controlada pela indústria de alimentos. A produção e distribuição de alimentos em escala planetária fizeram com que “as tarefas da cozinha doméstica” fossem “transferidas, em grande medida, para a indústria” e os comportamentos alimentares estão “mais baseados nas estratégias de marketing das empresas agroalimentares do que na experiência racional ou nas práticas tradicionais” (Hernández, 2005, p. 132-133).

Dessa forma, como destacou Hernández (2005), o interesse das empresas em produzir mais e a menor custo levou a um generalizado uso de aditivos que, além de homogeneizar os alimentos, tem consequências, muitas vezes ainda desconhecidas à saúde humana. O efeito disso é uma insatisfação do consumidor que, além de não se identificar com o alimento, desconhece sua origem e o seu ciclo de produção. Na falta de referências, a marca assume o papel de garantir a origem e a identidade dos alimentos, formando verdadeiros monopólios industriais. Segundo Hernández (2005), a consciência desse processo, somada a uma estratégia de mercado, tem levado a um “resgate” da diversidade vegetal e animal e a uma valorização dos produtos “artesaniais” e dos pratos “tradicionais”.

A homogeneização dos alimentos provocou certa nostalgia com relação aos alimentos do passado que, como afirmou Hernández (2005), são mais ou menos mistificados como as “delícias” e “variedades” de ontem. Esses usos dos sabores tradicionais se somam ao “reconhecimento de que a cozinha constitui um patrimônio cultural importante e deve ser preservada por razões ecológicas e culturais” (Hernández, 2005, p. 139).

Nesse sentido, observa Hernández (2005), a patrimonialização de elementos da cultura alimentar apresenta aspectos paradoxais, pois ao mesmo tempo em que enfrenta a homogeneização da cultura alimentar, derivada da economia de mercado, transforma esses elementos em produtos para o mercado, muitas vezes, descontextualizados dos territórios que lhes deram origem e sob o estereótipo de comida étnica.

Segundo Bortoletto e Spinetti (2024), os produtos locais, quando enraizados na cultura alimentar do território, são um meio de resistência à *McDonaldização* dos sabores e da produção. Quando reconhecidos como patrimônio, esses produtos, além de valorizar a história e a cultura do território, conseguem se inserir no mercado em nome da singularidade e da especificidade. Para os autores que trabalham com a noção de distritos do sabor a partir dos territórios, ao mesmo tempo em que o patrimônio

contribui na formação da identidade, ele também é um instrumento de valorização da cultura.

Na perspectiva do patrimônio territorial, a cultura alimentar pode ser abordada de forma semelhante, ou seja, como uma resposta à crescente pressão da globalização sobre os territórios, mas também como um recurso econômico para as comunidades locais. Como destacaram Magnaghi (2011) e Poli (2015), é preciso considerar o “valor de existência” junto ao “valor de uso” para que a cultura alimentar seja, ao mesmo tempo, um marcador étnico gerador de identidade e uma fonte de renda para as comunidades que detém o patrimônio, ou seja, os elementos ecológicos e sociais do fazer culinário.

Como destacado no tópico anterior, esse tipo de patrimonialização embora considere o patrimônio como um recurso econômico, busca a preservação e reprodução sustentável das especificidades territoriais. A cultura alimentar, nesse sentido, é perpetuada pelo uso que se faz dela, mas se esse uso for meramente econômico, sem valor de existência para a comunidade, torna-se, como já havia alertado Hernández (2005), apenas um produto de mercado, descontextualizado do território que lhe deu origem.

A compreensão da cultura alimentar como patrimônio territorial demanda a análise integrada de três fatores essenciais, sobretudo quando se visa sua inserção em propostas de desenvolvimento territorial sustentável. São eles:

1. **A cultura alimentar possui um aspecto híbrido entre a materialidade e a imaterialidade:** a cultura alimentar tem uma dimensão material (tangível), ligada à agrobiodiversidade dos territórios e à materialidade do próprio alimento, e uma dimensão imaterial (intangível) ligada ao saber fazer culinário que é transmitido entre as gerações. Desse modo, para se “preservar” a cultura alimentar como parte de um patrimônio territorial, é preciso tanto “proteger” a diversidade vegetal e animal quanto “transmitir” os saberes e fazeres relacionados ao preparo dos alimentos, abrangendo todas as fases do processo (Gracia Arnaiz, 2010).
2. **A cultura alimentar como parte do território também está sujeita aos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização:** isso significa que a cultura alimentar é dinâmica e está em constante processo de ressignificação. Em

cada ciclo de civilização, para utilizar os termos de Magnaghi (2001), a cultura alimentar se apropria de maneira original do conjunto de representações, crenças, conhecimento e práticas herdadas do ciclo anterior para ressignificá-lo no presente, dando-lhe novos sabores, ingredientes, significados e usos.

3. **A cultura alimentar dos territórios pode ser uma ferramenta de resistência à homogeneização cultural:** a globalização interrompeu um processo fluído e orgânico de ressignificação dos lugares em favor de uma desterritorialização estrutural e sem possibilidade de retorno. Nesse contexto, o “resgate” da cultura alimentar dos territórios e a sua patrimonialização pode ser uma ferramenta de resistência à homogeneização cultural e promover a valorização cultural e econômica dos territórios. Dessa forma, a cultura alimentar como patrimônio territorial não apenas resiste à globalização, mas também garante uma relação coevolutiva entre a sociedade, o ambiente e as peculiaridades de cada lugar (Poli, 2015).

O patrimônio alimentar brasileiro é fruto do “diálogo histórico entre culturas diversas como a dos povos indígenas, dos migrantes forçados da África e das populações migrantes portuguesa, espanhola, italiana e japonesa, entre outras” (Brasil, 2015, p. 9). Encontramos nos diferentes biomas uma agrobiodiversidade valiosa, com variedades de frutas, verduras, legumes, sementes oleaginosas, tubérculos, cereais e leguminosas que contribuem com o nosso patrimônio culinário (Brasil, 2015).

Portanto, a cultura alimentar como patrimônio territorial exige uma abordagem integrada, que considere sua materialidade, imaterialidade, dinamicidade e potência de resistência frente à homogeneização cultural. Incorporá-la aos projetos de desenvolvimento territorial sustentável é essencial para valorizar identidades locais, fortalecer a soberania alimentar e promover economias enraizadas na diversidade dos territórios brasileiros.

Considerações finais

A cultura alimentar, ao ser compreendida como patrimônio territorial, constitui um elemento estruturante das dinâmicas identitárias e dos processos de construção da memória coletiva de um determinado território. Para que esse patrimônio seja efetivamente preservado ou resgatado, é fundamental criar condições que permitam à sociedade

reconhecer e se reconectar com a história alimentar do território em que vive. Nesse contexto, a cultura alimentar enquanto patrimônio, não só fortalece a coesão social, mas também se configura como um mecanismo de resistência às dinâmicas homogeneizadoras promovidas pela globalização.

A partir dessa perspectiva, resgatar e valorizar o conhecimento sobre os aspectos culturais da alimentação de um determinado território exige a compreensão dos significados atribuídos a esse fenômeno, a partir das práticas que o envolvem em diversos contextos das relações sociais cotidianas. Esse processo implica entender como os indivíduos atribuem e reconstroem o sentido de suas necessidades, sua comida e o espaço da cozinha. Além disso, é imprescindível integrar à cultura alimentar, os alimentos provenientes da agrobiodiversidade e de sistemas produtivos de base agroecológica, que não apenas preservam as condições ambientais, mas também adotam formas de preparo que resgatam e valorizam o saber tradicional.

Em síntese, alimentos, receitas, saberes e práticas culinárias deixam de ser vistos como meros objetos de consumo e passam a ser reconhecidos como expressões vivas de uma relação histórica e simbólica com o território. Esse reconhecimento reforça o valor de existência da cultura alimentar, possibilitando a valorização e proteção das tradições diante da crescente padronização dos hábitos alimentares imposta pelo mercado global.

Referências

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional - Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, Jul. 2004.

BRASIL. Comida de verdade no campo e na cidade – Documento de Referência do 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2015.

BORTOLETTO, N.; SPINETI, G. Distritos del sabor enogastronómico y desarrollo local en el interior de Italia. **GUAJU: Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 10, p. 71–91, 2024. <https://doi.org/10.5380/guaju.v10i0.93879>

CARVALHO, M. C. V.; LUZ, M. T. Simbolismo sobre “natural” na alimentação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 147–154, 2011.

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. **Alimentacion y Cultura**: perspectivas antropológicas. Barcelona: Editorial Ariel, 2005.

COSTA, L. C. N. Da paisagem à panela: patrimônios alimentares e interfaces turísticas no Brasil. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 16, n. 1, p. 140-161, 2023.

CROSBY, A. W. **Imperialismo Ecológico**: a expansão biológica da Europa 900-1900. Tradução José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FREITAS, M. C. S.; PENA, P. G. L. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 69-81, jan./fev., 2007.

GARCIA, R. W. D. Representações Sociais da Comida no Meio Urbano: algumas considerações para o estudo dos aspectos simbólicos da alimentação. **Cadernos de Debate**, Campinas, v. 2, p. 12-40, 1994.

GRACIA ARNAIZ, M. Alimentación y cultura en España: una aproximación desde la antropología social. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 357-386, 2010.

GIMENES, M. H. S. G. Cozinhando a tradição: festa, cultura e história no litoral paranaense. Curitiba. 405 f. Tese (Doutorado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

HERNÁNDEZ, J. C. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (Org). **Antropologia e nutrição**: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

MAGNAGHI, A. **El Proyecto local**: hacia una consciencia del lugar. [S. l.: s. n.], 2011.

MAGNAGHI, A. Una metodologia analitica per la progettazione identitaria del territorio. In: RAPPRESENTARE I LUOGHI. METODI E TECNICHE. 2001. p. 7-52.

MAGNAGHI, A. A Biorregião urbana: Pequeno tratado sobre o território, bem comum. Matosinhos: Escola Superior de Artes e Design (ESAD), 2017.

NASCIMENTO, E. C.; DENARDIN, V. F.; QUADROS, D. A.
Do Monumento ao Território: o conceito de patrimônio territorial.
Sociedade e Território, v. 36, n. 1, p. 76–96, 2024. <https://doi.org/10.21680/2177-8396.2024v36n1ID34427>

SILVA, M. V. L.; SILVA, F. P. L. Literatura e cinema: uma leitura da representação social do ato de comer. **Encontro Regional da ABRALIC 2007: Literaturas, Artes, Saberes**. 2007. 10 p.

POLI, D. Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva. *In*: MELONI, B. (org.). **Aree interne e progetti d'area**. Torino: Rosenberg e Sellier, 2015. p. 123–140.

TURCO A. Verso una teoria geografica della complessità, Unicopli, Milano, 1988.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Vol. I. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

RECURSOS E ATIVOS TERRITORIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Jéssica Puhl Croda
Cintia Virginia de Campos
Valdir Frigo Denardin

DOI: 10.46550/978-65-6135-196-6.95-113

Introdução

O ponto de partida desse estudo é o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável, ancorado em dois eixos norteadores: os recursos e ativos territoriais e as estratégias de mobilização de tais atributos pelos atores locais. Entende-se que os territórios são entidades socialmente construídas, cujos atores devem assumir o rumo do seu desenvolvimento, buscando reconhecer o potencial contido no saber local e a valorização dos recursos latentes, tangíveis e intangíveis (Carrière; Cazella, 2006; Denardin; Sulzbach, 2019).

Os recursos são “os fatores a revelar, a explorar, ou ainda a organizar” em um dado território, enquanto os ativos, são “os fatores em atividade” (Benko; Pecqueur, 2001, p. 41). Diante disso, busca-se a valorização dos recursos com identidade territorial e a sua manutenção nos mercados locais e regionais, uma vez que os territórios possuem características específicas (paisagem, saber-fazer, tipicidade etc.) que permite sua diferenciação frente a produção de *commodities*, ou seja, uma produção em escala baseada na homogeneização de produtos sem vínculos territoriais (Denardin; Sulzbach, 2010).

Na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável, se destacam as iniciativas de atores locais que articulam ações mercantis e não-mercantis com o propósito de criar uma oferta heterogênea de atributos territoriais, que valorizem o saber-fazer, a cultura, o ambiente natural, entre outros (Pecqueur, 2001; Mollard, 2001). Sendo assim, “o papel dos atores sociais públicos, privados e associativos é determinante na configuração de projetos de desenvolvimento que desviem de formas

convencionais, puramente economicistas”, para contribuir na redução das desigualdades econômicas e sociais existentes, sobretudo, nos territórios rurais (Cazella *et al.*, 2020, p. 194).

O texto tem por propósito evidenciar como a valorização dos recursos e ativos territoriais específicos mobilizados pelos atores locais, constitui um mecanismo para promover o desenvolvimento territorial sustentável, apostando na especificação e valorização de produtos e serviços do território.

O capítulo está estruturado em cinco seções, incluindo a introdução e as considerações finais. O segundo tópico apresenta o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável. A terceira seção aborda as características dos recursos e ativos territoriais, sua tipologia e a especificação de recursos territoriais específicos como elemento central no processo de desenvolvimento territorial. O quarto tópico apresenta algumas estratégias para promover o desenvolvimento territorial sustentável, ancoradas na ativação dos recursos específicos.

Desenvolvimento territorial sustentável: economia, sociedade e natureza

O desenvolvimento, enquanto conceito, é historicamente associado ao crescimento econômico, concepção essa que favorece a lógica mercantil, sendo insuficiente para compreender e atender a complexidade das humanidades. Segundo Sen (2000) é essencial para o indivíduo ter acesso às liberdades instrumentais, ou seja, liberdades políticas, disponibilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e proteção social, pois são essas que permitem acessar as liberdades substantivas, os fins a serem atingidos. Para o autor, o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo de expansão dessas liberdades substantivas, transcendendo a acumulação de riquezas.

Segundo Sen (2000), o crescimento econômico por si só, não garante a melhoria da qualidade de vida, nem assegura direitos civis ou justiça social. Em suas palavras, “ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-lo a alguns meios que desempenham um papel relevante no processo” (Sen, 2000, p. 8). O desenvolvimento precisa ser pensado de forma multidimensional, mobilizando não apenas a dimensão econômica, mas também a política, a cultura e a ecologia.

Furtado (2004) pontua que o desenvolvimento econômico (em seu enfoque hegemônico) visa a manutenção dos privilégios das elites, na busca incessante pela modernização aliada às estruturas de desigualdade que perpetuam sua dominância. Nesse sentido, defende que o conceito de desenvolvimento deve se manter desvinculado do crescimento econômico, tendo caráter social que transcenda a ideia da acumulação desenfreada de recursos e que possam garantir condições suficientes para assegurar dignidade à maioria da população. Ademais, quando o projeto social prioriza a melhoria efetiva das condições de vida das camadas mais vulneráveis, o crescimento econômico transforma-se, essencialmente, em desenvolvimento, assumindo um caráter emancipatório e inclusivo.

Dando continuidade a essa perspectiva, Furtado (2004) afirma que duas frentes seriam capazes de promover uma autêntica mudança qualitativa no desenvolvimento do país: a reforma agrária e uma industrialização que permita o acesso às tecnologias de vanguarda. Essas transformações, em sua visão, teriam o potencial de reestruturar as bases econômicas e sociais, promovendo um desenvolvimento mais inclusivo.

De acordo com Sachs (1986), o desenvolvimento pode ser entendido como um processo intencional e autodirigido de transformação das estruturas socioeconômicas, que tem como objetivo garantir que todas as pessoas tenham a oportunidade de viver uma vida plena e justa. Isso envolve a promoção de meios de subsistência dignos e a melhoria contínua do bem-estar, respeitando as diferentes interpretações e prioridades que cada sociedade atribui a essas metas em distintos contextos históricos. Destarte, a visão do autor sobre o conceito de desenvolvimento vai além do crescimento econômico tradicional, pois aborda dimensões sociais, ambientais e humanas, enfatizando a importância da sustentabilidade e da justiça social.

A perspectiva de desenvolvimento enquanto um processo socialmente orientado dialoga com a noção de território enquanto espaço de construção coletiva e identitária e, nesse sentido, o território surge como um espaço geográfico carregado de significados, identidades e potencialidades (Santos, 1999). Como destacam Lacour (1985) e Pecqueur e Colletis (1993), o território não é um mero recorte geográfico, mas uma construção social, resultado das interações entre atores locais e suas dinâmicas culturais, econômicas e ambientais.

De modo análogo, Schneider e Tartaruga (2004) reforçam essa ideia ao diferenciar o território da noção de região, argumentando que

o primeiro não pode ser reduzido a um conceito espacial ou geográfico. Assim sendo, os autores enfatizam que o conceito de território deve ser compreendido enquanto fenômenos que possuem uma abordagem específica de acordo com as características sociais, culturais e ambientais de cada comunidade. Essa visão ressalta a importância de uma perspectiva territorial no desenvolvimento, que reconheça e valorize as especificidades locais (Pecqueur, 2006c).

Seguindo tal lógica, a identidade territorial surge enquanto um conceito importante de constituição do território. Saquet (2020), por sua vez, considera que a identidade é um código genético local, material e cognitivo, construído por meio das ações dos atores sociais e de suas interações com o ambiente (edificações, natureza e religião).

Na perspectiva do desenvolvimento territorial, a consciência de classe e de lugar, aliada ao pertencimento e à autogestão, são elementos fundantes, pois “a transformação social e territorial em favor do povo, das suas necessidades, aspirações e dos seus desejos”, se dá a partir da valorização das redes de cooperação locais (Saquet, 2018, p. 45). Essas redes, tanto em espaços urbanos quanto rurais, podem gerar formas de desenvolvimento mais inclusivas e sustentáveis (Magnaghi, 2003).

Para Pecqueur (2005), o desenvolvimento territorial é um modelo de desenvolvimento que se caracteriza pela identidade produtiva constituída e enraizada em um determinado espaço geográfico, estando ele estreitamente ligado ao território. A relação com os atores e à ativação de suas capacidades, evidencia que o desenvolvimento territorial é “todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração e uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura de um território” (Pecqueur, 2005, p. 12).

A natureza, por sua vez, desempenha um papel crucial no processo de desenvolvimento territorial. Como patrimônio histórico e cultural, ela é parte integrante da identidade territorial e, portanto, deve ser gerida de forma sustentável. Magnaghi (2003) ressalta a necessidade de se compreender o território como um produto histórico, formado por um conjunto de patrimônios que podem fundamentar novos estilos de desenvolvimento sustentável. O autor traz o conceito de reterritorialização, ou seja, a redefinição das relações entre o homem e o ambiente, com foco no desenvolvimento territorial e na construção de uma identidade política e cultural. Essa abordagem ressalta a importância do tempo histórico e

das relações sociedade-natureza na construção de um futuro mais justo e sustentável.

Sachs (1986) já havia iniciado este debate a partir do conceito de ecodesenvolvimento, em que se prioriza soluções específicas para cada região, considerando suas características ecológicas e culturais. Esta seria uma forma de desenvolvimento que “dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais” (Sachs, 1986, p. 18). Posteriormente, Sachs (2000) aprofunda essa abordagem ao pontuar que o desenvolvimento sustentável depende da capacidade de agir ecologicamente, fazendo um bom uso da natureza, de forma socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente viável no tempo.

O ecodesenvolvimento é considerado uma perspectiva de rede, se apresentando enquanto “uma crítica radical da ideologia economicista subjacente à suposta civilização industrial-tecnológica” (Vieira, 2009, p. 27). O autor chama a atenção para que os países em desenvolvimento não sigam os modelos implementados pelos países desenvolvidos. Sistemas alternativos de planejamento e gestão desempenham um papel estratégico na proposição de modelos de desenvolvimento mais endógenos, participativos e ecologicamente responsáveis, que valorizam e respeitam as especificidades e singularidades de cada território.

Layrargues (1997), enfatizou três grandes pilares do desenvolvimento territorial sustentável, sendo eles: prudência ecológica, eficiência econômica e equidade social. Para o autor, é necessário não só o conhecimento a respeito dos ecossistemas e culturas, mas também sobre as interações entre os atores sociais e o meio ambiente diante dos dilemas cotidianos, bem como o envolvimento deles no planejamento e estratégias de desenvolvimento, pois eles são os maiores conhecedores da realidade local.

Nesse contexto, o desenvolvimento territorial sustentável surge enquanto um processo que integra as dimensões social, ambiental e econômica, indo além do mero crescimento econômico. Como destaca Sachs (2000), o desenvolvimento sustentável depende da capacidade de agir ecologicamente, fazendo um uso responsável dos recursos naturais, promovendo a inclusão social e garantindo a viabilidade econômica a longo prazo.

Do ponto de vista ontológico, o desenvolvimento territorial sustentável é um modelo de desenvolvimento multidimensional e

integrado, ou seja, que transcende o conceito de crescimento econômico tradicional, fortalecendo os aspectos sociais, ambientais e econômicos. Por ser fundamentado nas identidades locais, na participação ativa e consciente dos atores sociais e sua interação racional e prudente com o meio ambiente, esse modelo de desenvolvimento visa a promoção da equidade, da justiça social e da sustentabilidade ambiental, bem como o fortalecimento das capacidades de autogestão e trabalho coletivo, garantindo um futuro mais inclusivo, justo e ecologicamente equilibrado.

Recursos e ativos territoriais

Entendendo o território como uma unidade ativa de desenvolvimento, este resulta de uma construção social de atores e combina uma diversidade de recursos locais (Pecqueur, 2005; Janin; Perron, 2020). Diante disso, as estratégias de desenvolvimento territorial, buscam valorizar o potencial de recursos latentes, virtuais ou escondidos em um processo multidimensional (econômico, ambiental, social e cultural) (Carrière; Cazella, 2006).

Segundo Pecqueur (2005, 2006a), os recursos são fatores a explorar, organizar ou revelar de um território, tendo os atores locais como protagonistas desse processo. Além disso, representam uma reserva que pode ser explorada se as condições sociais, econômicas, políticas e culturais forem oportunas (Cazella *et al.*, 2020). Os recursos podem ser tangíveis e intangíveis, ou seja, materiais como jazidas e elementos da natureza ou imateriais como o saber-fazer dos coletivos, ligado à cultura local (Denardin; Sulzbach; Komarcheski, 2015; Denardin; Sulzbach, 2019).

O termo territorial quando somado à definição de recurso, compreende que a história e a cultura local, o conhecimento acumulado e a própria paisagem, constituem um todo que interfere diretamente na estratégia de desenvolvimento (Janin; Perron, 2020). Os autores destacam que um recurso só existe a partir do valor que lhe é atribuído, sendo o resultado de uma construção coletiva e que não existe “a priori”: permanece potencial, enquanto não for ativado por um projeto de valorização, podendo esta ser mercantil ou não (patrimonial, cultural, entre outras).

Os recursos territoriais se tornam ativos, quando um processo de identificação e reconhecimento de recursos latentes se concretiza (Carrière; Cazella, 2006), a partir da ação coletiva de atores locais interessados na sua revelação e valorização (Benko; Pecqueur, 2001). Sendo assim, o ponto

central consiste em identificar os fatores a serem revelados de um dado território (Pecqueur, 2005).

Hirschman (1986) se antecipa em evidenciar a importância dos recursos ao afirmar que, para promover o desenvolvimento econômico, é menos importante encontrar combinações ótimas dos recursos e fatores de produção em uso, do que identificar recursos e capacidades não mobilizadas. Apesar de o autor estar se referindo ao desenvolvimento econômico, perspectiva que não recebe centralidade nesse texto, fica a valiosa contribuição do autor em considerar a importância dos recursos latentes, não mobilizados pelos atores nos processos produtivos.

O ativo territorial se define como um fator em atividade, em uso nos processos produtivos e que está sendo apreciado nos mercados locais (Pecqueur; Colletis, 1993). Nessa perspectiva, ativar um recurso territorial permite criar elos de complementaridades entre uma diversidade de valorizações, uma vez que cada recurso potencial pode estar associado a um saber-fazer, tradições culturais, uma herança culinária, enfim, um conjunto de fatores materiais e imateriais (Janin; Perron, 2020).

Para Benko e Pecqueur (2001), os recursos e ativos podem ser genéricos ou específicos. A definição de recursos e ativos em genéricos ou específicos, é resultado da transferibilidade e formação de preços: os genéricos são totalmente transferíveis e seu preço é estabelecido no mercado, enquanto os específicos são imensuráveis em preços e intransferíveis (Pecqueur, 2005).

Recursos e ativos genéricos

Os recursos e ativos genéricos, são totalmente transferíveis para outros territórios e tem como local de troca o mercado (Cazella *et al.*, 2020). Esses recursos, tornando-se ativos, não deixam de ser genéricos, uma vez que não mudam de natureza, mas adquirem um valor econômico mensurável em preço, ou seja, são totalmente transformáveis e imediatamente disponíveis no mercado (Benko; Pecqueur, 2001).

Para Carrière e Cazella (2006) os recursos e ativos genéricos além de transferíveis, independem do lugar e das pessoas onde e por quem são produzidos. Além disso, estes ativos e recursos não permitem que um território se diferencie de forma consistente, uma vez que não são únicos e, sendo assim, existem em outros territórios (Denardin; Sulzbach; Komarcheski, 2015).

Recursos e ativos específicos

Os ativos específicos têm um caráter diferente dos genéricos, cuja valorização está associada à sua condição de uso e implica em um custo de transferência relativamente alto e irre recuperável (Cazella *et al.*, 2019). Os ativos específicos são o resultado de um processo que envolve a mobilização dos atores sociais e características específicas ou únicas do recurso, sendo construídos a partir de processos interativos e cognitivos de atores com diferentes capacidades que, ao se mobilizarem, produzem novos conhecimentos (Benko; Pecqueur, 2001).

Os recursos específicos destacam-se pelo seu caráter de especificação endógena ao território, com maior potencial de apoiar o desenvolvimento local (Denardin; Sulzbach; Komarcheski, 2015). Os autores salientam que os recursos específicos, ao contrário dos recursos genéricos, não são mensuráveis, não são expressos em preços e não podem ser transferidos como qualquer produto comercializado no mercado.

Para Pecqueur (2005, p. 15), um recurso específico “resulta, pois, de normas, costumes, de uma cultura, surgem em um espaço de proximidade geográfica e institucional, a partir de uma troca não mercantil: a reciprocidade”. Segundo essa concepção, os recursos específicos estão ligados a um estado virtual, resultado de processos interativos da cultura e do saber-fazer local (Pecqueur, 2001).

Sendo os recursos específicos intransferíveis e incomparáveis no mercado, de acordo com Benko e Pecqueur (2001), esses recursos possuem quatro características principais: a) São resultado das combinações das estratégias de atores locais para resolver um problema inédito; b) Esses recursos não são comensuráveis, o que significa que não podem ser expressos em preços e são verdadeiramente intransferíveis; c) A natureza fora do mercado desses recursos não é incompatível, mas complementar ao mercado e resultam de sua história, memória e aprendizados coletivos e; d) São ancorados em um território, onde a troca é limitante (obrigação social), é diferenciada no tempo (o prazo de retorno é variável) e esse retorno não é necessariamente monetário, pode ser confiança, consideração, reconhecimento ou saber.

Especificação de recursos territoriais

O desafio das estratégias de desenvolvimento territorial constitui-se na mobilização de recursos específicos do território e promover sua especificação ou ativação, ou seja, transformar recursos em ativos específicos (Denardin; Sulzbach; Komarcheski, 2015). Para se obter uma diferenciação durável em comparação a outros territórios, torna-se necessário que os recursos e ativos não sofram ameaças de transferências (Cazella *et al.*, 2019). O que permite essa condição é o caráter de especificidade associado ao território de origem (Pecqueur, 2005).

A ativação de recursos específicos representa um processo de transformação, resultante da ação coletiva de um conjunto de atores ancorados territorialmente (Requier-Desjardins, 2013). Esse processo pode fornecer a diferenciação de um território dos demais, uma vez que a dinâmica de desenvolvimento territorial visa revelar os recursos inéditos (Pecqueur, 2006a) e se contrapõe ao regime de concorrência baseada na produção de *commodities* (Denardin; Sulzbach, 2019).

Segundo Carrière e Cazella (2006, p. 34), “a metamorfose dos recursos em ativos específicos é indissociável da história longa, da memória social acumulada e de um processo de aprendizagem coletiva e cognitiva característica de um dado território”. Diante disso, a transformação de recurso em ativo específico induz a geração de conhecimentos próprios do território e quanto maior o conhecimento acumulado, maiores as possibilidades de consolidação (Cazella *et al.*, 2019).

Para Muchnik (2006), a especificação de recursos é um primeiro passo para iniciar os processos de inovação que contribuem para o enraizamento das ações em um território. No entanto, esse processo exige a aproximação entre atores internos e externos ao território, formando redes institucionais que possibilitem a troca de informações e a transformação de recursos em ativos territoriais (Perron; Janin, 2014).

O processo de valorização e ativação dos recursos específicos possibilita aos territórios a obtenção de uma renda de qualidade territorial (Denardin; Sulzbach, 2019; Denardin *et al.*, 2022), que se materializa com a comercialização de bens e serviços específicos do território, tema a ser abordado na próxima seção.

Estratégias de valorização dos recursos específicos

O desenvolvimento territorial sustentável apresenta dois pilares estruturantes, os recursos territoriais, tangíveis e intangíveis, e os atores (públicos, privados e associativos). Não basta ao território dispor de recursos específicos, únicos, se os atores não conseguem, em conjunto, mobilizar-se e pensar estratégias de valorização. Na sequência, apresentamos, a partir da renda de qualidade territorial enquanto premissa fundante e das etapas de valorização dos recursos territoriais, duas estratégias que podem ser mobilizadas pelos atores.

Renda de qualidade territorial

Pecqueur (2014) pontua que são as especificidades territoriais ligadas às características do lugar (paisagem, saber-fazer, tipicidade etc.) que permitem aos atores diferenciarem suas produções e, a partir desta diferenciação, buscar estratégias para os territórios fazerem frente ao processo de mundialização das relações de troca, ou seja, buscar um modelo orientado por vantagens diferenciativas. A noção de especificidade, segundo Pecqueur (2014, p. 207), está relacionada à “capacidade dos territórios em valorizar seus recursos particulares que se encontram enraizados em seu patrimônio cognitivo”. Neste caso, o processo de especificação consiste na qualificação e diferenciação de recursos que os atores locais revelam na resolução de problemas comuns.

A valorização e ativação de recursos específicos pelos atores permite ao território a obtenção de uma “renda de qualidade territorial” oriunda da comercialização de bens e serviços específicos do território. Segundo Campagne e Pecqueur (2014), a especificidade, presente em bens e serviços, possibilita uma renda de qualidade territorial oriunda de: atributos edafoclimáticos, cultura, saber-fazer, patrimônio, paisagem etc., inerentes ao território. Para Carrière e Cazella (2006, p. 34), o “ponto máximo de maturação de um território construído consiste na geração de uma renda de qualidade territorial”.

A renda de qualidade territorial, para Pecqueur (2006b, p. 136), “é uma renda organizacional, ela reflete a capacidade dos atores locais de, mediante certos dispositivos institucionais, captar a disposição dos consumidores de pagarem por aspectos relacionados ao ambiente produtivo”. A possibilidade de criar e beneficiar-se da renda de identidade

está associada ao quadro de “governança local”, que relaciona a capacidade dos atores locais de criar mecanismos institucionais coletivos capazes de regular o uso dos recursos e a distribuição dos benefícios ao quadro institucional exógeno ao território, que garanta a apropriação local dos benefícios econômicos nos mercados locais e globais (Fonte; Acampora; Sacco (2006, p. 13).

Etapas da valorização dos recursos territoriais

A valorização do recurso territorial, segundo Campagne e Pecqueur (2014), apresenta quatro fases: identificação do recurso específico, estratégia a implementar, organização da produção e, por fim, realizar a comercialização dos bens e serviços.

Nessa perspectiva, para promover o desenvolvimento territorial é necessário desencadear um processo de ativação de recursos específicos, mobilizando os atores sociais, considerando as especificidades territoriais e implementando estratégias pautadas nos recursos, sejam eles tangíveis ou intangíveis.

A identificação dos recursos específicos, fase um, apresenta elevado nível de complexidade. Os pesquisadores, via dados secundários, podem identificar os produtos e serviços produzidos e comercializados (ativados) no território, no entanto esse diagnóstico não capta na maioria das vezes os recursos escondidos, latentes e não explorados. Em complemento ao diagnóstico, a obtenção de dados primários, via entrevistas e questionários, mostra-se um pouco mais efetivo, pois aproxima o pesquisador aos atores (Denardin; Sulzbach; Komarcheski, 2015). Em complemento aos dados primários e secundários, os projetos de pesquisa-ação ao mobilizarem pesquisadores e atores por um período de tempo mais amplo, com certeza mostram mais efetividade.

A segunda fase, definir uma estratégia a implementar, implica uma decisão coletiva do modo de valorização do recurso. Os atores podem mobilizar diferentes estratégias, venda do produto *in natura* ou agroindustrializados (frutas silvestres, geleias, doces etc.), após podem implementar a rotulagem do produto (Nascimento *et al.*, 2025) optar pelo uso de um selo de qualidade (Indicação Geográfica), uso de uma marca regional, estratégias que permitem valorizar o recurso específico ativado.

A organização da produção e sua valorização, consiste em considerar as especificidades do território. Os atores podem articular a produção, *in*

natura ou agroindustrializada, ao turismo em suas diferentes modalidades (cicloturismo, turismo rural, turismo de base comunitária, entre outros). As festas regionais, por exemplo, podem ser um espaço cultural que permite maior ancoragem territorial, pois os visitantes podem ter acesso aos produtos produzidos no território.

Por fim, a última etapa é realizar a comercialização do recurso valorizado. Consiste em expressar a imagem que os atores desejam evidenciar aos consumidores e o tipo de oferta agregada a implementar, cadeias curtas ou longas mobilizadas no processo de comercialização.

Como observado, não existe um marcador, um muro que delimita perfeitamente cada fase. No mundo real, elas acontecem muitas vezes imbricadas, por vezes simultaneamente, explicitando os dois pilares do desenvolvimento territorial sustentável, os recursos e os atores.

A Indicação Geográfica enquanto estratégia de valorização dos recursos específicos

Os bens que recebem o selo de Indicação Geográfica (IG), segundo Dallabrida (2015, p. 18), são “produtos enraizados no território, que resultem do saber fazer coletivo e representem os elementos identitários, a cultura, as tradições e as técnicas das pessoas que habitam determinado território”. A IG valoriza a especificidade do bem, ela etiqueta um produto em relação a qualidade de fabricação e a origem geográfica. Segundo Pecqueur (2007), o uso das IGs possui um duplo papel: ela responde aos desejos do consumidor em personalizar seu consumo e permite ao produtor propor um produto respaldado por sua qualidade para obter, com isso, um diferencial de preço.

A estratégia IG pode possibilitar ao território a geração de uma renda de qualidade territorial decorrente da especificidade do bem. Como menciona Niederle (2010, p. 43), a IG é uma estratégia de diferenciação de produto que permite “acessar mercados mais amplos transferindo a um selo o reconhecimento de tradições, costumes e práticas que caracterizam o enraizamento (*embeddedness*) sociocultural dos produtos”.

A análise de casos de indicações geográficas nos proporciona observar (Denardin, 2016) a presença da coordenação dos atores, governança territorial e a ativação de recursos específicos no território e, em especial, qual o papel das IGs para o desenvolvimento territorial. No Brasil, nota-se com maior frequência que a estratégia IG não contribui para um verdadeiro

desenvolvimento, quando o selo IG é apropriado por poucos produtores, que restringem a entrada dos demais via cadernos de normas altamente restritivos, a estratégia perde seu efeito pró desenvolvimento. Para esse caso, em vez de um desenvolvimento que aporte benefícios, transborde para todos os atores do território, os benefícios do selo IG passam a ser apropriados por poucos, gerando não mais desenvolvimento, mas o simples crescimento econômico, ampliando as desigualdades nos territórios.

A obtenção do selo IG é, portanto, uma das fases do processo. Os atores, públicos, privados e associativos, deveriam seguir mobilizados para apoiar outros produtores que não tinham condições de atender o caderno de normas no momento da conquista do selo IG, assim como facilitar o acesso de novos produtores. Implementar ações nesse sentido, permite que os ganhos advindos do uso do selo IG transbordem no território, beneficiando um número maior de produtores.

Valorização da qualidade territorial através da cesta de bens e serviços

A estratégia se baseia na valorização da identidade territorial não por meio de um único produto, mas através de uma “cesta de bens”, na qual o marcador da identidade pode ser um produto específico, ou seja, o produto protagonista. Para Acampora e Fonte (2008), a estratégia se aplica a um conjunto de bens fortemente vinculados com a cultura e a história local, a título de exemplo, para o Litoral do Paraná/Brasil, tem-se a farinha de mandioca como um produto com identidade territorial (Denardin; Sulzbach, 2010).

Para Pecqueur (2001), a hipótese da cesta de bens pode ser verificada quando, no momento de aquisição de um produto de qualidade territorial, o consumidor descobre a especificidade de outros produtos procedentes da produção local e os incorpora à sua cesta de compras. É importante frisar que não é o vendedor que constitui a cesta, é o consumidor que a compõe livremente. Pecqueur (2000) comenta o exemplo de *Les Baronnies*, na França, onde a demanda por óleo de oliva de Nyons (produto com Indicação Geográfica) induz a compra de outros produtos do território (vinhos produzidos na região, óleos essenciais, chás etc.). Além disso, o autor menciona que a região passou a utilizar os terraços de oliveiras e os espaços protegidos para a implementação do turismo. Nesse exemplo,

o óleo de oliva é o produto líder, que pode ser ou não um produto com indicação geográfica, por exemplo.

O produto líder, segundo Pecqueur (2006b), atrai consumidores que também apreciam a qualidade dos outros produtos da cesta, o que reforça a imagem da qualidade global do território. A cesta é composta por produtos e serviços oriundos de diferentes produtores e lugares de um mesmo território. O autor pontua também que o consumo de bens que compõem a cesta pode estar relacionado a identidade territorial ou as amenidades ambientais do território. Esses atributos passam a compor o preço do bem de qualidade territorial. Referente à renda gerada pela estratégia da cesta, esta será apropriada num primeiro momento pelos produtores do produto líder e na sequência se distribuirá para os demais produtores dos bens e serviços que compõem a cesta.

A cesta de bens e serviços territoriais apresenta as seguintes características (Pecqueur, 2006b, p. 146): a) um conjunto de bens e serviços complementares, que se fortalecem nos mercados locais; b) uma combinação de bens privados e públicos, que convergem para a consolidação de uma imagem e de uma reputação de qualidade territorial; e c) uma organização interativa entre os produtores da cesta, visando internalizar a renda de qualidade territorial.

A existência de um produto com indicação geográfica para compor a cesta pode gerar externalidades positivas sobre os demais produtos que irão compor a cesta de bens e serviços territoriais. Segundo Acampora e Fonte (2008), o que se busca é a construção de “uma imagem de qualidade para todos os produtos e serviços da região”. Para as autoras, o uso de uma marca territorial, por exemplo, poderia contribuir para o sucesso dessa estratégia que possui uma dupla função, pode promover o território regionalmente, nacionalmente e no exterior, bem como enaltecer a cultura local, aumentando a autoestima das pessoas.

A cesta de bens é muito mais que uma estratégia de comercialização, é uma estratégia de desenvolvimento territorial, que aporta uma renda de qualidade territorial, implementada institucionalmente pelos atores (Denardin *et al.*, 2022).

Considerações Finais

Identificar e ativar os recursos territoriais tangíveis e intangíveis existentes no território consiste em uma estratégia de desenvolvimento. No entanto, para que isso ocorra se faz necessário que os atores se articulem no intuito de resolverem problemas comuns inerentes à produção e comercialização, preferencialmente de forma coletiva. Com a ativação dos recursos territoriais pelos atores, o território se constrói e o processo de desenvolvimento territorial pode ser efetivado.

Nesse contexto, a valorização de recursos e ativos específicos se constitui como um potente mecanismo para propiciar o desenvolvimento territorial em uma perspectiva multidimensional. Sendo assim, é imprescindível avançar no processo de especificação para ativação dos recursos territoriais de forma a promover o fortalecimento da ação coletiva (dimensão social), a geração de renda (dimensão econômica), o reconhecimento da identidade cultural e territorial (dimensão cultural) e o respeito à natureza (dimensão ecológica).

Portanto, a efetivação de estratégias de identificação e valorização de recursos e ativos específicos, exige dos atores, públicos, privados e associativos, constante interação e mobilização. Em apoio aos atores, projetos de pesquisa-ação, mostram grande potencial para desencadear um verdadeiro processo de desenvolvimento territorial sustentável que não leve a concentração de renda, a deterioração da cultura local e a ampliação dos problemas socioambientais do território, tema a ser explorado em trabalhos futuros.

Referências

- ACAMPORA, T.; FONTE, M. Productos típicos, estrategias de desarrollo rural e conocimiento local. **Opera**, n. 7, p. 191-212, 2008.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Les ressources de territoires et les territoires de ressources. **Finisterra**, v. 36, n. 71, 2001.
- CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation**. Paris: Charles Léopold Mayer, 2014.
- CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. In: **Eisforia**. Universidade Federal de

Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. Florianópolis, p. 23-47, 2006.

CAZELLA, A. D., DE PAULA, L. G. N., MEDEIROS, M., TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. Santa Cruz do Sul: **Redes**, v. 24, n. 3, p. 49-74, 2019.

CAZELLA, A. D.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; DE PAULA, L. G. N. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil, **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 193-206, Taubaté-SP, 2020.

DALLABRIDA, V. R. Desenvolvimento territorial e indicação geográfica: Apresentação de coletânea e introdução ao tema. In: DALLABRIDA, V. R. **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial: reflexões sobre o tema e potencialidade no Estado de Santa Catarina**. São Paulo: LiberArs, p. 7-22, 2015.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Produtos com identidade territorial: o caso da farinha de mandioca no litoral paranaense. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, p. 219-236. 2010.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Ativação de recursos territoriais: processos de desenvolvimento no espaço rural. In: CURY, M. J. F.; SAQUET, M. A. **Territórios e territorialidades: a práxis na construção do desenvolvimento**. 1ª Ed. Cascavel: Edunioeste, p. 67-82. 2019.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T.; KOMARCHESKI, R. Farinheiras no Litoral do Paraná: Uma análise a partir da noção de sistema agroalimentar localizado – SIAL Farinheiras. In: DENARDIN, V. F.; KOMARCHESKI, R. **Farinheiras do Brasil: Tradição, Cultura e Perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca**. Matinhos: UFPR Litoral, p. 197-218, 2015.

DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial e estratégias de valorização da origem de bens alimentares. In: WILKINSON, J.; NIEDERLE, P.A.; MASCARENHAS, G. C. C. **O sabor da origem**. Porto Alegre: Escritos do Brasil, p. 51-72, 2016.

DENARDIN, V. F.; BEZERRA, C. L.; CAZELLA, A. A.; FETT JUNIOR, N.; LOPES, P. R. Abordagem territorial do desenvolvimento: dimensão natural e contribuições para o diagnóstico e prospecção de cenários. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.

18, n. 1, p. 61-83, 2022.

FONTE, M.; ACAMPORA, T.; SACCO, V. Desarrollo rural e identidad cultural. Estado del arte. Proyecto Rimisp Desarrollo Territorial Rural a Partir de Servicios y Productos con Identidad. **RIMISP**. 2006.

FURTADO, C. Os Desafios da Nova Geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4, p. 483–486, 2004. <https://doi.org/10.1590/0101-35172004-1639>

HIRSCHMAN, A. O. **Vers une** économique **politique** élargie. Paris: Éditions de Minuit, 1986.

JANIN, C.; PERRON, L. **Valorizar os recursos territoriais**: chaves para a ação - guia metodológico. Florianópolis, SC: Epagri, 2020.

LACOUR, C. **La notion de territoire: une approche** économique. Paris: Economica, 1985.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: Evolução de um conceito? **Proposta Rio de Janeiro**, v. 25, n. 71, p. 5-10, 1997.

MAGNAGHI, A. La rappresentazione identitaria del patrimonio territoriale. In: DEMATTEIS, G.; FERLAINO, F. (Org.) **Il mondo e si luoghi: geografie delle identità e del cambiamento**. Torino: Ires/SGI, p. 13-20. 2003.

MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. **Économie Rurale**, v. 263, n. 261, p.16-34, 2001.

MUCHNIK, J. Sistemas agroalimentarios localizados. evolución del concepto y diversidad de situaciones. In: III Congreso Internacional de Alimentación y territorios. Baeza, España. p. 18-21, 2006.

NASCIMENTO, E. C.; RODRIGUES, C. K.; NASCIMENTO, J. P. M.; GOMES, L. S. M.; PEREIRA FILHO, O. F. S.; PIRES, R. C.; DENARDIN, V. F. Branding de Território: a Construção de um “Símbolo” para a Cozinha Comunitária Candonga, Morretes, Paraná, Brasil. **Interagir: pensando a extensão**, Rio de Janeiro, n. 39, 2025. DOI: <https://doi.org/10.12957/interag.2025.89623>

PECQUEUR, B.; COLLETIS, G. Intégration des espaces et quasi intégration des firmes: vers de nouvelles rencontres productives? **Revue d'Economie Régionale et Urbaine**, p. 489-508, 1993.

PECQUEUR, B. Qualité e développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie Rurale**, n. 261, p. 37-49, 2001.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, v. 24, n. 1-2, p. 10-22, 2005.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia Global. **Eisforia**, Florianópolis. V.4, p. 81-103, 2006a.

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia**, Florianópolis. v.4, n. 1 e 2, p. 81-103, 2006b.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2006c. <https://doi.org/10.37370/raizes.2005.v24.243>

PECQUEUR, B. L'Économie territoriale: une autre analyse de la globalisation. **L'Économie Politique**, v. 1, n. 33, p. 41-52, 2007.

PECQUEUR, B. Esquisse d'une géographie économique territoriale. **L'Espace Géographique**, Paris, v. 3, n. 43, p. 198-214, 2014.

PERRON, L.; JANIN, C. **Valoriser les ressources territoriales: les clés pour l'action – guide méthodologique**. Grenoble, Suaci Alpes du Nord – Gis Alpes Jura/Université du Grenoble, p. 101, 2014.

REQUIER-DESJARDINS, D. Sistemas agroalimentares localizados e qualificação: uma relação complexa. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 10, n. 2, p. 95-119, 2013.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SAQUET, M. A. **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: teoria e prática**. Curitiba: Appris, 2018.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. **Território e abordagem territorial: dimensões conceituais e metodológicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIEIRA, Paulo Freire. Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 27-78, 2009.

CONSERVAÇÃO E USO TERRITORIAL DOS RECURSOS GENÉTICOS PARA A ALIMENTAÇÃO

Serinei César Grígolo

Joel Donazzolo

Marcel Chukewiski Jamil

Aline Lima Gomes

Cristiane Maria Tonetto Godoy

DOI: 10.46550/978-65-6135-196-6.115-129

Introdução

A agrobiodiversidade, parte fundamental da biodiversidade voltada à alimentação e agricultura, vem sendo comprometida pelo avanço da agricultura moderna. Esse processo, conhecido como erosão genética, tem levado à perda de variedades cultivadas e da variabilidade intraespecífica, aumentando a vulnerabilidade dos sistemas produtivos frente a pragas, doenças e mudanças climáticas. Diante desse cenário, torna-se urgente adotar estratégias efetivas de conservação e uso sustentável dos recursos genéticos. Entre essas estratégias, destacam-se: diagnóstico, resgate, caracterização, conservação, multiplicação, disponibilização, usos diversos, além de ações educativas e normativas.

Nesse contexto, o projeto “Napi Alimento e Território”, por meio da meta 7, tem se dedicado ao resgate, conservação e caracterização da diversidade genética de sementes e plantas negligenciadas ou promissoras. O projeto visa fomentar processos de melhoramento genético participativo (MGP), multiplicar e disponibilizar sementes e mudas, valorizando tanto os patrimônios genéticos quanto os conhecimentos tradicionais associados à agrobiodiversidade.

A partir da iniciativa se criou o Laboratório Territorial de Formação, Pesquisa e Extensão em AgroBiodiversidade e Alimento, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Dois Vizinhos (UTFPR-DV), que contribui para consolidar ações vinculadas à conservação do legado dos guardiões de sementes crioulas. Além disso, alinha-se à “Política

Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação, a Agricultura e a Pecuária (Rgen+Sustentável)”, instituída pelo Decreto n.º 12.097, de 3 de julho de 2024. A Rgen+Sustentável tem como objetivos a conservação e o uso sustentável dos recursos genéticos, a valorização da agrobiodiversidade, a promoção da segurança alimentar e nutricional, e o fortalecimento dos programas de melhoramento genético em instituições públicas de pesquisa.

As preocupações com a produção de alimentos saudáveis e suficientes têm ganhado destaque global, principalmente diante dos desafios impostos pelo atual modelo econômico predominante. Mesmo com avanços tecnológicos no agronegócio brasileiro, a fome ainda persiste como um grave problema social, evidenciando falhas estruturais no acesso e distribuição de alimentos.

Desse modo, os debates sobre segurança alimentar e nutricional tornam-se ainda mais relevantes. Eles dialogam com compromissos globais como os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” da ONU, onde é possível relacionar a nutrição em ao menos 12 dos ODS, estando associado tanto a produção sustentável de alimentos, quanto sistemas de saúde, de infraestrutura, equidade, inclusão, paz e estabilidade das nações. Portanto, nota-se que promover uma alimentação segura e nutritiva apresenta-se como uma das melhores formas de concretizar efetivamente os ODS (Pedraza *et al.*, 2020). Historicamente, no Brasil, a abordagem estatal da fome evoluiu lentamente, com ações pontuais e limitadas. Foi apenas a partir de 1985 que o termo “segurança alimentar” foi incorporado de forma oficial, e em 1993 o CONSEA passou a exercer papel fundamental na coordenação das políticas públicas nessa área.

Outrossim, o presente capítulo busca refletir sobre os fundamentos dos desafios atuais da conservação da agrosociobiodiversidade, discutir o papel das políticas públicas em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e apresentar as estratégias de atuação do projeto Napi Alimento e Território, iniciativa financiada pela Fundação Araucária e pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Paraná, por meio dos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPIs) do Estado do Paraná.

Produção de alimentos na perspectiva da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar

No Brasil e em diversas partes do mundo cresce a relevância do debate sobre a produção de alimentos saudáveis e suficientes para atender às necessidades humanas. Esse debate se intensifica frente aos desafios contemporâneos e históricos, muitos dos quais estão enraizados no modelo econômico hegemônico – representado, entre outros, pelo agronegócio. Ainda que este setor tenha contribuído para avanços produtivos expressivos, a persistência da fome evidencia lacunas estruturais no acesso e na distribuição de alimentos.

Sob a ótica do materialismo histórico e dialético, Henig (2025) argumenta que a insegurança alimentar não decorre da escassez de alimentos, mas da ausência de condições econômicas da classe trabalhadora para acessá-los. A produção, nesse contexto, atende prioritariamente ao mercado externo por meio de monoculturas voltadas à exportação, relegando a produção voltada ao abastecimento interno. Da mesma forma, Teixeira (2022) reforça a relação entre fome e reprodução do capital, defendendo que alimento e fome são categorias indissociáveis que devem ser compreendidas em sua dimensão social, econômica e política. Inspirada por Marx e Engels, a autora afirma que o alimento não apenas supre necessidades básicas, mas é essencial à produção e à reprodução do capital – afinal, sem alimento, não há trabalho.

Essa contradição entre a produção agrícola e o acesso efetivo à alimentação revela como os regimes alimentares existentes contribuem para a Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN). De acordo com a Rede PENSSAN (20220, cerca de 33,1 milhões de brasileiros conviviam com a fome, e 58,7% da população enfrentava algum grau de insegurança alimentar – do leve ao grave. A pandemia da covid-19 e o desmonte de políticas públicas agravaram significativamente essa situação.

Em contraponto ao modelo dominante, emergem propostas de sistemas agroalimentares sustentáveis ancorados na agricultura familiar, agroecologia, produção camponesa e na atuação de movimentos sociais (Fraga *et al.*, 2023). A construção do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se deu justamente a partir das contribuições desses atores sociais e da sociedade civil organizada, resultando em marcos conceituais e em políticas públicas voltadas à garantia do direito humano à alimentação.

A SAN, por ser uma noção ampla, dinâmica e intersetorial, articula diversos campos do conhecimento – como economia, direito, saúde, nutrição, assistência social, sociologia e antropologia (Keppel; Segall-Corrêa, 2011). A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), seu principal marco político no Brasil, define SAN como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (Brasil, 2006, p. 1).

O conceito de SAN abrange duas dimensões complementares (Maluf; Reis, 2013). A dimensão alimentar trata da produção, disponibilidade e estabilidade da oferta de alimentos, além da autossuficiência nacional e da equidade no acesso (Leão, 2013). Já a dimensão nutricional refere-se à qualidade do alimento, aos modos de preparo, à saúde, ao autocuidado e aos impactos no desenvolvimento humano, social e ambiental.

O amadurecimento dessa agenda política possibilitou o reconhecimento jurídico do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), incorporado à Constituição Federal em 2010. Esse direito fortalece a responsabilidade do Estado em garantir a SAN. A soberania alimentar, por sua vez, reforça a autonomia dos povos em definir o que produzir e consumir, conforme seus contextos culturais e necessidades (Leão, 2013).

Um marco importante para a promoção dessa visão foi o “Guia Alimentar para a População Brasileira”, elaborado pelo Ministério da Saúde. A edição de 2014 não apenas recomenda escolhas alimentares mais saudáveis, mas também destaca a importância da comensalidade e do respeito à diversidade regional. Ao integrar questões sociais, culturais e ambientais, o guia ilumina o impacto das escolhas alimentares sobre o planeta e sobre as pessoas que atuam na cadeia produtiva (Brasil, 2014).

A delimitação conceitual da Segurança Alimentar e Nutricional, articulada à noção de agrosociobiodiversidade, constitui um eixo central na qualificação do debate sobre o direito à alimentação e a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares. Essa abordagem não apenas fundamenta a formulação e a incidência de políticas públicas, como também reconhece a agrosociobiodiversidade como elemento estruturante da SAN — essencial à promoção de modelos de produção e consumo que sejam, ao mesmo tempo, socialmente justos e ecologicamente sustentáveis.

A conservação da agrosociobiodiversidade

A realidade atual da produção agropecuária, marcada pela intensificação e padronização dos sistemas produtivos, tem contribuído significativamente para a perda da biodiversidade. Essa tendência à homogeneização dos ecossistemas resulta, principalmente, na substituição de variedades locais e tradicionais — caracterizadas por uma ampla variabilidade genética — por cultivares comerciais, que possuem base genética reduzida (Santilli, 2009; Mutadiua, 2012). Além disso, a conversão de ecossistemas naturais em ambientes cultivados compromete a diversidade de habitats, fragilizando a sustentabilidade ecológica desses sistemas. Já Norgaard (1997) alertava que a uniformização dos sistemas de produção era fator determinante na perda da biodiversidade, inclusive com riscos à extinção de espécies da flora e fauna.

De acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), agrobiodiversidade compreende,

[...] todos os componentes da biodiversidade que têm relevância para a agricultura e alimentação, bem como todos os componentes da biodiversidade que constituem os agroecossistemas: as variedades e a variabilidade de animais, plantas e de microrganismos, nos níveis genético, de espécies e de ecossistemas, os quais são necessários para sustentar as funções chave dos agroecossistemas, suas estruturas e processos (Brasil, 2025, on-line).

Nesse sentido, um agroecossistema sustentável está intrinsecamente relacionado à manutenção da agrobiodiversidade. Gliessman (2000) destaca que a sustentabilidade dos agroecossistemas depende da integração entre os componentes ecológicos e sociais, especialmente os saberes acumulados pelas comunidades. Para Caporal, Paulus e Costabeber (2009), essa integração possibilita o desenvolvimento de estratégias agrícolas mais sustentáveis, capazes de responder às demandas da sociedade atual sem comprometer as gerações futuras.

Machado, Santilli e Magalhães (2008) reforçam essa perspectiva ao compreender a agrobiodiversidade como fruto das relações estabelecidas entre o manejo de espécies, o conhecimento tradicional e os diferentes agroecossistemas — sendo, portanto, um recorte específico da biodiversidade. Para os autores, sua conservação não é apenas uma preocupação ambiental, mas um elemento-chave que sustenta a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento rural sustentável, a inclusão social e o enfrentamento da fome.

Dessa forma, incorporar aspectos sociais e culturais aos recursos genéticos amplia a compreensão sobre agrobiodiversidade, permitindo adotar o termo agrosociobiodiversidade. Isso porque esses recursos estão indissociavelmente ligados aos saberes, práticas e modos de vida das populações. A sustentabilidade, nesse contexto, deve ser entendida como um processo contínuo de busca por equilíbrio entre as múltiplas dimensões que a compõem (Costabeber; Monayo, 2000).

Agrosociobiodiversidade nos Tratados Internacionais

Os tratados internacionais voltados à agrobiodiversidade desempenham papel estratégico na conservação dos recursos genéticos para a alimentação e a agricultura. Dentre eles, destaca-se a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) de 1992, da qual o Brasil é signatário desde 1994. Este acordo constitui um marco fundamental para a preservação da diversidade biológica, estabelecendo compromissos para os 168 países membros no sentido de assegurar sua conservação, uso sustentável e a repartição justa e equitativa dos benefícios dela derivados (Brasil, 2025).

Para orientar sua implementação, a CDB define conceitos centrais como conservação *in situ* e conservação *ex situ*. A conservação *in situ* refere-se à proteção das espécies em seus habitats naturais; no caso de espécies domesticadas, essa conservação deve ocorrer no ambiente em que desenvolveram suas características específicas. Os países signatários são incentivados a estabelecer áreas protegidas e promover o desenvolvimento sustentável em seus arredores, valorizando os conhecimentos e práticas de conservação das populações tradicionais que habitam esses territórios.

Por sua vez, a conservação *ex situ* envolve ações fora do habitat natural das espécies, como a criação de bancos de germoplasma, jardins botânicos e outras infraestruturas específicas. Tais medidas têm como objetivo preservar a diversidade genética, facilitar a recuperação de espécies ameaçadas de extinção e, sempre que possível, promover sua reintrodução em ambientes naturais. Complementarmente, a CDB também destaca a importância do uso sustentável da biodiversidade, o que inclui a valorização de práticas tradicionais e a recuperação de áreas degradadas.

A CDB também serviu de base para tratados mais específicos, como o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (TIRFAA) de 2001, ratificado pelo Brasil em 2006. Voltado para a biodiversidade agrícola, o TIRFAA visa à conservação e ao uso

sustentável dos recursos fitogenéticos, bem como à repartição justa de seus benefícios, contribuindo para a segurança alimentar e a promoção de uma agricultura sustentável (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2000).

Entre os compromissos assumidos pelos países signatários do TIRFAA, destacam-se a formulação de políticas públicas que incentivem sistemas agrícolas diversificados e o fomento ao melhoramento genético vegetal, com ênfase na criação de variedades adaptadas às realidades locais dos agricultores. O tratado reconhece de maneira explícita o papel essencial dos agricultores na preservação e no aprimoramento da agrosociobiodiversidade, garantindo-lhes o direito de acesso aos benefícios oriundos dessa biodiversidade, muitas vezes ancorada em seus saberes e práticas tradicionais.

Assim, os tratados internacionais como a CDB e o TIRFAA não apenas reforçam o compromisso dos países com a conservação da biodiversidade agrícola, como também evidenciam a centralidade dos saberes tradicionais e do papel dos agricultores na promoção da agrosociobiodiversidade. Esses instrumentos normativos constituem um alicerce importante para o desenvolvimento de políticas públicas territoriais voltadas à segurança alimentar e nutricional, especialmente quando articulados a iniciativas locais que reconhecem os vínculos entre biodiversidade, cultura e práticas produtivas sustentáveis. A partir dessas diretrizes globais, torna-se possível fortalecer estratégias nacionais e regionais de conservação, como aquelas desenvolvidas no âmbito do Projeto Napi Alimento e Território, que traduzem essas premissas em ações concretas de resgate e valorização da diversidade genética em contextos específicos.

O trabalho: resgatar, conservar, cultivar, estudar, multiplicar e disponibilizar

A conservação da agrobiodiversidade e o uso dos recursos genéticos extrapolam a esfera ambiental, impactando diretamente a segurança alimentar e nutricional da população e contribuindo para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável (Machado; Santilli; Magalhães, 2008).

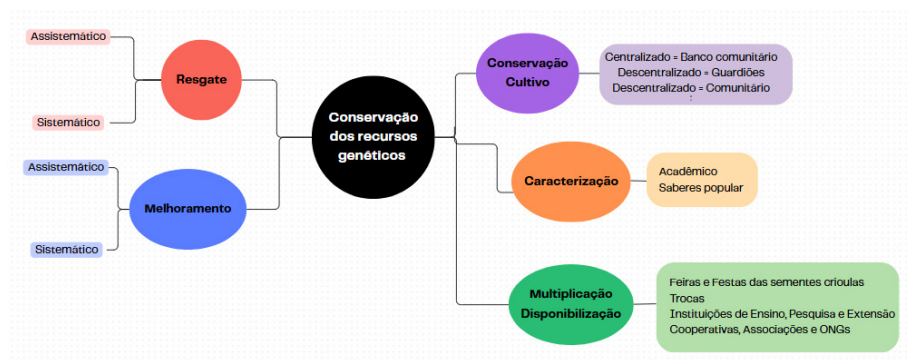
Para que a agrobiodiversidade seja efetivamente conservada, é fundamental o engajamento das comunidades rurais em articulação com as instituições de pesquisa. Nesse sentido, a metodologia adotada deve

ser pautada em abordagens participativas, valorizando a diversificação de cultivos, a seleção e a conservação de um amplo germoplasma, com foco especial nas espécies cultivadas de interesse local (Jackson; Pascual; Hodgkin, 2007).

As variedades crioulas representam um patrimônio cultural rural, resultado de um processo contínuo de seleção baseado na escolha das melhores plantas e no aprimoramento de suas características ao longo do tempo. Por apresentarem maior resistência e menor dependência de insumos externos, essas variedades também expressam os modos de vida e as práticas de manejo das comunidades que as cultivam (Pandolfo *et al.*, 2014). Guardadas, multiplicadas, distribuídas ou trocadas, elas carregam não apenas potencial genético, mas também valores culturais e identitários.

Esse processo de conservação informal dinamiza e fortalece redes locais de guardiões de sementes crioulas (Santos *et al.*, 2012). O resgate e a preservação dessas variedades são decisivos para evitar o cruzamento com cultivares comerciais ou transgênicas (Coimbra *et al.*, 2010), além de ampliar a biodiversidade agrícola e reforçar os vínculos com a identidade e os saberes locais.

Figura 1 - Estratégias de conservação e disponibilização de recursos genéticos no Napi Alimento e Território



Fonte: os autores, 2025.

É com base nessa perspectiva que se estrutura o modelo teórico-metodológico apresentado na Figura 1, assumida como orientadora da prática de conservação da agrobiodiversidade do projeto Napi Alimento e Território. O modelo busca contemplar aspectos envolvidos na conservação dos recursos genéticos — do resgate à utilização — e combina fundamentos teóricos com experiências concretas desenvolvidas no Sul do

Brasil, sobretudo em torno das sementes crioulas. Tal como sistematizado por Grígoio (2016), o modelo reconhece a diversidade de estratégias adotadas por diferentes agentes promotores da conservação.

Observa-se que os agentes populares envolvidos na conservação adotam práticas predominantemente assistemáticas e descentralizadas, marcadas por ações cotidianas, trocas simbólicas e o fortalecimento de vínculos comunitários. Já as estratégias sistemáticas e centralizadas são desenvolvidas por coletivos de agricultores ou por instituições de pesquisa, com enfoque em processos estruturados de melhoramento participativo e produção em maior escala, voltados à geração de impactos econômicos nas unidades familiares.

Ambos os caminhos — o conhecimento técnico-científico e os saberes tradicionais — são complementares. A valorização das estratégias populares, quando articulada a processos científicos de reconhecimento e repartição de benefícios, contribui para que os recursos genéticos conservados se tornem verdadeiros “ativos territoriais”, enraizados na diversidade ecológica e cultural dos territórios em que se inserem.

A partir desse modelo, evidencia-se a coerência entre as ações desenvolvidas pelo Napi Alimento e Território e os marcos legais e políticos voltados à agrobiodiversidade e à segurança alimentar. O ciclo de atividades — resgatar, cuidar, cultivar, estudar, multiplicar, distribuir e valorizar — está diretamente alinhado aos princípios da “Convenção sobre Diversidade Biológica” (CDB) e do “Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura” (TIRFAA), ao promover tanto a conservação *in situ* quanto *ex situ*, com reconhecimento do papel central das comunidades e de seus saberes.

No plano nacional, o modelo também dialoga com a “Política Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação, Agricultura e Pecuária (Rgen+Sustentável)”, recentemente instituída pelo Decreto n.º 12.097/2024, sobretudo ao articular ações de valorização dos patrimônios genéticos e dos conhecimentos associados à produção camponesa. Sua ênfase na produção descentralizada, participativa e territorializada está em plena sintonia com os objetivos de soberania e segurança alimentar propostos pela “Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)”.

Assim, o modelo teórico-metodológico do “Napi” transcende a dimensão técnica de conservação, posicionando-se como uma estratégia que tensiona e fortalece políticas públicas, ao promover um desenvolvimento

territorial que respeita a diversidade biológica, cultural e social, condição essencial para a transição agroecológica e para a construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

A conservação pelo uso: como dar valor ou significado aos recursos?

A agrobiodiversidade existente nos territórios rurais resulta de um processo evolutivo dinâmico, mediado historicamente por agricultores familiares, cujas práticas de manejo e seleção refletem a interação contínua com as condições ecológicas e socioculturais locais (Bellon; Gotor; Caracciolo, 2018). Esses sistemas agrícolas tradicionais funcionam como reservatórios vivos de diversidade genética, pois as comunidades camponesas conservam os recursos genéticos vegetais na medida em que esses lhes são úteis — isto é, detêm valor funcional, simbólico ou cultural para seus modos de vida (Cleveland; Soleri; Smith, 2000).

A lógica que orienta a conservação não é abstrata nem tecnocrática, mas fundamentada na experiência cotidiana dos agricultores. Aqueles elementos da biodiversidade que não apresentam função reconhecida ou utilidade prática tendem ao desuso e ao desaparecimento, em função da racionalidade da economia doméstica camponesa, que exige otimização do tempo, da mão de obra e dos recursos disponíveis (Zimmerer, 2013). Nesse sentido, o uso é o motor da conservação: apenas o que é cultivado, manejado e transmitido entre gerações permanece ativo no patrimônio agrícola local.

A seleção e o melhoramento informal de variedades locais — muitas vezes realizados com base em critérios empíricos, mas altamente refinados em sua lógica adaptativa — constituem práticas centrais à conservação *in situ* dos recursos genéticos (Almekinders; De Boef, 2000). Ainda que os agricultores não empreguem os termos técnicos ou a linguagem institucional da conservação genética, suas ações promovem, de forma eficaz, a manutenção e a renovação da diversidade agrícola, desde que os cultivos continuem a gerar benefícios concretos, sejam eles alimentares, econômicos ou simbólicos.

Como destacam Friis-Hansen e Sthapit (2000), o uso continuado de variedades locais como estratégia de conservação requer uma compreensão aprofundada dos fatores que orientam as decisões dos agricultores: por que determinadas variedades são mantidas, em quais contextos, com

que finalidades e como essas sementes são significadas socialmente. A permanência da agrobiodiversidade está, portanto, diretamente relacionada ao valor socialmente construído do uso, em contextos ecológicos e culturais específicos.

Dessa maneira, a agrosociobiodiversidade deve ser reconhecida não apenas como um banco de genes, mas como um conjunto de ativos territoriais que expressam valores ecológicos, econômicos, culturais e simbólicos (Altieri; Nicholls, 2020). Seus múltiplos usos — alimentares, medicinais, rituais, paisagísticos ou comerciais — não apenas sustentam a vida das comunidades locais, como também contribuem para a resiliência dos sistemas agroalimentares e a soberania alimentar dos povos. Valorizar e conservar essa diversidade pelo uso é, portanto, uma estratégia política, ecológica e cultural de resistência e transformação, essencial à sustentabilidade dos territórios rurais no século XXI.

Considerações finais

A agrosociobiodiversidade constitui não apenas um patrimônio genético e cultural, mas um recurso estratégico para o desenvolvimento territorial sustentável. Sua conservação extrapola a dimensão ambiental, ao entrelaçar questões sociais, culturais, políticas e econômicas, refletindo modos de vida e sistemas alimentares historicamente construídos pelos agricultores e agricultoras nos territórios.

Neste sentido, embora a diversidade cultivada ainda esteja presente em múltiplos contextos rurais, ela se encontra ameaçada por processos de erosão genética decorrentes da homogeneização dos sistemas de produção. A perda de variedades, no entanto, não ocorre de maneira neutra: ela impacta diretamente o direito à alimentação adequada, a soberania alimentar e o protagonismo das comunidades que historicamente mantêm e renovam esse patrimônio vivo.

Diante disso, a conservação da agrobiodiversidade exige estratégias integradas que articulem uso, reconhecimento, valorização e inovação. Como demonstrado, a conservação pelo uso — isto é, pela continuidade das práticas de cultivo, seleção, troca e consumo — é condição fundamental para que os recursos genéticos permaneçam ativos e significativos para as comunidades. Reconhecê-los como *ativos territoriais* é enxergar neles potenciais para geração de novos bens e serviços, fortalecimento de

identidades culturais e dinamização econômica com base em justiça e sustentabilidade.

A experiência do projeto **Napi Alimento e Território** exemplifica como ações interinstitucionais e interdisciplinares podem operacionalizar esse compromisso. O modelo teórico-metodológico apresentado — ancorado nas etapas de resgate, cuidado, cultivo, caracterização, multiplicação e distribuição — dialoga diretamente com tratados internacionais (como a CDB e o TIRFAA) e com as políticas nacionais, como a Rgen+Sustentável e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Ao combinar estratégias assistemáticas, originadas no saber-fazer popular, com abordagens sistemáticas promovidas por instituições de pesquisa, o modelo fortalece a conservação da agrosociobiodiversidade de forma contextualizada e transformadora.

Assim, investir na agrosociobiodiversidade é investir em futuros possíveis: mais resilientes, diversos, enraizados nos territórios. Que a valorização dessa diversidade, tantas vezes invisibilizada, seja não apenas uma estratégia técnica, mas uma escolha ética e política em prol da justiça social e da sustentabilidade das próximas gerações.

Referências

ALMEKINDERS, C. J. M.; DE BOEF, W. S. **Encouraging Diversity: The Conservation and Development of Plant Genetic Resources**. Londres: Intermediate Technology Publications, 2000.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. **Agroecology: Science and Politics**. [s.l.]: Practical Action Publishing, 2020.

BELLON, M. R.; GOTOR, E.; CARACCILO, F. Conserving landraces and improving livelihoods: how to assess the success of on-farm conservation projects? **International Journal of Agricultural Sustainability**, v. 13, n. 2, p. 167-182, 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF, 18 set. 2006. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população**

brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf.

BRASIL. **Agrobiodiversidade**. Convenção sobre Diversidade Biológica. 6 jun. 2025. <https://antigo.mma.gov.br/biodiversidade/conservacao-e-promocao-do-uso-da-diversidade-genetica/agrobiodiversidade.html>

CAPORAL, F. R.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: MDA, 2009.

CLEVELAND, D. A.; SOLERI, D.; SMITH, S. E. A biological framework for understanding farmers' plant breeding. **Economic Botany**, p. 377-394, 2000.

COIMBRA, R. R.; MIRANDA, G.; CRUZ, C.; MELO, A.; ECKERT, F. Caracterização e divergência genética de populações de milho resgatadas do Sudeste de Minas Gerais. **Revista Ciência Agronômica**, v. 41, p. 159-166, 2010.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 4, p. 50-60, 2000.

FRAGA, L. K. de; PERONDI, M. A.; MATTE, A.; GODOY, W. I. Regimes Alimentares e o Delineamento da Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Resistências e Contramovimentos. **Revista Grifos**, v. 32, n. 60, p. 01-19, 2023.

FRIIS-HANSEN, E.; STHAPIT, B. **Participatory approaches to the conservation and use of plant genetic resources**. Roma: International Plant Genetic Resources Institute, 2000.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

GRÍGOLO, S. C. **A renovação das estratégias de lutas na agricultura: o caso das festas das sementes crioulas no sul do Brasil**. 2016. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.

HENIG, E. V. Quem tem fome no Brasil? análise da insegurança alimentar a partir de raça e gênero. **Revista de Políticas Públicas**, v. 28, n. 2, p. 891-905, 2025.

JACKSON, L. E.; PASCUAL, U.; HODGKIN, T. Utilizing and conserving agrobiodiversity in agricultural landscapes. **Agriculture**,

Ecosystems & Environment, v. 121, n. 3, p. 196–210, 2007.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187–199, 2011.

LEÃO, M. (Org.). **O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf

MACHADO, A. T.; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. A **agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

MALUF, R. S.; REIS, M. C. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. (Org.). **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 15–42.

MUTADIUA, C. A. P. **Adoção de práticas de manejo da agrobiodiversidade e estratégias de diversificação dos meios de vida das comunidades rurais em Pirenópolis**. 2012. Dissertação (Mestrado em Agricultura e Ambiente) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, SP, 2012.

NORGAARD, R. B. O crescimento da economia global de trocas e a perda de diversidade biológica. In: WILSON, E. O. **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 261–268.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO. **Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura**. Roma: FAO, 2001. www.fao.org/plant-treaty

PANDOLFO, M. C. *et al.* Guardiões da agrobiodiversidade: estratégias e desafios locais para o uso e a conservação das sementes crioulas. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, v. 11, n. 1, p. 199–211, 2014.

PEDRAZA, D. F.; LINS, A.; SANTOS, E.; OLIVEIRA, M. Década de Ação em Nutrição: reflexões sobre a conjuntura brasileira. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 15, 2020.

REDE PENSSAN. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança**

Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2022. <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores.** São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTOS, A. S.; SILVA, E. D.; MARINI, F. S.; SILVA, M. J. R.; FRANCISCO, P. S.; VIEIRA, T. T.; CURADO, F. F. Rede de bancos de sementes comunitários como estratégia para conservação da agrobiodiversidade no Estado da Paraíba. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE RECURSOS GENÉTICOS, 2., 2012, Belém. **Anais [...]** Belém, PA: Embrapa, 2012. <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/946247>

TEIXEIRA, L. S C. A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 449–458, 2022.

ZIMMERER, K. S. The New Geographies of Energy: Assessing the Multiple Dimensions of Local Agro-biodiversity Conservation. **Geoforum**, v. 52, p. 232–244, 2013.

AGROECOLOGIA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Marcel Chukewiski Jamil

Antonio Marcio Haliski

Joel Donazzolo

Paulo Rogério Lopes

DOI: 10.46550/978-65-6135-196-6.131-152

Introdução

Vivemos uma era marcada por profundas crises, de âmbito ambiental, social, econômico e civilizatório, que colocam em questionamento o modelo de produção de alimentos baseado na lógica mercadológica do agronegócio, representado pelo uso intensivo de agrotóxicos, concentração de terras, produção direcionada a commodities e ascensão de tecnologias convencionais. Como veremos a seguir, este modelo de agricultura convencional construída a partir do agronegócio apresenta consequências profundas e complexas, que afetam a configuração da sociedade e do meio ambiente, em cenários onde não é possível esperar previsões futuras que não resultem na extinção gradual da biodiversidade e diminuição das condições de vida no planeta Terra.

Como ruptura a este sistema deletério, a Agroecologia apresenta-se a partir de uma ciência multidisciplinar, propondo a transição de uma agricultura convencional a uma agricultura que seja mais sustentável, com características técnicas e dialógicas, considerando os saberes populares e sua articulação com o conhecimento científico, bem como na valorização da biodiversidade, justiça social e soberania alimentar (Azevedo; Netto, 2015). Assim, nos últimos anos, é possível observar a relevância da Agroecologia com relação às políticas públicas direcionadas a sua prática, inseridas tanto a nível nacional, exemplificado a partir do PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica), quanto a nível internacional, representando as metas específicas e ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da Agenda 2030 da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura).

Nesse sentido, de acordo com Toledo (2016) a agroecologia se apresenta como ciência, movimento e prática. Ciência na medida em que surge como um novo paradigma científico, que propicia novas maneiras de se fazer ciência, considerando as ciências políticas e sociais. O movimento, demonstrado pelo engajamento e ligação dos movimentos sociais à diversos setores da sociedade, tais como organizações de agricultores, órgãos públicos e universidades. Por último, a prática, revelada por meio de inovações tecnológicas, produto da conciliação entre o conhecimento tradicional e o conhecimento acadêmico, sendo este conjunto um fator indispensável no processo de transição agroecológica.

Desta forma, este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir algumas das principais bases teóricas que sustentam o processo de transição agroecológica, bem como as práticas e políticas associadas à Agroecologia, desde um breve relato histórico. Em contraposição, serão analisadas também as diretrizes que sustentam o modelo hegemônico do agronegócio, evidenciando assim os contrastes entre estes dois paradigmas. Além disso, ao longo da reflexão, buscamos elucidar os possíveis caminhos para a construção de uma transição agroecológica que seja efetiva, entendendo que este processo deve ser orientado por princípios de participação, transparência e democracia, valorizando assim os saberes locais e a organização coletiva como os pilares fundamentais para a transformação de sistemas produtivos.

A agricultura química e suas consequências socioambientais

Há pelo menos cinco décadas atrás, o uso dos agrotóxicos vem se apresentando como uma forma de modernização ao campo, estimulado pela Revolução Verde e disseminado pelo agronegócio sob a justificativa da necessidade de aumento produtivo dos alimentos para garantir o combate à fome. Entretanto, este caminho apontado pelo agronegócio já se demonstrou ineficiente, visto que a fome e desnutrição são problemas que permanecem em voga na sociedade, com saltos expressivos durante a pandemia de Covid-19 (Souza *et al.*, 2020). Além disso, não se pode desconsiderar os impactos ambientais gerados pelo uso e condicionantes dos agrotóxicos, fertilizantes sintéticos e outras tecnologias oriundas deste modelo depredatório, como contaminação de lençol freático e do solo, perda de biodiversidade, alteração dos ecossistemas, além da intoxicação direta e indireta ao ser humano, bem como outras consequências sociais.

Os últimos anos foram marcados por uma liberação recorde no número de agrotóxicos por parte do governo Bolsonaro (2019-2022), com 2182 agrotóxicos liberados em 4 anos, sendo este o maior número de registros para uma gestão presidencial desde o ano de 2003, segundo dados da Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins (GGA), pertencente ao Ministério da Agricultura. Ainda, dentre estes produtos, muitos eram considerados inéditos ao mercado, onde 22 dos 35 liberados para a agricultura eram considerados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), como muito perigosos ao meio ambiente (Salati, 2023). Ademais, quando comparamos os dados recentes sobre liberação dos agrotóxicos, outro fator chama a atenção, quase metade destes produtos continham ao menos um ingrediente ativo banido ou sem registro na União Europeia, em razão do alto risco agregado (Hess; Nodari, 2022).

Tomando como tendência o crescimento no uso destes produtos, de acordo com registros anteriores, o IBAMA apontou por meio dos relatórios de comercialização de agrotóxicos, que entre os anos de 2010 e 2020 houve um aumento de 78,3% na quantidade de agrotóxicos comercializados em território brasileiro (Ibama, 2022). Inicialmente, há uma percepção de que o aumento na venda acompanhou o crescimento produtivo das principais culturas envolvidas na cadeia produtiva do agronegócio, mas ao se comparar a quantidade de área produzida de lavouras temporárias e permanentes somadas, entre os mesmos anos, é possível notar um crescimento que não justificou o aumento do uso destes mesmos agrotóxicos, onde em 2010 as áreas cultivadas com culturas temporárias e permanentes totalizavam 65.374.591 hectares, enquanto que em 2020 eram de 83.396.004 hectares, um aumento de 27,6% em 10 anos (IBGE, 2022). Assim, é possível inferir que o agronegócio brasileiro está utilizando cada vez mais agrotóxico, independente de fatores produtivos, tornando esta problemática mais complexa e com características mercadológicas para as grandes empresas fornecedoras destes produtos.

Portanto, quais são de fato os reais problemas socioambientais gerados pelo uso cada vez mais indiscriminado dos agrotóxicos? Em relação ao uso direto ou indireto, podemos citar a revisão sistemática de literatura de Luciana Modesto de Brito, que tratou de abordar os graves casos de intoxicações registrados em comunidades rurais. Os principais resultados foram prejuízos respiratórios, distúrbios mentais, problemas circulatórios, dermatológicos e gástricos aos agricultores que manuseiam os agrotóxicos. Ainda, foi percebida uma relação entre aqueles que convivem direta ou

indiretamente com os agricultores e a exposição aos mesmos danos (Brito *et al.*, 2021).

Além disso, a contaminação pelo consumo de resíduos de agrotóxicos presentes nos alimentos vem se tornando cada vez mais uma preocupação a nível mundial. Há 20 anos atrás, a Organização das Nações Unidas (ONU) acreditava, por meio de estudos, que cerca de 3 a 5 milhões de pessoas se intoxicam com agrotóxicos no mundo todos os anos (Stoppelli; Magalhães, 2005). Entretanto, dados do “Atlas dos Agrotóxicos” (Stiftung, 2023) indicam que a intoxicação pode atingir um número ainda maior atualmente, sendo cerca de 385 milhões de pessoas no mundo a cada ano, com maior vulnerabilidade aos trabalhadores rurais. Localmente, o Brasil ainda conta com outro dado preocupante, ocupando o posto de maior consumidor de agrotóxicos do mundo, sendo 720 mil toneladas anuais.

Outra problemática causada pelo uso dos agrotóxicos é a vasta gama de impactos ambientais, com prejuízos à qualidade da água e solo, além de desequilíbrio ecológico envolvendo fauna e flora. O uso de agrotóxicos na agricultura pode ser visto como um dos principais responsáveis pela degradação dos recursos naturais, estes tendo a capacidade de provocar danos irreversíveis tanto à saúde humana quanto ao meio ambiente (Steffen; Steffen; Antonioli, 2011). Desta forma, não se pode imaginar um desenvolvimento que seja realmente sustentável diante da dependência e utilização dos agroquímicos na agricultura.

Movimentos contra hegemônicos e surgimento das agriculturas alternativas

Por movimento social entendemos toda forma de organização com um, ou mais, propósito(s) definido(s) e um conjunto de ações ou estratégias para alcançá-los. Neste texto temos a agroecologia cumprindo esta função. A produção de um alimento saudável assume esse papel revolucionário frente ao avanço do agronegócio e de toda a estrutura do Estado a seu favor, assim, pensar coletivamente alternativas de produção desde os distintos territórios, dentro de uma perspectiva de coevolução da sociedade/natureza se revela como uma negação ao individualismo, da terra como negócio e da degradação da natureza/sociedade.

Naves e Reis (2017), afirmam que movimento agroecológico emerge no país na década de 1980 em oposição ao agronegócio, com a disseminação do conhecimento de práticas agrícolas alternativas, sendo

uma resposta à crescente preocupação com a deterioração ambiental e a exclusão social de agricultores familiares face à modernização agrícola, onde a gestão do agroecossistema seria um barreira para frear a dependência advinda da Revolução Verde. No entanto, Ana Maria Primavesi e Manoel Baltasar Baptista da Costa, desde o início dos anos 60 já promoviam debates, realizam experimentos e ações vinculadas à produção agroecológica e apontam caminhos para a construção de sistemas sustentáveis e resilientes. Em nossa análise não se trata da emergência, mas do fortalecimento a partir desta década, dado a contextos como da redemocratização, mas os preceitos são estes citados.

Costa e Costa (2021) mostram que a emergência da Agroecologia no Brasil se insere no processo de contestação da chamada agricultura convencional que, em âmbito internacional, já se manifestava desde a década de 1960. Destacam ainda o papel das revoluções industriais e suas consequências na mecanização, desenvolvimento de tecnologias químicas e seus reflexos na produção de agrotóxicos; outro aspecto fundamental ocorreu com o fim das grandes guerras mundiais, onde a ociosidade dos complexos petroquímicos e mecânicos viram na agricultura um mercado promissor, especialmente no chamado Terceiro Mundo.

Nesse aspecto, no pós-segunda guerra, tivemos um rápido crescimento populacional e o aumento do uso de fertilizantes e agrotóxicos passou a ser justificado para o aumento da produção de alimentos. O excessivo uso de insumos externos como sementes, agrotóxicos, fertilizantes e a mecanização mudaram a lógica produtiva e o alimento passa, cada vez em maior proporção, a ser tratado como uma mercadoria. O que interessa é a produção e o lucro.

Para Costa e Costa (2021), é nesse contexto que diversos movimentos contestatórios foram organizados, tendo publicações como o livro de Rachel Carson *Primavera Silenciosa* denunciando os impactos dos organoclorados na rede alimentar da água americana. Assim, os movimentos de contestações que levaram a emergência da agroecologia têm especificidades a partir do histórico de cada país: Agricultura biológica, na França; agricultura biodinâmica, na Alemanha; agricultura orgânica na Inglaterra e Estados Unidos; agricultura natural no Japão.

Nos termos acima, a luta pela terra, trabalho, sustentabilidade, e direito à educação ganham destaque e se contrapõem ao agronegócio, a agricultura convencional, a monocultura e a degradação da natureza. Vemos a expressão mais forte dessa contestação em movimentos como

o Movimento Sem Terra (MST), no Brasil, bem como nas tentativas de soluções para o caos instaurado a partir de grandes eventos, como aqueles organizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1972, na Suécia.

Outros dois aspectos interessantes a serem apontados, olhando desde a experiência brasileira, é a nossa ausência de uma Reforma Agrária e o uso do aparato estatal, via instituições de ensino e pesquisa, a serviço do capital. Em 1980 foi fundado o Instituto Agronômico de Campinas realizando estudos como de adaptação de espécies exóticas, sendo potencializado os investimentos em instituições de ensino e pesquisa a partir de 1900. Durante a ditadura o pacote tecnológico da chamada Revolução Verde aumenta exponencialmente a utilização da maquinaria pesada, herbicidas, inseticidas, fungicidas, etc., tornando hegemônico o uso de insumos e ampliando ainda mais os investimentos (Costa; Costa, 2021).

Também é importante frisar que além dos movimentos sociais a academia teve e tem suas contribuições, muitas vezes se somando ou reforçando as suas demandas. Costa e Costa (2021) nos lembram dos eventos de *agricultura alternativa* durante a ditadura, livros como *A moderna agricultura intensiva* de Ana Maria Primavesi e Artur Primavesi, o *Fim do Futuro* de Lutzenberger, *Pragas, Praguicidas e a Crise Ambiental* de Adilson Dias Paschoal, além do clássico de Ana Primavesi *Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais*, para ficarmos nesse período. Depois tivemos uma série de desdobramentos nas mais distintas áreas do conhecimento, mas com essa pegada interdisciplinar e de crítica ao capital e a degradação de tudo, inclusive da condição humana. Em linhas gerais, vamos presenciar uma série de ações que resultarão em debates entre pesquisadores, instituições e ONGS, que resultarão na concepção de Agricultura Orgânica e Ecológica (Quadro 1).

Quadro 1 – Debates e ações alternativas

Período/Ano	Debates e ações alternativas
Final da década de 1970	Organização do Grupo de Estudos de Agricultura Alternativa por Ana M. Primavesi e Yoshio tsuzuki
Final da década de 1970	Surgimento de ONGS com produção sem agrotóxicos, como a Cooperativa de Consumidores COOLMÊIA, em Porto Alegre - RS e outras de assistência técnica e comercialização de orgânicos, como a Associação de Agricultura Orgânica - AAO (SP)
Em 1982	O Grupo de Estudos de Agricultura Alternativa organizou o 1º Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA) em Curitiba - PR; começa a ser forjado o conceito de Agricultura Alternativa, sendo considerada inicialmente como um conjunto de técnicas que deveriam ser utilizadas de forma integrada e em equilíbrio com o meio ambiente
Em 1983	Promulgação da primeira Lei de uso de Agrotóxico do Brasil, elaborado pelo poder legislativo do Rio Grande do Sul
Em 1983	A Federação de Órgãos para a Assistência Social e Econômica elaborou o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA/FASE) que deu origem a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)
Em 1984	II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA) no Rio de Janeiro
Em 1987	III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA) em Cuiabá
Em 1989	Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA) em Porto Alegre - RS
Anos 1990	A denominação “Agricultura Alternativa” foi dando lugar a “Agricultura Orgânica” e “Agroecologia”
Anos 2000	Diversas ONGs, incluindo a AS-PTA, juntamente com movimentos sociais do campo articulam os Encontros nacionais de Agroecologia; O primeiro ENA aconteceu em 2002 e dos encontros derivou a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) aconteceu pela primeira vez em 2003
Atualidade	O debate agroecológico está sendo cada vez mais difundido entre os povos do campo, das águas e das florestas; o protagonismo feminino, as questões raciais e demais questões identitárias estão cada vez mais em debate, tantos nos movimentos sociais como nas articulações como a ANA, que se tornou uma das principais articuladoras da agroecologia no Brasil.

Fonte: Baseado em Costa e Costa (2021).

A produção de orgânicos e a sua possibilidade de certificação possibilitou que isso ocorresse também de forma individualizada e é isso que irá diferenciá-la da produção agroecológica, visto que esta última necessita do entendimento dos ambientes ou territórios em sua coevolução social/ambiental. Entender os agroecossistemas, usos de metodologias participativas e a partilha de saberes entre camponeses são fundamentais, ao contrário da primeira que pode ser individual e com caráter essencialmente mercadológico.

A agroecologia ancestral: saberes tradicionais

Barbieri (2010) ao discorrer sobre as possíveis origens da agricultura nos afirma que o Neolítico representa para a pré-história humana o momento das grandes inovações culturais e que a manipulação do solo foi revolucionária, pois a modelagem do barro e a agricultura são inextricáveis, a ponto de se admitir a existência de povoamentos horticultores e o uso da cerâmica; os artigos cerâmicos devem sua provável origem às manifestações artística, mística e religiosa - como no caso dos sambaquis utilizados para sepultamentos – ou como instrumentos eficientes no cozimento de alimentos e reservatórios de água, já a agricultura articulou-se pelo alargamento das possibilidades de recursos alimentares.

Num período em que o polimento da pedra permitia a elaboração de aparatos eficazes na caça, quebra ou corte de frutos e raízes, e a população mundial crescia, a pressão demográfica e a rarefação de itens elementares de consumo (por causa climática ou antrópica) poderiam ter sido diligentes de um processo, já há milênios em latência, mas não motivos irrevogáveis para o surgimento da agricultura. Provavelmente, sua origem está na manipulação de espécies selvagens próxima às habitações, que acabou por conduzir à formação de pequenas jardineiras acidentais através do brotamento espontâneo de grãos e sementes desperdiçados. (MAZOYER; ROUDART, 2001). Wells (1991), todavia, não descarta a possibilidade de que a prática agrícola tenha evoluído, também, a partir de manifestações místicas: sobre pequenos terreiros ou mausoléus lançavam-se sementes silvestres como oferendas, que resultavam em providentes recursos. (Barbieri, 2010, p. 332)

Temos o desenvolvimento de técnicas e tecnologias pela espécie humana, baseadas na necessidade de sobrevivência e na mudança de uma cultura nômade para a fixidez em distintos territórios.

Admitindo-se qualquer das duas hipóteses, Wells (1991) e Mazoyer e Roudart (2001) concordam que milhares de anos seriam necessários para que tais jardins se firmassem como hortas assistidas e direcionadas ao aprovisionamento alimentar. Por isso, a diversidade das condições ecológicas e da herança cultural das quais os diferentes agrupamentos dispunham fizeram da agricultura eventos múltiplos e independentes, despontando em lugares e tempos distantes uns dos outros (LEROI-GOURHAN, et al. 1981): enquanto os vestígios de espelta -um tipo de trigo já domesticado - sinalizam os primeiros sítios agrícolas na Síria-Palestina há cerca de 10.000 anos, na região andina a prática da agricultura data de 6.000 anos A.P. (MAZOYER; ROUDART, 2001) e, no Brasil Central, as pequenas plantações de milho, cabaças e leguminosas conduzidas pela Tradição Una - dos primeiros horticultoresceramistas do Cerrado - não são anteriores a 3.500 anos A.P. [...]. (Barbieri, 2010, p. 333)

Ao evocarmos a ancestralidade para discutirmos a Agroecologia, estamos admitindo o desenvolvimento de saberes localizados que são resultados de uma co-evolução do homem na/com a natureza. Trata-se de saberes diversos, construídos dentro de uma sustentabilidade ambiental e que são repassados mediante um saber-fazer em comunidades, sejam elas tradicionais ou de povos originários. Nos últimos anos o que estamos constatando é o papel da universidade, da ciência e de cientistas, com viés extensionista, dialogando com essa diversidade de saberes e também de práticas, dentro daquilo que chamamos de diálogos de saberes.

Aqui podemos fazer alguns apontamentos que vão desde a necessidade de fixação de roças e o necessário conhecimento da dinâmica da natureza para plantios, desde saberes astronômicos atrelados a calendários de plantios e colheitas, de manejo do solo via coivara, rotatividade do solo, plantio consorciado, usos de águas para irrigação, controles de pragas e outros etc. Em textos como de Floriani *et al.* (2019) constatamos que os saberes, apresentados pelo que os autores trabalharam na perspectiva do sentir-pensar, ficam evidentes desde a construção de casas, pensando na sua localização/conexão com a vizinhança e iluminação solar, até o manejo da agrobiodiversidade, no caso expostas por eles a partir de interpretações acadêmicas sobre as imagens, as práticas e os regimes de natureza engendrados nesse processo e que configuram essas territorialidades agroflorestais: a primeira em uma comunidade Faxinalense e também Quilombola da região fitogeográfica da Floresta com Araucárias do Paraná, Brasil; outra territorialidade vivenciada e interpretada é a Mapuche Williche da região da Floresta Temperada Valdiviana, no Chile; a territorialidade Paiter Suruí

da região da Floresta Amazônica brasileira, e das Quebradeiras de Côco, da região da Mata dos Cocais maranhenses.

Destacamos os plantios conforme as regiões e necessidades, como o aipim para a farinha de mandioca, pensando nos caiçaras do litoral do Paraná ou mesmo do milho e feijão entre agricultores do centro-sul deste estado. Fontes inestimáveis para a sobrevivência e dotados de muitos saberes e cultura, como no caso dos guardiões de sementes crioulas, usadas para trocas e hibridização de muitas espécies. Haliski e Brandenburg (2016) trataram a continuidade de saberes de usos da natureza e ambiente como elementos de uma condição camponesa, que estão presentes na atualidade, ao analisarem agricultores familiares do sul do Paraná e norte de Santa Catarina, ou seja, independente do lugar ocupado temos resistências frente a homogeneização proposta pela globalização. Isso nos remete a textos como de Furtado e Moura (2025) na literatura científica, um padrão de “inverno” e “verão” amazônicos mediante generalizações de obras clássicas sobre a região. No entanto, nessas literaturas, evidencia-se a existência de uma multiplicidade de tempos e de calendários produzidos pelos diferentes grupos sociais. Este artigo objetiva analisar os calendários tradicionais produzidos por esses atores e compará-los com os “inverno” e “verão” amazônicos normalizados a partir da obra de Galvão (1955, ao afirmarem que a concepção do tempo de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (o tempo tradicional) associa tempo ao ambiente natural, quando referenciais temporais materializados nos ciclos naturais (canto do galo, início ou fim das chuvas, lua cheia e outros) prenunciam o retorno periódico de fenômenos materiais da natureza.

Esses saberes tradicionais ganham destaque frente ao avanço das técnicas e tecnologias comerciais, potencializadas pela chamada Revolução Verde, que simboliza o avanço do capital, das monoculturas, dos agrotóxicos e dos transgênicos, pois trata-se da conexão com a natureza e seu (re)conhecimento. Essa transferência de pacotes tecnológicos não resulta em avanços no combate à degradação ambiental e muito menos no combate à fome, visto que esta é uma questão política, atrelada às causas do subdesenvolvimento (Alves, 2007).

Quinteiro e Baldini (2018) ratificam o que enunciamos nesta seção e ainda nos apontam que conservarmos o conhecimento dos agricultores sobre os métodos de cultivos tradicionais, de manejo do solo e sementes crioulas, por exemplo, é fundamental para a conservação da sociobiodiversidade e para a segurança alimentar. Nesse sentido defendemos

uma transição agroecológica, respeitando os saberes coletivos vinculados aos mais distintos territórios e saberes produzidos como processo de coevolução da agrosociobiodiversidade planetária.

A base científica da agroecologia

Quando abordamos a agroecologia dentro do escopo científico, não podemos deixar de observar a visão centralizadora envolvendo a relação entre ciência e tecnologia em uma ampla análise dos fatores sociais envolvidos. Nesse sentido, o campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e determinados pensadores permitem estabelecer uma constatação crítica da ciência. Segundo o filósofo francês Bruno Latour, a ciência não descobre a verdade: ela constrói o que será aceito como verdade, ou seja, toda a construção do conhecimento científico pertencente à ciência tradicional, é dependente de fatores sociais inseridos em redes de poder desiguais, onde os mais poderosos determinam a relevância dos chamados “fatos científicos”.

Em uma condução diametralmente oposta, a Agroecologia surge de uma epistemologia holística e dialógica, considerando a valorização dos saberes não hegemônicos, advindos desde os saberes populares, tradicionais ou até indígenas. Além disso, seu modelo é aliado às chamadas tecnologias sociais, popularizadas por Dagnino (2014), sendo tecnologias acessíveis, inclusivas, de gestão participativa e horizontalizada, além de servirem de instrumentos de emancipação social por meio do seu potencial libertador quanto a aspectos econômicos que se situam numa lógica diferente da visão individualista, impulsionada constantemente no sistema capitalista.

Nesse sentido, Thomas Kuhn institui a relevância dos “paradigmas” em relação à ciência, sendo uma teoria científica padrão que os cientistas utilizam para reproduzir um modelo científico já existente. Ou seja, nesse viés, a ciência se desenvolve apenas em função de acumulações intelectuais e padrões já aceitos do seu próprio tempo. Ao apresentar a reflexão acerca dos paradigmas de Thomas Kuhn, Gomes e Borba (2004), questionam os motivos pelo qual diversos setores da sociedade ainda se conformam com os paradigmas hegemônicos, onde não existe possibilidade da resposta ou resolução da atual crise civilizatória, que se expressam em dimensões sociais, econômicas, culturais, institucionais e principalmente, dentro deste contexto, ambientais. Assim, concluem que nem mesmo a maior parte dos cientistas percebem a relação entre o paradigma vigente e a crise em

que a humanidade se encontra, relevando a chamada “crise de percepção” (Gomes; Borba, 2004).

Epistemologicamente, a construção da ciência perpassa por tradições conjunturais que nascem desde o empirismo, até o racionalismo e positivismo comtiano, resultando assim em um monopólio da ciência sobre o conhecimento. Ao analisar o paradigma que forma a agroecologia, é proposta a ruptura deste mesmo monopólio para a busca pelo novo paradigma capaz de garantir a resolução de problemas conjunturais desta crise civilizatória em que a humanidade está e que caminha a passos largos. A epistemologia da agroecologia incorpora, assim, a complexidade, dúvidas e a proposta de sua inter ou transdisciplinaridade entre várias áreas do conhecimento (Gomes; Borba, 2004).

O termo agroecologia surgiu em 1928, criado pelo engenheiro agrônomo russo Basil Bensin, sendo utilizado com fins acadêmicos que buscavam nomear manejos de princípios ecológicos na área agrônômica. A partir deste momento, diversas pesquisas ao redor do mundo passaram a considerar a importância da dinâmica dos ecossistemas agrícolas, mesmo não utilizando diretamente o termo “agroecologia”, mas sim o termo “agricultura ecológica”. Contudo, a agroecologia apenas começou a apresentar-se como ciência a partir do seu contraponto em relação à Revolução Verde, nos anos 1970, ainda como algo um termo restrito ao campo das ciências agrárias, que apresentava a agroecologia como uma forma de produção sustentável de alimentos baseada no sistema orgânico de produção. Ou seja, até este momento não havia distinção clara sobre agroecologia e agricultura orgânica, onde Caporal (2004) afirma que, não devem ser confundidas sobre suas especificidades.

Assim, a agroecologia pode ser interpretada e visualizada sob diferentes perspectivas, mas segundo Caporal (2004), existe uma fundamental importância no debate conceitual da agroecologia. Desta forma, torna-se necessário buscar uma maior precisão no uso de seus conceitos para assim conciliar estratégias de desenvolvimento sustentável, um dos princípios do pensamento agroecológico, com o seu potencial técnico-científico. Como resultado, o meio rural poderia ser objeto de uma verdadeira e significativa mudança, possibilitando o atingimento de uma perspectiva que garanta a sustentabilidade socioambiental e econômica dos territórios rurais.

Caporal (2016) ainda afirma que, o avanço da transição agroecológica pode ser prejudicado pelos chamados “equivocos conceituais”

daqueles que reduzem a agroecologia de uma forma tática, conceitual e estratégica relacionado ao modelo convencional da agricultura. Nesse viés, alguns alertas surgem sobre aspectos que envolvem o surgimento de novas perspectivas de desenvolvimento rural e agriculturas que se apresentam mais sustentáveis do que os modelos do agronegócio, onde sempre há risco de um enfoque puramente orientado pelo mercado, bem como por nichos de consumidores que restringem a participação de agricultores em função das suas próprias demandas. Este risco pode ser muito claramente observado na diferenciação entre agricultura orgânica e agricultura agroecológica, que não devem ser confundidas, pois uma é modelo de negócio, enquanto a outra apresenta-se como um modelo coletivo, social e inclusivo para todos os públicos. Ainda, a comparação da agroecologia ao modelo da agricultura convencional, não só não faz sentido como também reduz seu significado, ignorando as potencialidades da agroecologia em promover processos de desenvolvimento rural sustentável dentro de um enfoque científico.

A Agroecologia como política e movimento

A agroecologia, como visto anteriormente, não se prende unicamente a preceitos técnicos, mas também dialógicos, o que permite a participação livre e democrática a todos os membros envolvidos no processo. Não por acaso, muitas metodologias participativas têm sido utilizadas no trabalho com comunidades agroecológicas, tais como pesquisa-ação, diagnóstico participativo, leitura de paisagem, mapeamento participativo, dentre outros (Azevedo; Netto, 2015). Nesse sentido Altieri (2004), através de sua obra intitulada “Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável” apresenta a agroecologia como um campo do saber complexo, que pode ser analisado por diferentes dimensões, sejam elas ecológica, econômica, social, cultural e política, permitindo assim uma abordagem multidimensional da Agroecologia.

Assim, ao abordarmos a dimensão política, é possível perceber a função crítica da agroecologia em relação às estruturas de poder dominantes do sistema alimentar, que se expressa fortemente no meio político. Um exemplo prático atual é a conhecida “bancada ruralista”, que promove abertamente políticas em prol de um agronegócio desigual e insustentável, resultando em problemáticas de cunho social, econômico e ambiental. Ademais, é perceptível também que a mesma bancada ruralista vem nos últimos anos intensificando seus ataques a grupos de assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas, guiados assim por um projeto político

de fortalecimento ao agronegócio como estrutura de poder dominante. Não obstante, diante deste cenário, são perceptíveis as contradições e ambivalências representadas por este setor, onde prega a defesa da agricultura tecnicamente modernizada enquanto mantém padrões de conduta conservadores e por vezes, tradicionais (Maluf; Flexor, 2017).

Mas então, na prática, como a influência da bancada ruralista pode impactar o acesso e formulações de políticas públicas? Um exemplo marcante disso pôde ser claramente observado durante a pandemia de Covid-19, onde os parlamentares Bohn Gass, Pedro Uczai, Erika Kokay, dentre outros deputados do Partido dos Trabalhadores protocolaram o Projeto de Lei n.º 823/2021, que visava dispor de medidas emergenciais de amparo financeiro aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19. O Projeto de Lei, também conhecido como Lei Assis Carvalho II apresentava medidas que garantiam maior fomento à inclusão produtiva rural, crédito de custeio e investimento, apoio técnico, renegociação de dívidas, dentre outros benefícios. Contudo, foi amplamente combatido por parlamentares aliados da bancada ruralista, bem como pelo Partido Liberal, sendo posteriormente vetado. Em contraponto, em 2022 o governo federal, com apoio da bancada ruralista, aprovou a renúncia fiscal equivalente a 57 bilhões de reais aos grandes latifundiários produtores de soja (Manoel, 2025).

Isto posto, não podemos pautar a ascensão política dos apoiadores do agronegócio como um fenômeno orgânico, pois não o é. Diversos fatores vêm contribuindo para isto, sendo uma delas a mídia brasileira, por meio das vastas publicidades associando diariamente não apenas o agronegócio como “pop”, mas também como algo que é próximo a “tudo”, seja à sociedade em geral ou agricultor familiar. Desta forma, cria-se uma narrativa positiva e moderna do impacto do capitalismo no campo, enquanto que na realidade se ocultam as desigualdades causadas pela concentração fundiária do agronegócio.

Ao retomar a importância da Agroecologia como política e movimento, apontamos a necessidade da Agroecologia se envolver de forma crítica com a dinâmica de poder nos sistemas agroalimentares, defendendo a proposição de mudanças institucionais que valorizem e beneficiem as práticas agrícolas mais sustentáveis. Molina e Caporal (2013) propuseram a necessidade de uma agroecologia política para alcançar a sustentabilidade, acreditando que faltam ferramentas e critérios analíticos para desenvolver estratégias locais atualmente no movimento agroecológico. Desta forma, é

necessária uma construção socioecológica considerando os agroecossistemas como produto das relações de poder, incluindo as políticas públicas como um meio para alcançar a transição agroecológica.

A necessária transição para sistemas, territórios e sociedades sustentáveis

A crescente degradação ambiental, as desigualdades sociais persistentes e a instabilidade econômica global têm impulsionado o debate em torno da urgência de uma transição para sistemas, territórios e sociedades mais sustentáveis. O modelo de desenvolvimento atual, centrado no crescimento econômico a qualquer custo, tem se mostrado insustentável do ponto de vista ecológico e ético (Rockström *et al.*, 2009). Nesse contexto, é necessário repensar as bases da produção, do consumo e da governança territorial, promovendo alternativas que respeitem os limites planetários e assegurem justiça socioambiental.

O conceito de “limites planetários” proposto por Rockström *et al.* (2009) evidenciou que já ultrapassamos quatro das nove fronteiras que garantem a estabilidade da Terra: mudanças climáticas, perda de biodiversidade, alterações no uso do solo e ciclos biogeoquímicos. De acordo com o IPCC, ano 2023, a temperatura média global aumentou 1,2°C em relação aos níveis pré-industriais, e as emissões de gases de efeito estufa continuam crescendo, com o setor energético sendo responsável por cerca de 73% dessas emissões globais (IEA, 2023). Uma outra calamidade em curso é o uso exacerbado, sem critérios e sem limites dos diversos agrotóxicos no processo de produção agropecuária, bem como uma outra infinidade de substâncias sintéticas que são anualmente utilizadas nas mais diversas áreas de produtos industrializados para o consumo da população. A imensa maioria dessas substâncias não tem o devido estudo de seus impactos a longo prazo e não raro, apenas depois de surgirem danos à saúde humana e aos ecossistemas, muitas vezes irreversíveis, é que alguma providência passa a ser tomada.

Além disso, a desigualdade de acesso aos recursos e serviços básicos é alarmante: cerca de 2,2 bilhões de pessoas ainda não têm acesso à água potável segura, enquanto mais de 800 milhões vivem em situação de insegurança alimentar (FAO, 2023). Isso considerando que não temos uma carência de áreas agricultáveis e nem de produção alimentos. Essas

disparidades demonstram que o atual modelo econômico global beneficia uma minoria à custa do empobrecimento ecológico e social das maiorias.

Caminhos para a transição ecológica

A transição para a sustentabilidade exige transformações estruturais nos sistemas socioeconômicos, com ênfase na justiça climática, na resiliência territorial e na democratização do acesso aos recursos. Autores como Sachs (2015) defendem a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como base normativa para guiar políticas públicas e estratégias empresariais. No campo da produção agropecuária, há uma necessidade incontestável de uma transição ecológica, a partir da Agroecologia. É bem verdade também, que a recente utilização e fomento dos chamados bioinsumos na agricultura é uma alternativa nesse caminho. Contudo, muito focado na descoberta e utilização de produtos industriais - substituição de insumos - e não na mudança de processos e na funcionalidade sistêmica.

Do ponto de vista territorial, Lefebvre (1991) destaca a importância de se pensar o espaço como produto social e político, enfatizando que o planejamento territorial deve ser participativo e inclusivo. Nesse contexto, Altieri e Nicholls (2017) reforçam a importância de iniciativas de gestão territorial sustentável, como os sistemas agroflorestais e os territórios de conservação, na qual têm demonstrado potencial para conciliar produtividade com regeneração ecológica.

Em termos econômicos, autores como Raworth (2017), com o modelo da “economia Donut”, propõem uma economia que respeita tanto o teto ecológico quanto o piso social, buscando um espaço seguro e justo para a humanidade prosperar. Essa proposta se articula com as ideias de Jackson (2013), que advoga por uma “prosperidade sem crescimento”, questionando a lógica do PIB como único indicador de desenvolvimento. Nesse contexto, Fernandes (2012), sugere a reforma agrária como sendo uma pauta necessária para alcançar o desenvolvimento territorial, que deve ser orientado a partir de políticas públicas e educacionais.

Na agricultura, a agroecologia vem ganhando força como alternativa sustentável, especialmente em países do Sul Global. Segundo a FAO (2023), práticas agroecológicas podem aumentar a produtividade em até 80% em pequenas propriedades e reduzir o uso de insumos químicos em até 70%, promovendo a segurança alimentar e a conservação dos solos.

No mesmo sentido, Marchetti *et al.* (2023) especially in recent years in Brazil. On the other hand, Brazil has a biological, social and cultural diversity that, combined with agroecological-based management, has great potential to increase the resilience of production systems in the face of disturbances caused by climate change. From the accumulations in the different fields of Agroecology, we highlight the crucial role of the participation of different sectors of society in the development of multicentric public policies that require the public institutions to be responsible for the achieving food security and sovereignty, conserving biodiversity, building and strengthening resilient agroecosystems, mitigating and adapting to climate change.”, ”container-title”: ”Revista Brasileira de Agroecologia”, ”DOI”: ”10.33240/rba.v18i1.23714”, ”ISSN”: ”1980-9735”, ”issue”: ”1”, ”language”: ”pt”, ”license”: ”Copyright (c) propõem a construção da amplificação territorial da resiliência dos agroecossistemas a partir do fortalecimento das práticas agroecológicas, políticas públicas, saberes tradicionais e educação, considerando assim a agroecologia dentro da perspectiva de ciência, movimento e prática social capaz de proporcionar a mitigação e adaptação às mudanças climáticas presentes e futuras.

A transição na produção agrícola

A transição ecológica no setor agropecuário demanda uma reconfiguração profunda dos modelos convencionais de produção, tradicionalmente baseados em monoculturas intensivas e no uso extensivo de insumos químicos. Esse paradigma, embora responsável por aumentos significativos na produtividade desde a Revolução Verde, tem gerado impactos ambientais severos, como a degradação do solo, a contaminação hídrica e a emissão de gases de efeito estufa - com a agropecuária sendo responsável por cerca de 24% das emissões globais de GEE, segundo a FAO (2023). A substituição progressiva desses sistemas por práticas agroecológicas e regenerativas torna-se, portanto, uma condição *sine qua non* para a sustentabilidade das paisagens rurais. Tais práticas incluem a diversificação de cultivos, o uso de insumos biológicos (como biofertilizantes, Microorganismos eficientes, pós de rocha e outros), a reincorporação do componente arbóreo na produção agropecuária e o manejo ecológico do solo, todos com potencial comprovado de aumentar a resiliência dos agroecossistemas às mudanças climáticas (Altieri; Nicholls, 2017).

Além dos aspectos ecológicos, essa transição também possui implicações socioeconômicas relevantes. Sistemas agroecológicos tendem a fortalecer a autonomia dos agricultores familiares, reduzir a dependência de pacotes tecnológicos externos e valorizar saberes locais e práticas tradicionais. Segundo dados da Agroecology Coalition (2023), propriedades que adotam princípios agroecológicos apresentam maior estabilidade econômica em contextos de crise climática, além de contribuir significativamente para a segurança alimentar regional. Ademais, políticas públicas como compras institucionais sustentáveis, incentivos fiscais verdes e programas de extensão rural orientados pela sustentabilidade são essenciais para escalar essas práticas em nível nacional. Nesse sentido, Furtado e Moura, (2025), baseados em Gliessman (2016), apontam que a transição para a agroecologia envolve não apenas mudanças técnicas, mas também políticas, exigindo alterações nos modos de produzir conhecimento, nas formas de governar e nas estruturas de mercado. Portanto, não se trata apenas de mudar técnicas produtivas, mas de redesenhar os sistemas alimentares com base em princípios de equidade, circularidade e regeneração ecológica.

Desta forma, a transição para sistemas, territórios e sociedades sustentáveis é urgente e inadiável. Exige uma abordagem integrada, interdisciplinar e holística que articule justiça ambiental, soberania territorial, transformação econômica e especialmente tecnologias ecologicamente adequadas aos diversos sítios de produção. Porém, para além de uma opção técnica, trata-se de uma escolha ética e civilizatória. Meadows et al. (2004), defende a ideia de que nenhum sistema insustentável consegue se manter indefinidamente, sendo inevitável que passe por transformações, independentemente da vontade das pessoas.

Considerações finais

Através da obra “Agrotóxicos e Colonialismo Químico”, Larissa Mies Bombardi (2023) associa a problemática do uso intensivo de agrotóxicos ao modo de produção capitalista difundido amplamente na agricultura, que a transformou em um tipo de máquina produtiva de commodities, gerando como consequências a submissão de povos e territórios a uma miséria de ordem social e ecológica. Ao mesmo tempo, Bertholi (2024) afirma que o capitalismo favoreceu e favorece um processo intensivo de concentração de terras, que resultam na acumulação de riquezas aos grandes proprietários de terras e empresas transnacionais, bem como seus representantes aliados na política. Assim, infere-se que a introdução dos

agrotóxicos e posteriormente, sua disseminação em massa na agricultura brasileira não surgiu de um processo orgânico, mas foi orquestrado por um mercado orientado ao lucro, que não levou em consideração as consequências sociais ou ambientais de tais atos.

Desta forma, não é possível pensar que a agricultura química deixará de existir enquanto o capitalismo orientar as formas de produção de alimentos. Nesse sentido, a agroecologia não deve se limitar apenas aos princípios técnicos da produção de alimentos saudáveis, mas também propor uma construção coletiva pela justiça social e ambiental através da ocupação de espaços de poder, com vista a oferecer as reais soluções para a garantia da soberania alimentar e nutricional da sociedade, promovendo o verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Referências

- AGROECOLOGY COALITION. **A Coligação para a transformação dos sistemas alimentares através da Agroecologia**. 2023. https://agroecology-coalition.org/wp-content/uploads/2023/09/AC_BROCHURE_PORTUGUESE.pdf
- ALVES, J. A. **Josué e a Fome**. João Pessoa: Sal e Terra, 2007.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. **Agroecology: A transdisciplinary, participatory and action-oriented approach**. 2017. https://www.researchgate.net/publication/278104945_Agroecology_as_a_Transdisciplinary_Participatory_and_Action-Oriented_Approach
- AZEVEDO, L. F. D.; NETTO, T. A. Agroecologia: o “caminho” para o desenvolvimento rural sustentável no processo de extensão rural. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, p. 639–645, 2015.
- BALDINI, K. B. L.; QUINTEIRO, M. M. C. Agroecologia e as práticas tradicionais: reconhecendo os saberes ancestrais. In: SANTOS, M.G.; QUINTERO, M., comps. **Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, p. 28-49. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575114858.0004>
- BARBIERI, R. F. Outro lado da fronteira agrícola: breve história sobre a origem e declínio da agricultura autóctone no cerrado. **Ambiente &**

Sociedade, v. 13, n. 2. p. 331-345, 2010.

BERTHOLI, A. Agrotóxicos e colonialismo químico. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 6, n. 2, p. 754-759, 2024.

BOMBARDI, L. **Agrotóxicos e Colonialismo químico**. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

BRITO, L. M. D. *et al.* Intoxicações por agrotóxicos: Impactos causados pela utilização indiscriminada em comunidades rurais. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8, p. e56710817418, 2021.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agricultura sustentável. Brasília: MDA, 2004.

CAPORAL, F.R. O que é Transição Agroecológica? Conversas sobre Agroecologia 5. **Youtube**, 2016. <https://www.youtube.com/watch?v=8WNZS0jes4s>

COSTA, P. C; COSTA, M. B. B. **História da Agroecologia no Brasil – Saber e fazer Agroecológico**. Editora CRV: Curitiba, 2021.

DAGNINO, R. **Tecnologia Social**: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

FAO (Food and Agriculture Organization). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023**. Roma: FAO, 2023.

FERNANDES, B. M. Reforma agrária e educação do campo no governo Lula. **Revista Campo-Território**, v. 7, n. 14, 2012.

FLORIANI, N; SKEWES, J. C; RIOS, F.T; SILVA, A. A; HALISKI, A. M; NETO, J. S. Territorialidades da convivencialidade e do sentirpensar com as florestas comunitárias tradicionais na América Latina.

Desenvolvimento e Meio ambiente, v. 50, p. 65389, 2019. <https://doi.org/10.5380/dma.v50i0.65389>

FURTADO, M. de S.; MOURA, G. G. M. “Amazonian time”: necessary review on traditional peoples and communities. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 65, p. 1-18, 2025.

GLIESSMAN, S. Transforming food systems with agroecology. **Agroecology And Sustainable Food Systems**, v. 40, n. 3, p. 187-189, 2016.

GOMES, J. C. C.; BORBA, M. Limites e possibilidades da Agroecologia como base para sociedades sustentáveis. **Ciência & Ambiente**, v. 29, p.

5-14, 2004.

HALISKI, A. M.; BRANDENBURG, A. Da constituição à reprodução de uma “certa” condição camponesa: um estudo de caso a partir dos usos de recursos naturais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 36, n. 1, p. 34-49, 2016.

HESS, S. C.; NODARI, R. O. Agrotóxicos no Brasil: Panorama dos produtos aprovados entre 2019 e 2022. **Ambientes em Movimento**, v. 2, n. 2, 2022.

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente). **Relatórios de comercialização de agrotóxicos**. 2025. <http://www.ibama.gov.br/agrotoxicos/relatorios-de-comercializacao-de-agrotoxicos>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Produção agrícola. Área plantada (hectares)**. 2025. <https://sidra.ibge.gov.br>

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. **AR6 Synthesis Report**. Geneva: IPCC, 2023.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA. **World Energy Outlook 2023**. Paris: IEA, 2023.

JACKSON T. **Prosperity without growth**: Foundations for the economy of tomorrow. Reino Unido: Routledge, 2017.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

MALUF, R.S; FLEXOR, G. **Questões agrárias, agrícolas e rurais**. Rio de Janeiro: E-papers. 2017.

MANOEL J. **Podcast 3 Irmãos**: Jones Manoel vs Zé Vitor. Youtube, 2025. <https://www.youtube.com/watch?v=2Hqwq8j2Y7E>

MARCHETTI, F. F.; LOPES, K. C. S. A.; GUYOT, M.; SORRENTINO, M.; LOPES, P. R. Agroecologia: ciência, movimento político e prática social para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 18, n. 1, p. 388–415, 2023.

MEADOWS, D. H.; RANDERS, J.; MEADOWS, D. L. **Limits to Growth**: The 30-Year Update. Londres: Chelsea Green Publishing, 2004.

MOLINA, M. G.; CAPORAL, F. R. Agroecología y política: Cómo conseguir la sustentabilidad? Sobre la necesidad de una agroecología política. **Agroecología**, v. 8, n. 2, p. 35-43, 2013.

NAVES, F.; REIS, Y. Drawing resistance: counter-hegemony and aesthetic expressions of the agro-ecological movement in Brazil.

Cadernos EBAPE. BR, v. 15, p. 309-325, 2017.

RAWORTH, K. **Doughnut Economics**: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist. Londres: Chelsea Green Publishing, 2017.

ROCKSTROM, J. *et al.* A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, n. 7263, p. 472-475, 2009.

SALATI, P. Bolsonaro liberou 2.182 agrotóxicos em 4 anos, recorde para um governo desde 2003. **G1**, 4 fev. 2023. <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/04/bolsonaro-liberou-2182-agrotoxicos-em-4-anos-recorde-para-um-governo-desde-2003.ghtml>

SACHS, J. D. **The Age of Sustainable Development**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2015.

SOUZA, M. M. O.; GURGEL, A. M.; FERNANDES, G. B.; MELGAREJO, L.; BITTENCOURT, N. A.; Friedrich, K. Agrotóxicos e transgênicos: retrocessos socioambientais e avanços conservadores no Governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 319–352, 2020.

STEFFEN, G. P. K.; STEFFEN, R. B.; ANTONIOLLI, Z. I. Contaminação do solo e da água pelo uso de agrotóxicos. **Tecnológica**, v. 15, n. 1, p. 15-21, 2011.

STIFTUNG H. B. **Atlas dos Agrotóxicos**. 2023. <https://br.boell.org/pt-br/atlas-dos-agrotoxicos>

STOPPELLI, I. M. D. B. S.; MAGALHÃES, C. P. Saúde e segurança alimentar: a questão dos agrotóxicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. suppl, p. 91–100, 2005.

TOLEDO, V. A agroecologia é uma revolução epistemológica: Entrevista de Diana Quiroz. **Agriculturas**, v. 13, n. 1, p. 42-45, 2016.

TRANSFERÊNCIA DE VALOR EM PROCESSOS DE REESCALONAMENTO: REPERCUSSÕES DO SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

César Andrés Alzate Hoyos

Marcos Saquet

DOI: 10.46550/978-65-6135-196-6.153-175

Introdução

O presente artigo tem o intuito de contribuir com a reflexão de uma possível falta de marco categorial que tem alicerçado os estudos que abordam (problematizam e tematizam) o Sistema Agroalimentar Global. Pensamos que uma linguagem mais focada nas categorias de abordagem, que, aproveitando as manifestações do fenômeno alimentar em diferentes escalas, poderia ajudar a desvelar o processo por trás dos mecanismos de transferência de valor que impactam diretamente sobre o desenvolvimento da agricultura familiar, local e regional.

ponto de vista metodológico, como foi realizado este artigo? Este manuscrito foi construído a partir de uma pesquisa qualitativa teórico-conceitual, e, quantitativa, a partir de dados secundários dentro de um recorte espacial, a região do Sudoeste do estado do Paraná, Brasil. Deste modo, o texto foi dividido em duas partes, a primeira, busca estabelecer uma linguagem que dialoga com alguns elementos da Teoria Marxista da Dependência (TMD), desenvolvida entre as décadas de 1960-1970. Assim, utilizar alguns princípios constitutivos da TMD torna-se basilar para entender os mecanismos de transferência de valor que, embora ditos mecanismos ainda sejam normalmente abordados na escala do mercado global, a proposta pretende possibilitar uma abertura reescalada e reespacializada das transferências de valor, diversificando o âmbito na qual a TMD foi inicialmente pensada (da competência no mercado mundial e na relação capital-capital), para criar uma ponte transescalar que permita

redimensionar o fenômeno em questão a partir da flexibilidade que diferentes níveis de abstração podem nos proporcionar.

Desta maneira, a segunda parte, teve o intuito de abordar, como pano de fundo, o Sistema Agroalimentar Global a partir do Padrão de Reprodução do Capital (PRC), este último descrito por Jaime Osorio (2012a; 2012b) como um novo padrão exportador de especialização produtiva que vive atualmente a América Latina. Fizemos algumas aproximações mais gerais, no que se refere à região da América Latina e o Brasil, e outras particularidades do recorte espaço-temporal da região Sudoeste do Paraná, Brasil (37 municípios com formação histórica territorial semelhante) como estudo de caso, descrito na terceira parte.

A centralidade que desempenham aqui as transferências de valor tem a ver com a expropriação (aqui utilizada como vida objetivada, daí seu caráter ético e não somente econômico) de valor explorado na fonte, o trabalho vivo e a natureza, o que permite relacionar movimentos horizontais de transferência em relações que antes só destacavam os processos de dominação na relação vertical, como na relação capital-trabalho. Quando a TMD prioriza as transferências de valor no âmbito da competência entre capitais no mercado mundial, desvenda uma forma negativa da teoria do valor de Marx na forma de dependência. Como se explica mais adiante, o que torna a dependência uma síntese de múltiplas determinações são os movimentos de realização e desrealização que se dão na passagem de uma determinação para outra, para a qual a exploração do trabalho transcende da relação primária de dominação.

O que acontece quando desvendamos novos “rostos” no movimento da transferência de valor? Inevitavelmente partiríamos de uma ética, em que os mecanismos de compensação para contestar tal processo encontram na vida do ser humano e da natureza uma aparente solução de nivelamento das taxas de lucro, lucro que somente é uma forma fenomênica do valor. Do mesmo jeito que a TMD entendeu este processo, o que pretendemos aqui é, progressivamente, mudar a escala do fenômeno de transferência, para pensarmos sobre os efeitos (custo socioespacial, ambiental e, amplamente, territorial) do agronegócio sobre a agricultura familiar.

Construindo uma linguagem para as transferências reescaladas de valor, alguns princípios da teoria marxista da dependência

De alguma maneira, interpretando Dussel (2013), a obra de Marx é uma crítica ética da economia política, isso porque o fundamento de todo valor é o trabalho vivo, a corporalidade que trabalha, deste ponto de vista, o que enxergava Marx era vida objetificada e, por este motivo, a relação privilegiada é a de trabalho vivo e trabalho morto. Como a “coisa” que será chamada de mercadoria, quando incorporada no mercado, tem valor objetificado, a fonte criadora de valor é o trabalho vivo e só ele possui força de trabalho. Assim, a força de trabalho, e não a vida, tem valor e pode ser paga. Por isso tem salário, uma base necessária do capitalismo. Porém, como a força de trabalho pode ser quantificada e paga, o capital não vem do nada, isto não somente desde a acumulação originária do capital, pois a partir de todo trabalho não-pago é que se origina o mais-valor. Como o salário paga o tempo (necessário) trabalhado para manter o fundo de vida do trabalhador (que é uma relação antagônica entre realização do capital e desrealização da vida do trabalhador), o mais-valor, que também é fruto do trabalho, é um valor a mais (do que o necessário para reproduzir o valor-salário), é um excedente que ele cria, mas que a ele será negado. Por isso, o trabalhador já não entrega simplesmente força de trabalho paga, ele entrega vida negada (objetificada) em um movimento de desrealização, em mais-tempo e mais-trabalho não-pago. Este excedente adquirirá a forma fenomênica de lucro, ganho ou ganho extraordinário.

Dussel (2013, p. 96-97, tradução nossa) define o capital como a “valorização do valor ou, melhor ainda, como a permanência do valor que circula (ontologicamente) por todas as determinações [...]”, além de ser assegurada pela propriedade privada, torna-se a razão de ser dos ciclos de reprodução do capital. Como totalidade abstrata, é “constituído por múltiplas determinações” e será, em seu movimento dialético, “como movimento circulante que vai negando cada uma das determinações e subsumindo-as na seguinte” (IDEM, p. 100). O sentido ontológico deste movimento de valorização tem a ver com o que Marx considerava a essência do *ser* do capital, o valor, o único que permanecerá em dito movimento circulante e acumulativo de mais-valor. Como em cada negação se subsume a seguinte determinação, o que aparece é a sua forma fenomênica, por exemplo, o dinheiro transforma-se em meios de produção e salário, assim

como o trabalho se objetiva como produto e este, por sua vez, será negado quando aparece como mercadoria.

Por que é tão importante resgatar essas categorias? Porque a economia política burguesa precisa instituir um mito, no sentido de “[...] discurso enganoso que produz inversões ou falsificações da realidade, ou oculta momentos ou categorias essenciais para produzir uma miragem de aparente verdade [...]” (Dussel, 2013, p. 81, tradução nossa). Por isso, o ocultamento persiste como fetichismo (que esconde a injustiça do processo porque não revela a vida objetificada nas mercadorias), em que a sua valorização aparece como tautologia. Já que parece se autofundar em si mesma como capital, entender este movimento permite olhar para a totalidade do capital como a totalidade das determinações (que portam valor como trabalho objetificado) que se subsumem (incorporam-se e perdem sua essência para formar parte de uma nova totalidade) em movimentos de desrealização e negação.

Deste modo, nosso desafio é partir da construção de um valor entendido não somente desde o ponto de vista econômico, já que nesta abordagem, esse valor precisa ser requalificado na práxis espacial e de maneira reescalada, quer dizer, quando abordamos as transferências de valor, estamos destacando que uma agricultura, por exemplo, realizada dentro de um contexto macro de dependência, implica a desrealização sistemática, mas nunca absoluta, de outro tipo de práticas espaciais, como acontece com a agricultura familiar, esse duplo movimento, é de transferência, mas também, de resistência e produção de território.

Esta nova centralidade que muda os eixos de acumulação também pode ser abordada desde a passagem de um PRC para outro, devido a que os ciclos de reprodução do capital precisam subsumir novas tecnologias e desenvolvimentos científicos. Deste modo, com a subsunção destacamos não apenas as contradições dos processos de transferência de valor propriamente ditos, mas também elementos histórico-territoriais e simbólico-discursivos que lhe são inerentes, mas não são necessariamente quantificáveis, ou seja, as versões simplificadas que constrói o capitalismo verde, ou as formas renovadas (reeditadas) de encadeamentos de transferências, sejam financeiros, tecnológicos etc.

Quais são os principais elementos que podemos ressaltar da Teoria Marxista da Dependência que podem subsidiar uma análise em torno das transferências de valor? Neste aspecto, Luce (2018) adverte que a dependência não é uma determinação e poderíamos dizer que

também não é uma categoria propriamente dita, mas síntese de múltiplas determinações. Este esclarecimento permite entender que a TMD, que se baseia na teoria do valor de Marx, coloca em questão o âmbito em que se inscrevem as relações de dependência. Luce (2018, p. 197) explica que elas “[...] residem no cruzamento de relações causais inscritas nos níveis de abstração da economia mundial e das formações econômico-sociais”. Como estas relações operam sobre a lei do valor, o que se demonstra, sob o ponto de vista categorial, é que os elementos tendenciais que configuram as formações econômico-sociais nos países dominantes, que terminam sendo naturalizadas, tornam-se contratendências nas economias dependentes, o que dará especificidade as suas formações econômico-sociais e aos padrões de reprodução do capital.

A dependência pode ser entendida como um momento dialógico em que o capitalismo, como totalidade, com todo seu ciclo de reprodução ativo, operando sobre o espaço da econômica mundial, inscreve uma forma negativamente determinada que se cristaliza, agora sim, como fenômeno histórico. A dependência não seria outra coisa que seu momento de síntese e, por isso, sua aparência terminológica é tão perigosa, pois esconde na dependência, como expressão, seu atributo de condição necessária para a reprodução do capital, o que, como síntese (de múltiplas determinações), encarna na sua dialética de des-realizações (Luce, 2018).

A TMD pode ser localizada e datada a partir das décadas 1960-1970 na América Latina num contexto centrado em dois paradigmas políticos-ideológicos que permeavam o Brasil, estes foram representados principalmente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela Cepal (Sotelo, 2019). A discussão deu-se no Brasil com a formação do partido Política Operária (Polop), do qual Ruy Mauro Marini formaria parte. Sob a pressão do recém Golpe de Estado que instaurou a ditadura militar e na tensão própria da luta de classes, neste período se deu origem à denominada esquerda revolucionária, no âmbito da qual seriam confrontadas as principais teses da concepção endogenista e desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina - Cepal (Sotelo, 2019). Em termos gerais, Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e Theotonio dos Santos foram os principais fundadores da TMD. O embate teórico criou um afastamento com a sua versão pouco frutífera e pouco fundamentada sob o ponto de vista categorial, o “enfoque da dependência” defendido principalmente por Fernando Henrique Cardoso. Este processo gradual de incorporação de categorias e elementos marxistas terminou se tornando o ponto distintivo da TMD com o enfoque da dependência, sendo assim

necessária uma remoção dos “[...] elementos estruturais-funcionalistas aderidos a ela em sua formação” (Sotelo, 1990, p. 53).

Como de alguma maneira a TMD pode ser concebida como uma continuidade da obra de Marx, em uma relação capital-capital e no espaço teórico do mercado mundial. Na formação do sistema-mundo, a TMD dá bastante importância aos processos de industrialização dependente e formação econômico-social. Decorre disso que o peso das categorias muda conforme a escala analítica do estudo e o nível de abstração priorizado por cada autor. Nesse sentido, vamos recuperar principalmente os aportes de Ruy Mauro Marini e Jaime Osorio; o primeiro por instituir a categoria superexploração da força de trabalho e transferência de valor, as quais consideramos que podem ser aplicadas em outro âmbito diferente do que foi originalmente pensado (no espaço da concorrência entre capitais), redimensionando-os em um teor de coerência com a escala e o nível de abstração; o segundo porque permite dialogar com o Padrão de Reprodução do Capital e o Sistema Agroalimentar Global.

Não obstante, a esfera de circulação é o momento privilegiado da concorrência, o que em termos puramente formais da economia, pode ser entendido como um intercâmbio entre economias desigualmente desenvolvidas e, de maneira naturalizada, uma hierarquia na divisão internacional do trabalho. Sob a perspectiva da TMD, a centralidade na extração de mais-valia e a acumulação de capital têm, necessariamente, uma forma negativamente determinada na transferência de valor entre economias. Desde o ponto de vista da experiência empírica, precisamos adentrar no contexto de uma forma negativamente determinada da transferência de valor, isto é, tanto desde uma expropriação do excedente quanto da práxis do sujeito territorial e seus mecanismos de compensação que emergem como práticas de resistência da própria produção territorial.

Efetivamente há uma tendência, na teoria do valor de Marx, à queda da taxa de lucro, a qual ocorre quando da passagem da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa que muda com a composição orgânica do capital, conforme se introduz maior tecnologia, sobretudo, em meios de produção e capital fixo, tornando a maior produtividade uma forma de extração de mais-valia. Entretanto, esta incorporação de maior valor tende a se nivelar na medida em que outras economias também se tornam mais produtivas. Se, de alguma maneira, a divisão internacional do trabalho e a formação econômico-social explicam e “justificam” uma transferência de valor como uma concorrência desigual, os mecanismos

de (super)exploração, serão explicados pelos processos contra-arrestantes empregados como mecanismo de compensação em economias que não conseguem incorporar essa mesma tecnologia ou capital.

Se a transferência de valor, como transferência de riqueza “[...] tivesse unicamente o momento da determinação positiva de sua dialética [...] teria se difundido no mundo um nível médio de produtividade através da tendência ao nivelamento da taxa de lucro” (Luce, 2018, p. 33). Contudo, para Marini (2012), no âmbito da economia internacional, configura-se uma situação similar referida na noção de intercâmbio desigual, o que seria sua determinação negativa. Estas determinações que se impõem no intercâmbio desigual serão as desrealizações que configuram a transferência de valor na dependência como dialética. Poderíamos, em uma tentativa de síntese, utilizar a ideia marxista de Carcanholo (1981) e abordada por Luce (2018), da “[...] não-identidade entre a magnitude do valor produzido e do valor apropriado [...]”. É essa diferença que determina o surgimento da categoria de transferência de valor” (Carcanholo, 1981, p. 24).

Como dita transferência dá-se no âmbito da fase de circulação do capital, pensamos que a forma dialética negativamente determinada é, na realidade, uma expropriação de mais-valia. Então, o que se expropria? Valores explorados na fonte criadora de valor, o trabalho vivo. A não-identidade abordada pelos autores é a forma fetichista do intercâmbio que oculta a (super)exploração do trabalhador como mecanismo de compensação e nivelamento das taxas de lucro. Todo intercâmbio, por princípio de concorrência do mercado, é desigual. Contudo, as transferências não são exclusivamente um embate discrepante entre preços de produção, mas uma transferência de mais-valia em que “[...] a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no âmbito interno de cada nação” (Marini, 2005a, p. 37).

Segundo Junior e Goldfarb (2021) e levando em consideração as pesquisas de Delgado (2012), o agronegócio como modelo de produção e gestão tem uma tendência crescente de imbricação, cada vez maior com o capital bancário e financeiro (em forma de ciência, tecnologia e informação) para consolidar e impor um modo particular de apropriação e uso da terra, assim como de produção (Junior e Goldfarb, 2021), e, claramente, o impacto socioambiental decorrente deste modelo, não só é diferenciado nos países dependentes, como reforça também uma configuração

particular de reprimarização da economia, que no caso de países como o Brasil, define o seu próprio caráter dialético de dependência. Como argumentam os autores, o agronegócio no Brasil não gera expressivamente nem riqueza (em 2019, de US\$ 96 bilhões de exportações, a arrecadação do imposto foi só de R\$ 16 mil [Jensen e Novaes, 2020, p. 66]) nem emprego (a agricultura familiar emprega 67% do total de trabalhadores do campo [IBGE 2017]), “[...] recebe a maior parte de recursos públicos em créditos, incentivos, isenções tributárias, perdões de dívidas etc.” (Junior e Goldfarb, 2021, p. 16). Segundo o Plano Safra 2025/2026 disponibilizou para o Pronaf (Agricultura Familiar) R\$ 78,2 bilhões, para o Pronamp (Médio Produtor Rural) R\$ 69,1 bilhões e para os demais produtores e cooperativas (o agronegócio) R\$ 447 bilhões.

O que caracteriza a superexploração como tendência negativamente determinada é que, além da exploração imanente da lei do valor, própria dos sistemas não-equivalentes, esta também se relaciona com aspectos alienantes que a tornam estrutural nas economias dependentes. Estamos tratando de uma relação que acelera o desgaste da força de trabalho e a sua capacidade de reposição, desgaste que seria, em condições normais, deste modo, uma transgressão desse valor (Luce, 2018). Por isso, para Marini (2008b, p. 162, 160, *itálico do autor, tradução nossa*), a superexploração “[...] não corresponde a uma sobrevivência de modos primitivos de acumulação de capital, senão que *é inerente a esta e cresce correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho*”. Como estamos dentro de um intercâmbio de mercadorias, a divisão internacional do trabalho e grau de desenvolvimento dos meios de produção, que determina qual atividade é mais ou menos lucrativa, permitem tornar a superexploração da força de trabalho (intensificando o trabalho, prolongando a jornada ou expropriando os meios para a reposição da própria força de trabalho (Marini, 2008a)) o mecanismo privilegiado no mecanismo de compensação das transferências de valor exercidas no intercâmbio desigual. Como a exploração da força de trabalho acompanha a diminuição do fundo de consumo e fundo de vida do trabalhador, o que estamos transferindo são vidas, daí seu caráter ético e não exclusivamente econômico.

Desta maneira, precisamos ampliar o conceito de transferência de valor, para enxergar a superexploração dentro de um processo maior de des-realização da práxis territorial, quer dizer, centrar o sujeito-histórico na produção de território e territorialidades, neste contexto, a concentração de terras, a crescente migração campo-cidade, o fortalecimento de atividades de produção agropecuária concentradoras de capital privado e

recursos públicos, assim como a pouca geração de emprego, faz parte de um modelo de desenvolvimento que oculta precisamente essa magnitude (e seus autores) do valor produzido e do valor apropriado, para continuar reforçando a realidade subordinada dos países da América Latina que também ecoa na desigualdade interna de cada país.

O PRC e o SAG como pano de fundo das transferências de valor

Aqui o intuito é mostrar como a TMD e o Sistema Agroalimentar Global articulam-se com os diversos mecanismos de transferência de valor próprios, mas não exclusivos, das formações territoriais, sobretudo, em sua forma intermediária entre níveis mais abstratos e concretos para ler a realidade, os Padrões de Reprodução do Capital. Esta noção de mediação permitirá compreender como operam os diversos mecanismos de transferência de valor no momento histórico no qual se encontram países como o Brasil, o que Osorio (2012a) chama de padrão exportador de especialização produtiva, que em nosso estudo de caso, aproxima-se mais a um modelo de primarização-extrativista de segunda geração para, deste modo, encontrar as principais articulações com o SAG como parte constitutiva do capital em sua escala global.

Para poder afunilar nossa abordagem, vamos utilizar alguns esclarecimentos de Osorio (2012a), em quem alicerçamos a noção de Padrão de Reprodução do Capital. Esta abordagem permite estabelecer um diálogo, ainda que introdutório, entre o PRC e o SAG, que estariam alicerçados sobre uma base prolongada da racionalidade extrativista que, para nós, é, em si, um fundamento da racionalidade moderna, esticada e reeditada na construção do processo de colonialidade e constatáveis pelas já mencionadas transferências de valor.

A noção de PRC “[...] surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados [...]” (Osorio, 2012a, p. 44-45). Podemos dizer que a função mediadora do PRC permite percorrer os níveis de abstração mais abrangentes necessários para assentar as bases conceituais e metodológicas dos níveis mais concretos das diferentes especificidades históricas. Dentro do marco da divisão internacional do trabalho e seu cada vez mais integrado sistema mundial, o capital se reproduz conforme se adapta e reorganiza sobre novos eixos de acumulação. Estes padrões de reprodução podem ter maior luminosidade nas diferentes condições mencionadas, mas a

centralidade de um padrão não implica o desaparecimento do predecessor, só o grau de dominância ou subordinação (Osorio, 2012a).

Conforme o ser humano tem se tornado cada vez mais urbano e as atividades de industrialização têm sido incorporadas de maneira extensiva no próprio espaço produtivo (de alimentos, bens e serviços ambientais), o campo, a conexão original do ser humano com a natureza, tem sofrido alterações, sendo cada vez mais expressiva na descaracterização sistemática da agricultura. Este fenômeno histórico, e principalmente expressivo no modelo agroindustrial (em sua dimensão de agricultura capitalizada agroexportadora), pode ser explicado em dois aspectos, só separáveis em nosso processo analítico de construção mental, não em sua realidade: 1) o processo de incorporação da indústria na produção agrícola só é possível pela subsunção que a tecnologia realiza no processo produtivo, subsunção que já não é formal porque separa o processo criativo que agora passa a ser um processo alienante (da propriedade e dos meios de produção), em que o camponês se integra nas novas relações de produção de maneira mais objetiva (sendo coisificado); 2) à medida que a industrialização se faz intensiva e expansiva, a racionalidade também subsume o trabalhador e, consigo, suas relações sociais vinculantes (entre sujeitos e com a terra) em um processo de extração de mais-valia que permanece nas sucessivas determinações dos ciclos de reprodução do capital, ou seja, incorpora (nega) subjetividade em um processo de objetificação necessário para a valorização do valor. Em outras palavras, a desrealização do trabalhador em seu vínculo original (de maneira subjetiva em sua relação-mundo), é uma determinação positiva para a realização do capital em sua lógica de maximização de lucro e concentração, processo todo que coloca e incorpora à alimentação na lógica mercantil e no marco de circulação global do capital.

Osorio (2012a) destaca cinco padrões - eixos dominantes de reprodução do capital e os períodos que estes abrangem nos países dependentes desde a sua independência – que parecem paradoxais, mas são estruturalmente constitutivos da modernidade. Levando em conta o autor, os PRC são: a) padrão mineiro-agroexportador (desde a etapa da independência até a segunda década do século XX); b) etapa de transição (primeira metade dos anos 1930); c) padrão industrial (segunda metade dos anos 1930), com uma etapa internalizada e autônoma (até os anos 1940) e uma etapa de integração ao capital estrangeiro (desde os anos 1950); d) etapa de transição (de meados dos anos 1970 aos anos 1980); e) padrão exportador de especialização produtiva (de meados dos anos 1980

até o presente). Como veremos, o primeiro regime agroalimentar abrange as etapas dos dois primeiros PRC. Antes de estabelecer estas relações, retomaremos alguns elementos basilares dos regimes alimentares e do SAG.

Sabemos que o conceito de regime alimentar abordado a partir da leitura de Friedmann e McMichael (1989), alicerça-se nos conceitos de sistema-mundo (Wallerstein, 1974) e regulação da acumulação de capital (Aglietta, 1979), integrando em uma única narrativa, o âmbito da agricultura doméstica como o capitalismo em sua expressão histórica e geopolítica (Mcmichael, 2016), em que além de servir para identificar os fundamentos dos períodos históricos do capitalismo agrário, torna-se um poderoso instrumento analítico para o sistema alimentar global (Holt-Giménez; Shattuck, 2011). Os sistemas domésticos e circunscritos às fronteiras nacionais passam a ser entendidos como parte integrante de um sistema global que opera a partir de eixos de acumulação, controle e domínio político-econômico.

Assim, o primeiro regime se caracterizou por estar sob o comando da hegemonia britânica entre 1870 e a década de 1930, este projeto em particular, denominou-se de *workshop of the world*, no qual se estabeleceu uma relação comercial e político e institucional entre as metrópoles europeias e suas colônias e ex-colônias (Paula, 2017). Este tipo de transações tinha como objetivo alimentar, literalmente, o processo de industrialização do império britânico com alimentos baratos do Hemisfério Sul, respondendo assim a um modelo de expansão da fronteira agrícola (Paula, 2017; Friedmann, 2005; McMichael, 2016; Holt-Giménez; Shattuck, 2011). Já o segundo regime alimentar (entre 1950-1970) tem um modelo agroindustrial claramente definido, em que a supremacia no mercado dos Estados Unidos dentro do projeto neoliberal, existe dentro de sua própria contradição, marcando sempre seu papel e posição privilegiada, aproveitando e criando as oportunidades dentro da crise, alterando a nova ordem mundial, criando e redesenhando órgãos multilaterais com uma marcada função reguladora do comércio internacional em função dos interesses do Norte Global, sob as premissas da eficiência agrícola, dos processos de descolonização e as políticas de contenção do novo quadro hegemônico, através da proclamada Revolução Verde e sua influência na alteração dos modelos de produção locais, não somente com excedentes de alimentos, também mudando os padrões de consumo e aproveitando a realidade das crises alimentares com o discurso paradoxal da segurança alimentar.

Para nossa reflexão, devemos entender os processos de produção e circulação de alimentos, que também implicam uma estrutura de abastecimento e um desenvolvimento técnico-científico particular, como esclareceu Paula (2017), mas já não exclusivamente em termos históricos, também em uma postura que sublinhe os diversos mecanismos de transferência de valor e os papéis que cada agente desempenha consoante seu lugar na divisão internacional do trabalho. Enxergar as determinações dialéticas deste processo, implicaria abandonar a naturalização circunstancial do desenvolvimento e atenuá-los através de encadeamentos de dependência condicionantes, ou melhor, necessariamente condicionados pelo desenvolvimento.

No capitalismo industrial, em sua etapa de integração ao capital estrangeiro, muito mais forte, após uma etapa anterior, internalizada e autônoma até os anos 1940, deu passo a esta etapa de maior dependência, deixando as bases em que os principais mecanismos de transferência de valor irão operar. Como explica Marini (2008a), nas economias avançadas, o ritmo acelerado de incorporação de tecnologia no processo produtivo leva a uma redução do prazo de renovação do capital fixo, provocando uma necessidade de exportar equipamentos obsoletos para as economias em processo de industrialização. Estas economias receptoras passam a incorporar tecnologia em forma de investimento estrangeiro direto do capital. Objetivo que tem o intuito de aumentar a composição orgânica de capital nos países dependentes e criar mercado para a indústria dos países centrais, mas com duas marcadas consequências: primeiro, acelerar o processo de desnacionalização como um impacto da integração e, segundo aspecto, a ampliação da dívida. Além disso, com a queda tendencial da taxa de lucro que, criam-se as condições para que continuem a serem aplicados os mecanismos contra-arrestantes encarnados na superexploração do trabalhador.

Antes de passar ao seguinte PRC, devemos entender, como salienta De Oliveira (2013), que a passagem da economia agroexportadora para uma centrada no desenvolvimento urbano-industrial foi possível pelo contingente de mão de obra que migrou para a cidade, permitindo, por um lado, a expansão da infraestrutura, sobretudo da rede rodoviária e, por outro lado, a ocupação de terras com baixo coeficiente de capital, o que igualmente ocorreu com posse transitória da terra. Segundo o autor, este também constitui um processo de acumulação primitiva, com trabalho morto acumulado no preparo da terra e subtração de valor do produtor com o rebaixamento dos preços da lavoura.

Este fenômeno de transferência, muitas vezes invisível para nosso entendimento, configura mecanismos de transferência escalonáveis que sempre serão acompanhados de mecanismos de compensação do furto de valor. Por isso, não seria entendível o porquê do processo de desindustrialização da América Latina não ter encontrado obstáculos para sentar as bases de uma economia mineiro-agroexportadora, pois, como sublinha Marini (2008b), há uma alta rentabilidade no capital variável que permite, nas economias dependentes, seguir exportando a preços compensadores aos países centrais, pois, o trabalho vivo e natureza atuam como estratégia de acumulação nas economias dependentes.

É neste sentido que insistimos na requalificação do valor e seus mecanismos de transferência. Quando pensamos em transferência desde uma abordagem dialética da dependência, temos que pensar em termos de expropriação (a parte negativa dialeticamente determinada da relação), aqui propomos dois tipos de movimento: 1) expropriação do sujeito histórico-territorial. O qual procede, ao contingente de mão de obra que migra para a cidade, com concentração de terra e mudanças produtivas ou de uso do solo, processos de grilagem etc., 2) expropriação do excedente. Um exemplo deste processo é o rebaixamento dos preços da lavoura, mas também o aumento do custo de produção decorrentes dos encadeamentos de dependência, como aumento de agrotóxicos e pacotes tecnológicos. Assim, pensamos que um terceiro movimento poderia derivar dos movimentos anteriormente apresentados, isto é, 3) uma expropriação simbólica-discursiva; o terceiro regime alimentar constata muito bem este aspecto dentro da ótica do corporativismo ambiental.

Entre 1950 e 1970, com os Estados Unidos como novo centro de poder, define-se no jogo de correlação de forças no marco econômico e geopolítico. Este novo ordenamento dos poderes globais também seria definido por uma era que soube articular a produção agrícola com a indústria no plano do comércio mundial e na nova divisão internacional do trabalho, os mecanismos de transferência se tornam mais e mais complexos na medida em que os encadeamentos de dependência ratificam os lugares das periferias e centralidades no panorama mundial. Os Estados Unidos aproveitam sua supremacia na produção especializada e intensiva em *commodities* através de estratégias como o Plano Marshall, tendo a oportunidade de alimentar a países atingidos pela guerra. Assim, a fome passa a ser uma oportunidade, e, os alimentos, também como os insumos e a tecnologia, tornam-se um instrumento de controle hegemônico,

entrando nos mercados locais, mudando os modelos produtivos e alterando os padrões de consumo.

Como podemos analisar, a chamada modernização agrícola tem que ser entendida como uma complexificação da agricultura, em que mais variáveis e atores entram no cenário, em que a sujeição agrícola ao setor energético e químico com o aumento de fertilizantes sintéticos cria novos encadeamentos de dependência com empresas de tecnologia, maquinaria, fertilizantes etc., e imbricando o setor financeiro, com créditos e investimento de capital estrangeiro.

Este fenômeno pode ser evidenciado no Brasil com o crescente aumento de uso de agrotóxicos, segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de 2021, no Brasil, o consumo anual de agrotóxicos tem sido superior a 300 mil toneladas (de produtos comerciais), isto é, 700% de aumento do consumo de agrotóxicos nas últimas quatro décadas numa área agrícola que aumentou, nesse período, “apenas” 78% (Spadotto e Gomes, 2021, p. 1). Este uso intensivo de agrotóxicos no agronegócio (principalmente, soja, milho, citros e cana-de-açúcar), em que a grande maioria não são produzidos no país, não só cria uma grande dependência, como também reforça o modelo de revolução verde praticado no país, afetando também a própria agricultura familiar, o que Bombardi (2023) chama de colonialismo químico.

Resumindo, a instrumentalização do Estado permitiu, nos dois primeiros regimes alimentares, alicerçar os ciclos de reprodução do capital fazendo mudanças no ciclo produtivo em que, como se expôs no primeiro regime, as transferências de mais-valia se suportaram sobre a superexploração e ampliação da fronteira agrícola nas antigas colônias, possibilitando assim a consolidação de uma sociedade urbano-industrial nas metrópoles europeias; já no segundo regime, o modelo agroindustrial, alicerçado na modernização agrícola, tornou-se central nas estratégias geopolíticas dos principais eixos de poder, sobretudo, os Estados Unidos, além de sentar as bases do que Burbach e Flynn (1980) chamaram de uma burguesia agrária moderna nos referidos países do “Terceiro Mundo”. Estas condições seriam o substrato de um terceiro regime alimentar a partir de 1980 até nossos dias, o “regime alimentar corporativo” ou “regime alimentar corporativo-ambiental” (Friedmann, 2005), marcado pela intensificação e expansão do neoliberalismo em suas diversas formas de privatização, desnacionalização de empresas públicas, aumento do investimento estrangeiro direto, que acompanhou os créditos e Programas

de Ajuste Estrutural (PAE), financeirização da economia e até o próprio capitalismo verde, serão umas das expressões mais relevantes deste regime alimentar.

Então, como se dá esse novo Padrão de Reprodução do Capital e quais são suas principais características? Este novo processo, que Osorio (2012b) chama de padrão exportador de especialização produtiva, marca um reposicionamento dos eixos de acumulação, e, alguns traços que marcaram o padrão anterior, deixam de ser centrais. Este aspecto é destacável no processo de desindustrialização que prevalece hoje na América Latina. A principal característica deste PRC é que se alicerça sobre dois eixos: a (re)primarização, centrada no agronegócio, e o extrativismo, baseado na mineração e no setor energético, correspondendo ao perfil característico da América do Sul. Katz (2018, p. 2, tradução nossa) introduz, no debate sobre a TMD, o uso adverso da renda, isto é, uma “[...] remuneração à propriedade dos recursos naturais, [...] mais-valia extraordinária gerada na própria atividade primária ou absorvida de outros setores”. Como a natureza passa a ser uma estratégia de acumulação (Smith, 2007), na América Latina esta é coisificada como excedente, o que determina, segundo Katz (2018), o lugar subordinado que ocupa América Latina na divisão internacional do trabalho e na cadeia global de valor. E, no segundo eixo, dentro do PRC, haveria um “superciclo de matérias-primas da América Latina” (Arboleda, 2017, p. 147-148, tradução nossa), em que a “subsunção real da natureza” pode ser vista como a transformação *in situ* do espaço agrícola ou minero-energético, em que a tecnologia e, consigo a incorporação de relações de produção decorrentes da industrialização, objetiva as fontes criadoras de valor como excedentes, transformando o meio biofísico em meios de produção, o que torna a natureza, segundo Smith (2007), uma “estratégia de acumulação”.

Este processo objetivante ganha força e se torna eixo estruturante de acumulação em seu decorrer sistemático, quer dizer, como padrão, tornando o extrativismo uma expressão funcional da transferência de valor e máxima contradição da valorização do valor que tende à destruição total de todas as fontes criadoras de valor. O processo de subsunção, quando totalizante, é um processo de autodestruição iminente, já que a totalidade sem exterioridade subsumível torna irreproduzível o capital. Acreditamos que ainda assim, quando a abordagem da natureza como estratégia de acumulação, é pensada desde a produção de territórios, e, a partir uma dialética trabalho-vivo/trabalho-morto, a análise da transferência teria

que levar em conta os processos de subsunção de uma realidade social em função de outra.

A transição de um padrão de reprodução para outro é propiciada por crises que criam as condições necessárias para que o esgotamento de um padrão se subordine ao emergente padrão, expressivo tanto em suas facetas do ciclo de reprodução, quanto em sua unidade como capital. O novo padrão prevalecerá quando as condições de organização técnico e científicas de trabalho etc., do novo eixo de acumulação, estejam estabelecidas, para superar estes obstáculos, a política econômica torna-se um de seus principais mecanismos (Osorio, 2012a). Este processo é bastante expressivo nos regimes alimentares, como com as tarifas de importação para proteger o mercado, ou subsídios para que a produção interna se torne mais competitiva no mercado internacional. Eis a tensão dialética entre livre-mercado e políticas intervencionistas. Da mesma maneira, a formação do PRC precisa alterar a organização do espaço, criando, adaptando ou reincorporando as condições sociais e materiais necessárias para sua realização (como investimentos em infraestrutura e, propriamente, os sistemas de circulação).

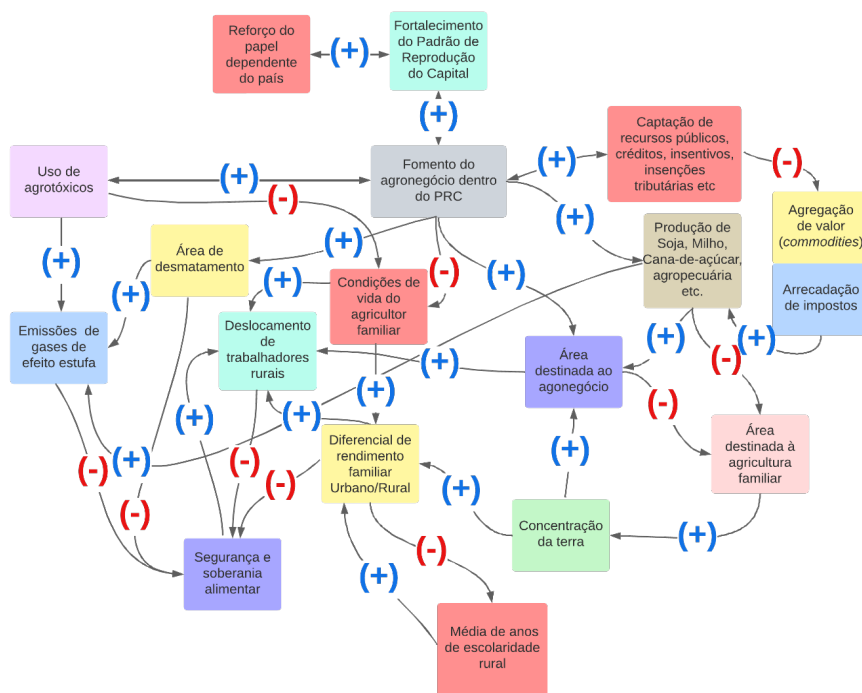
Desta maneira, o Brasil passa a se consolidar como um líder em exportação de *commodities* na América Latina, tais como soja, cana-de-açúcar, gado, ferro e metais. De acordo com Petras (2014), a dependência que o país estabelecia em relação ao modelo mineiro-agroexportador foi impelida pelas corporações multinacionais e pelo capital financeiro, força motriz do crescimento vertiginoso do modelo extrativista e o subsequente declive da industrialização. Com o programa de desregulamentação financeira (com especulação monetária e juros elevados), implementado por Cardoso, provocou, nos já falidos agricultores, e por conta dos capitalistas agroexportadores, desapropriação e concentração de terras. Assim, quanto maior a complexificação do sistema mundial capitalista, menor será a identidade do movimento dialético entre produção e expropriação de valores.

Escala regional/local da transferência: região sudoeste do Paraná

Pegar o fio condutor dos processos de transferência de valor, não é tarefa fácil; porém, como é apresentado na Figura 1 à maneira de diagrama causal, quando centralizamos o agronegócio dentro do atual PRC, que

levando em conta a sua lógica extrativista, podemos estabelecer diversas conexões – cientes de que muitas outras ficaram fora da representação –, para abordar como os diversos encadeamentos de dependência, não só repercutem diretamente sobre a agricultura familiar, como também na insegurança alimentar da população brasileira e, na escala planetária, na crise climática-ambiental.

Figura 1 – Diagrama causal de transferência de valor centrado no agronegócio - Brasil



Fonte: Autores, 2024.

Segundo este diagrama, com o fortalecimento do agronegócio, há um diferencial na captação de recursos públicos com respeito à agricultura familiar, a qual é significativamente menor se comparado com a destinação de recursos públicos que recebe o agronegócio. Este tipo de economia, como destacam Mitidiero Junior e Goldfarb (2021), é subalterna e pouco agrega valor. Segundo os dados do IBGE (2021), a agropecuária, entre 2002 e 2018, participou, em média, apenas com 5,4% na formação do PIB brasileiro, já em relação à indústria, foi 25,5% e o setor de serviços 52,4%. Com esta transferência direta de riqueza socialmente produzida pela

população, a produção de monoculturas como a soja, o milho, a cana-de-açúcar e a agropecuária, crescem em ritmo acelerado. A título de ilustração, com dados obtidos da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (SEAB) para a região Sudoeste do estado, entre as safras 1997-2021, constatamos que a produção de soja passou de representar, do total da produção da região, 24% na safra 96/97 para 59% na safra 2020/2021. A produção de milho, pelo contrário, diminuiu de 40% para 18% no mesmo período, seguida da produção de trigo com 13% em 2020/2021, que teve um crescimento após representar 4% em 1996/1997; a cana-de-açúcar não ultrapassou 1% da produção na última safra, e, em termos de área cultivada, a soja, o milho e o trigo, na safra 2020/2021, representaram 88% da área total da região.

Por consequência, esta maior área destinada ao agronegócio, claro, leva a uma diminuição da agricultura familiar e a concentração de terra, o que provoca deslocamento de trabalhadores rurais. A estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná, segundo dados do IBGE, na faixa das propriedades entre 10-100 ha representou 64% da área total entre 1995-1996 (informação para 27 municípios) e 21% entre 100-1000 ha. Há concentração da terra que, na agricultura não familiar, segundo o Censo Agropecuário (2017), representou 61% da área total por meio de 20% dos estabelecimentos agropecuários, processo que contribuiu, de modo geral, para aumentar o índice de Gini do Paraná, de 0,75 em 1985, para 0,79, em 2017 (IBGE, 2018).

Outra variável fundamental nesta análise, está relacionada ao diferencial de rendimento dos trabalhadores urbanos e rurais. Segundo Hoffmann (2007), entre as décadas de 1970 e 1980 é que se dá um efeito inverso na distribuição da renda. O estudo realizado por Russo, Perré e Alves (2016), com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 do IBGE, revelou que os trabalhadores rurais, no Brasil, recebiam a pior remuneração, exceto na região Centro Oeste. As regiões Sul e Sudeste eram as menos desiguais frente a este diferencial, pois 51% do rendimento mensal familiar *per capita* dos residentes era considerado bom em virtude de fatores como escolaridade (principal fator, pois na média de escolaridade urbana é de 7,25 frente a 5,3 anos da rural na região Sul), experiência, gênero, raça etc. Sem dúvidas, este é um fato que influencia na diminuição gradativa da população rural (30%, em 2010, no Sudoeste do Paraná) em relação com a concentração da população nas cidades.

Por outro lado, destaca-se a área destinada para a produção de soja e milho, que corresponde, no nível da soja produzida mundialmente, a uma destinação total de 77% para alimentar esse setor agropecuário (Ritchie e Roser, 2021). Este processo econômico agrário-exportador e dependente, no Brasil, levou a que, em 2022, 95,7% da área desmatada se destinara à agropecuária (RAD, 2022), ou seja, o agronegócio não só provoca uma precarização das condições de vida dos trabalhadores rurais (camponeses, comunidades tradicionais etc.), como impacta diretamente a vivência do ser humano no planeta. Nesta direção, o uso intensivo de agrotóxicos posiciona o estado do Paraná como um dos três estados com maior consumo de agrotóxicos do Brasil: 60%, em 2019, foram utilizadas no cultivo da soja e 18% no do milho (Observatório do Agrotóxico, 2020). Segundo o Observatório do Clima (Potenza, et al. 2021) o desmatamento, em 2021, representou 49% das emissões de gases de efeito estufa, seguido pela agropecuária, dados alarmantes que acompanham a intensa produção de mercadorias, especialmente, para o mercado externo, contribuindo decisivamente para a transferência de valor na escala global.

Considerações finais

Dentro de um dimensionamento da escala global das transferências de valor, aquele que define o lugar que ocupam os países da América Latina, como o Brasil, no lugar dependente/subordinado da distribuição assimétrica existente na divisão internacional do trabalho, tem sido, para nós, um grande suporte para pensarmos e questionarmos pelo reescalonamento das transferências de valor. Em um primeiro momento, abordando os dois extremos do sistema agroalimentar: global e local, para introduzir aos poucos, uma linguagem dialética que instigasse, não só os mecanismo de extração de valor, mas também o intercâmbio desigual, sobretudo um desenvolvimento desigual – desenvolvimento que merece ser adjetivado perante a uma evidente redundância –; assim, todos estes mecanismos próprios (como sistemáticos e estruturais) dos países dependentes, como a superexploração da força de trabalho, a não-equivalência entre os valores produzidos e os valores apropriados, a cisão entre as esferas da produção e do consumo etc., instiga-nos a continuar pesquisando a configuração intrínseca do desenvolvimento que extrai riqueza do campo, quer dizer, a formação urbana por constituição histórica e territorial, especialmente, no que se refere ao Sudoeste do Paraná.

Produz-se riquezas, drenadas e apropriadas, normalmente, no espaço urbano, a partir de uma perigosa lógica extrativista-colonial que expropria, não só os valores produzidos em caráter de trabalhadores, quanto do sujeito histórico-territorial, isto é, negando-se a própria existência de realidades e de outros mundos possíveis.

Referências

AGLIETTA, M. **A theory of capitalist regulation: The US experience**. Londres: Verso, 2000.

ARBOLEDA, M. La naturaleza como modo de existencia del capital: organización territorial y disolución del campesinado en el superciclo de materias primas de América Latina. **Anthropologica**, v. 35, n. 38, p. 145-176, 2017.

BAIROCH, P. **Revolución industrial y subdesarrollo**. México, Siglo XXI, 1967.

BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. São Paulo: Elefante, 2023.

BURBACH, R.; FLYNN, P. **Agribusiness in the Americas**. New York: Monthly Review Press, 1980.

CARCANHOLO, R. **La transferencia de valor y el desarrollo del capitalismo en Costa Rica**. Tese (Doutorado em Economia) – Facultad de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 1981.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à Economia do agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2021)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DE OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

DUSSEL, E. **16 tesis de economía política**. Una filosofía de la economía. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI, 2013.

FRIEDMANN, H. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. **New directions in the sociology of global development**. Emerald Group Publishing Limited, p. 227-264, 2005.

FRIEDMANN, H.; MCMICHAEL, P. Agriculture and the state system:

The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present.

Sociologia Ruralis, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda e da posse de terra no Brasil.

In: BUAINAIN, A. M. et al. **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, E.; SHATTUCK, A. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation? **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 1, p. 109-144, 2011.

JENSEN, F. T.; NOVAES, M. C. Agrotóxicos, capital financeiro e isenções tributárias. In: STEFANO, Daniela; MENDONÇA, Maria L (Org.). **Direitos Humanos no Brasil 2020: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GOLDFARB, Y. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2021.

KATZ, C. América Latina desde la teoría de la dependencia. Conferencia expuesta en el Encuentro “**La economía de América Latina y el Caribe ante el nuevo entorno internacional**”. La Habana: ANEC, 2018.

LUCE, M. S. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias, uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: UFRGS/UNESP, 2016.

MAPBIOMAS ALERTA. **Relatório anual do desmatamento no Brasil**, 2022. <https://mapbiomas.org/desmatamento-nos-biomas-do-brasil-cresceu-223-em-2022>

MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia. In: MARTINS, C. E. (Org.). **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: CLACSO e Siglo del Hombre Editores, p. 107-150, 2008a.

MARINI, R. M. En torno a dialéctica de la dependencia (postscriptum). In: MARTINS, C. E. (Org.). **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: CLACSO e Siglo del Hombre Editores, p. 151-

164, 2008b.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: STEDILE, J. P.; TRASPADINI, R. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. Expressão Popular, 2005a.

MARINI, R. M. Irracionalidad de la dependencia. **Punto Final Internacional**, ano IX, n. 197, 1981.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Boitempo editorial, 2011.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Exportação e Importação Geral**. Comex Stat, Governo Federal, 2020. <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>

OBSERVATÓRIO DO AGROTÓXICO. **Observatório do Uso de Agrotóxicos e Consequência para a Saúde Humana e Ambiental no Paraná**. <http://www.saude.ufpr.br/portal/observatorio/>

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. Boitempo Editorial, 2012a.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. Boitempo Editorial, 2012b.

PAULA, N. **Evolução do sistema agroalimentar mundial: contradições e desafios**. Curitiba: CRV, 2017.

PETRAS, J. Brasil: o capitalismo extrativo e o grande salto para trás. **Tensões mund. Fortaleza**, v. 10, n. 18, 19, p. 301-323, 2014.

POTENZA, R. F.; Quintana, G. O.; CARDOSO, A. M.; Tsai, D. S.; CREMER, M. S.; SILVA, F. B.; CARVALHO, K.; COLUNA, I.; SHIMBO, J.; SILVA, C.; SOUZA, E.; ZIMBRES, B.; ALENCAR, A.; ANGELO, C.; AZEVEDO, T. **Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil 1970-2020**. Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), 2021. <https://energiaeambiente.org.br/produto/analise-das-emissoes-brasileiras-de-gases-de-efeito-estufa-e-suas-implicacoes-para-as-metas-climaticas-do-brasil-1970-2020>

RITCHIE, H.; ROSER, M. **Forests and Deforestation**. 2021. <https://ourworldindata.org/forests-and-deforestation>

RUSSO, L. X.; PERRE, J. L.; ALVES, A. F. Diferencial de Rendimento entre trabalhadores rurais e urbanos: uma análise para o Brasil e suas regiões **Encontro Nacional de Economia**, v. 44, 2016.

SMITH, N. Nature as accumulation strategy. **Socialist register**, v. 43, 2007.

SOTELO, V. A. **Subimperialismo e dependência na América Latina**: o pensamento de Ruy Mauro Marini. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SPADOTTO, C. A., GOMES, M. A. **Agrotóxicos no Brasil**. EMBRAPA. Dezembro de 2021. <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agricultura-e-meio-ambiente/qualidade/dinamica/agrotoxicos-no-brasil>

WALLERSTEIN, I. The rise and future demise of the world capitalist system: Concepts for comparative analysis. **Comparative studies in society and history**, v. 16, n. 4, p. 387-415, 1974.

AGROINDÚSTRIA FAMILIAR FORTALECENDO TERRITÓRIOS

Jean Filipe Favaro

Cristiane Maria Tonetto Godoy

Diomar Augusto de Quadros

DOI: 10.46550/978-65-6135-196-6.177-192

Introdução

Este trabalho se situa numa conjuntura teórica que busca uma desconstrução dos ideais hegemônicos da produção da ciência, dos alimentos e dos espaços difundidos pelo modelo socioeconômico dominante. Para tanto, os pesquisadores envolvidos almejam um diálogo do conhecimento acadêmico com os saberes dos agricultores familiares agroecológicos, camponeses, povos tradicionais e demais atores sociais que são sujeitos populares dos territórios, que partem de perspectivas e relações com a terra, a natureza e o lugar que são invisibilizadas à racionalidade científica/moderna (Escobar, 2005).

Esse ensaio teórico tem por objetivo apresentar a importância das agroindústrias familiares para a produção de identidades, imaterialidades, economias, inovações, sustentabilidade para o fortalecimento dos territórios. As agroindústrias familiares são organizações de transformação da produção familiar, que agregam valor aos produtos para que sejam comercializados (Mior, 2005). Os produtos das agroindústrias familiares são destacados tanto pela identidade local quanto nos produtos do território, desde a aquisição dos recursos naturais até a escolha das receitas que são confeccionadas (Kempf, 2017). Destarte, num contexto de crises alimentares e de falta de confiança dos consumidores nos produtos dos impérios alimentares, tem se ampliado a busca por alimentos enraizados no território, com uma dimensão cultural e identitária, certificados, oriundos de uma produção sustentável, artesanal, orgânica de base agroecológica, tal como aponta Menasche e Krone (2012).

Assim, além dessa Introdução, esse capítulo se encontra subdividido em mais quatro seções. A segunda seção apresenta o conceito da agricultura

familiar em sua diversidade de expressões com referências clássicas sobre a temática. A seção terceira explana o conceito, legislações e políticas públicas que compõem a realidade das agroindústrias familiares. A quarta seção aborda sobre as agroindústrias e a valorização dos saberes-fazeres locais e realça a importância da dimensão territorial e cultural na produção dos alimentos das agroindústrias, evidenciando como as relações de confiança, parentesco e vizinhança da agricultura familiar extrapolam as exigências de regulamentação do mercado. Por fim, nas considerações finais, são apresentadas as informações mais relevantes deste ensaio teórico.

Conceituação da agricultura familiar

A agricultura familiar se define pelo fato de a unidade familiar deter a propriedade dos meios produtivos da terra, executando nela o trabalho e a produção. A relação família-produção-trabalho reverbera em elementos nucleares do *modus operandi* da agricultura familiar, que se expressa numa grande multiplicidade de formas sociais e econômicas. Existem diferentes manifestações de agricultura familiar. O campesinato, por exemplo, é uma das suas formas, que associa terra, trabalho e família, num modo de viver não capitalista (Carneiro, 1998; Wanderley, 1999).

O campesinato é um grupo diverso em variadas formações socioeconômicas e culturais, dissociado de aspectos que priorizam apenas a dimensão econômica, realçando esferas relativas à cultura, onde nele podem ser integrados agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, coletores, caboclos, quilombolas e indígenas com algum grau de inserção ao mercado. Seus traços em comum se expressam nas lutas sociais por conquista de espaço e reconhecimento, resistência às censuras, por condição de protagonistas dos processos sociais (Godoy; Menezes; Marin, 2009).

A agricultura familiar enquanto campesinato possui sociabilidades nos territórios, tradições, normas de parentesco, noções de honra, reciprocidade e hierarquia, modo de vida enraizado no local, e relações que extrapolam os vínculos familiares e de parentesco, promovendo uma “coletividade rural” de intercâmbio de saberes (Wanderley, 1999; Woortmann, 1990). Os saberes tradicionais e técnicas deste grupo são transmitidos de geração em geração, assegurando continuidade da memória no território (Wanderley, 1999).

O estreito vínculo entre propriedade, trabalho e família gera, conseqüentemente, noções mais abstratas e complexas (Lamarche, 1993). Tomar conhecimento do perfil da família camponesa e suas necessidades é essencial para compreender seus saberes e práticas tradicionais, onde encontram-se esferas técnicas e morais relacionadas ao ambiente físico e social (Woortmann, 2009).

Nas sociedades compreendidas como “modernas” existem diferentes modos de agricultura familiar não-camponesas, em razão do urbanismo e do mercado global. Na qual os agricultores assimilam essas dimensões globalizantes, se profissionalizam, se incorporam na sociedade nacional, e se transformam em atores de uma agricultura moderna em diferentes intensidades e com grande heterogeneidade socioeconômica e cultural, com variadas formas de articulação no campo e novos sentidos em antigas práticas (Carneiro, 1988; Wanderley, 1999).

Nesse sentido, “o modo de produção capitalista pode se apropriar do trabalho do trabalhador agrícola que é camponês, conservando, sua forma de pequeno produtor mercantil”. Outrossim, existem rupturas e continuidades com o modo de vida camponês, no qual se mantém as normativas sociais, valores, patrimônio cultural, ontologia, *ethos* e os modos de sociabilidade, trazendo complexidade às reflexões e pesquisas sobre a categoria de agricultura familiar (Wanderley, 1996, p. 8), não reduzindo esta integração ao mercado a uma “aculturação”, mas a uma “reestruturação de novos componentes econômicos, culturais e sociais” (Carneiro, 1988, p. 59).

Vale ressaltar, que mesmo que esses agricultores se configurem numa categoria de “agricultura familiar não-camponesa”, eles possuem maior ou menor grau de “campesinidade”, que de acordo com Woortmann (1990) se trata de uma qualidade presente em diversos agregados de trabalhadores da terra. A campesinidade se concentra na produção cultural da família enquanto valor, promovendo a compreensão de que não existem camponeses puros, mas sim uma qualidade articulada ambigüamente em diferentes feições com a modernidade, na qual, tal como os agricultores familiares modernos, a integração junto ao mercado não implica em uma baixa campesinidade.

Deste modo, os processos econômicos das agriculturas familiares e em suas agroindústrias familiares (produções artesanais), não se configuram como um modo de produção no sentido estrito, entretanto, são modos de organizar a produção que se reproduzem dentro de diversos modos de

produção. A lógica interna é regida por mecanismos de funcionamento substancialmente divergentes de uma unidade de produção estritamente capitalista, pois não se fundamenta na mais-valia como cerne do processo produtivo (Chayanov, 1981).

Ainda, para fins de acesso às políticas públicas, deve ser considerado a Lei n.º 11.326/2006 (Lei da Agricultura Familiar), regulamentada pelo Decreto n.º 9.064, de 31 de maio de 2017, que em seu Art. 3º. considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquela pessoa que pratica atividades no meio rural e:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006, on-line).

Agroindústrias familiares: potencialidades e desafios

Historicamente, a noção de desenvolvimento esteve pautada pelo crescimento econômico, acumulação de capital e uso dos recursos naturais, esse modelo compreendido como sinônimo de qualidade de vida (Godoy; Godoy; Vargas, 2021), permanente e ilimitado (Costabeber; Caporal, 2003). Entretanto, esse modelo de desenvolvimento acabou gerando uma crise ambiental e social, uma vez que somente o elemento econômico não foi suficiente para a garantia da qualidade de vida da população e o acúmulo de riquezas para os países. Ao contrário, acabou aumentando as desigualdades sociais e a pobreza nos países, além de exaurir os recursos naturais, causando a redução da biodiversidade e o acúmulo de resíduos no ambiente (Godoy; Godoy; Vargas, 2021).

É a partir desse cenário, que na década de 1970 se iniciam as discussões sobre alternativas ao modelo de desenvolvimento. Dentre as propostas, surge a noção de desenvolvimento sustentável, que passa a ser difundido a partir da publicação do Relatório de Brundtland, em 1987, e do documento Nosso Futuro Comum (*Our common future*) escrito pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

O desenvolvimento sustentável pode ser compreendido como “aquele desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações atenderem às suas próprias” (CMMAD, 1988, on-line).

Nesse repensar, a Revolução Verde, preconizada na figura da modernização do campo, passa também a ser questionada. Assim, desde a década de 1990, o rural vem passando por transformações, um novo olhar sobre o campo surge (Nichele; Waquil, 2011). Conforme Sgarbi *et al.* (2007), é com esse cenário que o debate político e acadêmico conforma uma maior visibilidade social à agricultura familiar e o seu reconhecimento como protagonista da economia e do desenvolvimento rural sustentável.

Destarte, a agricultura familiar encontra-se inserida em um mercado competitivo, onde é preciso lançar mão de estratégias de diversificação na produção e, principalmente, diferenciação de seus produtos, sendo a agroindústria uma dessas alternativas. A agroindústria familiar passa também a ter reconhecimento econômico, pois, além da diversificação produtiva ela amplia a renda das famílias, igualmente, acaba fomentando novos nichos de mercado, o mercado local e regional (Istan *et al.*, 2015; Wilkinson, 2008).

Ao ponderarmos sobre a conceituação de agroindústria, o Ministério da Agricultura e Pecuária compreende como sendo aquele “ambiente físico equipado e preparado onde um conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas agropecuárias provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura são realizadas de forma sistemática”. Esse conceito quando extrapolado para uma agroindústria familiar é acrescido a mão de obra preferencialmente da família, que tem como destino a comercialização e o aumento no valor agregado do produto (Brasil, 2021, on-line).

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020, p. 1) agroindústria rural abrange:

[...] atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores”, desde que a destinação final do produto seja dada pelo produtor.

As agroindústrias familiares de pequeno porte possuem características diferentes de uma média ou grande empresa do setor agroalimentar;

sua atividade é pautada na diversificação, multifuncionalidade e na verticalização dos processos produtivos, busca redução de custos, estratégias para permanência no mercado garantindo a reprodução da sua estrutura familiar. O processo de produção agroindustrial dentro da agricultura familiar acarreta importante valorização da cultura, economia e das especificidades locais.

Entretanto, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, apenas 16,7% dos estabelecimentos rurais no Brasil beneficiaram e/ou transformaram algum tipo de matéria-prima (IBGE, 2012). Segundo o estudo “O perfil da agroindústria rural no Brasil: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006”, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2013, existe uma alta informalidade nesse setor, com um baixo número de unidades de produção com registro legal, o que revela grandes oportunidades para os pequenos negócios que estiverem devidamente formalizados (Waquil *et al.*, 2013).

Comparando com outros segmentos econômicos, a agroindústria, ainda, apresenta originalidade em relação às matérias-primas, sendo elas: perecibilidade, sazonalidade e heterogeneidade (Torrezan; Cascelli; Sá Diniz, 2017). Para Requier-Desjardins e Salcido (2020), ela encontra-se associada diretamente aos modos tradicionais de produção, sendo proveniente de sistemas mais sustentáveis e diferentes sistemas étnico-culturais.

Mior (2005) compreende a agroindústria familiar como uma organização e transformação da produção familiar, que agrega valor ao produto na hora da comercialização. Conforme abordado por Karnopp *et al.* (2019), a utilização de insumos e de matérias-primas locais e regionais pelas agroindústrias familiares possibilita a dinamização socioeconômica e cultural dos territórios em que estão inseridas. Já Prezotto (2005) reflete que esse tipo de agroindústria é uma ferramenta importante para impulsionar o mercado e o desenvolvimento local, além da geração indireta e direta de trabalho e renda, promovendo assim o aumento na qualidade de vida dos agricultores.

No entanto, a agroindústria familiar apresenta algumas limitações, tais como os processos de comercialização, acesso aos mercados, tecnologia e instalações para a produção e, principalmente, no que diz respeito à questão da legislação sanitária e a padronização dos produtos (Istan *et al.*, 2015). As famílias em muitos casos enfrentam dificuldades para se adaptarem às diversas exigências sanitárias, fiscais e previdenciárias,

levando a permanecerem na clandestinidade, especialmente, a pequena agroindústria familiar de base agroecológica e artesanal (Mascarenhas, 2015).

Segundo Venturin e Meirelles (2014), esse cenário poderia mudar caso os processos de regulamentação sanitária e fiscal fossem realizados em conjunto com outras normas e processos que reconhecem, por exemplo, os produtos artesanais e agroecológicos. Em outras palavras, um processo interinstitucional e intersetorial associado a vigilância sanitária. De Souza *et al.* (2022) afirmam que modelo de inspeção e vigilância sanitária estão distantes da realidade e da diversidade de produção da agroindústria familiar, bem como a falta de sinergia e cooperação entre as diversas instituições e atores.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por meio da Diretoria Colegiada, como forma de promover uma mudança de paradigma - para uma abordagem de vigilância prioritariamente orientadora, publicou a RDC n.º 49/2013, que estabelece normas para a regularização sanitária de atividades econômicas de microempreendedores individuais, agricultores familiares e empreendimentos de economia solidária que sejam produtores de bens e prestadores de serviços sujeitos à ação da vigilância sanitária. O principal objetivo dessa norma é contribuir para a geração de trabalho, emprego e renda, no que compete ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, e propiciar mais segurança sanitária àqueles que consomem produtos e serviços do microempreendedor, neste caso, da agricultura familiar (Brasil, 2013).

Essa legislação institui procedimentos que não utilizam a burocracia usualmente utilizada em normas semelhantes, ela “se propõe a ser mais adequada à realidade das agroindústrias familiares” (Führ; Ancini; Triches, 2019, p. 71) e os saberes e fazeres tradicionais são tratados como expressões valiosas da cultura brasileira (Sorbille, 2016).

O artigo 5º, inciso V, da RDC n.º 49 garante “proteção à produção artesanal a fim de preservar costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais na perspectiva do multiculturalismo dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares” (Brasil, 2013, p. 57). Logo, os fiscais da vigilância sanitária devem agir com bom senso e moderação, valendo-se do princípio da resolução que se refere à razoabilidade quanto às exigências aplicadas, em que as atitudes exercidas por eles precisam ser adequadas e condizentes a realidade em que está inserido e, para isso, devem conhecer as tradições

culturais, os saberes populares envolvidos e o contexto histórico do local (Führ; Ancini; Triches, 2019; Sorbille, 2016).

Vale ressaltar, que a organização das agroindústrias familiares por meio de associações pode favorecer as suas integrações ao mercado mais amplo, viabilizando as suas regulamentações às legislações de inspeção sanitária e certificações. A Associação dos Produtores de Queijo Artesanal do Sudoeste do Paraná (Aprosud) se trata de um exemplo bem-sucedido que auxilia as agroindústrias familiares, agregando valor aos seus produtos e ao território com a produção de queijo artesanal, lhes normatizando com regulamentações tais como a Sistema Unificado Estadual e Sanidade (SUSAF), e do Sistema de Inspeção Municipal (S.I.M) (De Camargo Procópio; Demétrio, 2024). Essas articulações via associação proporcionam a comercialização de produtos de origem animal com identidade territorial em todo o Estado do Paraná, além de agregar maior confiança aos produtos provenientes da agroindústria familiar.

Agroindústrias familiares nos territórios: a valorização dos saberes-fazeres locais

Os produtos alimentícios com identidade territorial apresentam uma demanda crescente em nível global. Nos últimos anos muitos consumidores têm preferido consumir esses alimentos em detrimento das *commodities* (Denardin; Sulzbach, 2010). Os eventos de crises alimentares e a falta de confiança dos consumidores nos produtos oriundos do regime agroalimentar corporativo, fomentam o desenvolvimento dos mercados para os alimentos enraizados nos territórios, artesanais, agroecológicos e orgânicos (Denardin; Sulzbach, 2010; Menasche; Krone, 2012).

Para RocaServat e Henao (2020, p. 410), o território é entendido como “espaço produzido a partir de práticas e saberes que estabelecem relações de reprodução da vida”, no qual “surtem novas formas de transformar os mundos”. As peculiaridades dos saberes-fazeres relacionados à produção artesanal dos alimentos nas agroindústrias familiares emergem no nível territorial, e são extensões materializadas dos conhecimentos e modos de existência dos seus habitantes.

Nesse sentido, o território pode ser compreendido como um local detentor de recursos específicos, idiossincráticos, que não podem ser deslocados de uma unidade territorial para outra. Tais recursos podem ser tangíveis (alimentos, minérios, matérias primas) ou intangíveis

(relacionados ao saber-fazer, com dimensões histórico-culturais). Quando esses recursos são valorizados, é agregada ao território uma renda com qualidades territoriais. Trata-se de recursos resultantes de uma historicidade local, de continuidades de memórias e de saberes coletivos, permeados da cultura do território (Denardin; Sulzbach, 2010).

Assim, os alimentos com identidade territorial desvelam a sua potência em torno de saberes e fazeres, que viabilizam reconfigurar as memórias e reconstruir as identidades. É pertinente salientar essas territorialidades socioculturais e identitárias dos alimentos nos territórios, cujas representações, imaginários, significados, normativas e categorizações, destaca “o interesse pelo valor diferenciado dos alimentos e sua incidência sobre a constituição das identidades dos grupos sociais” (Menasche; Alvarez; Collaço, 2012, p. 20).

Os produtos das agroindústrias familiares são destacados tanto pela identidade local quanto nos produtos do território, desde a aquisição dos recursos naturais até a escolha das receitas que são confeccionadas (Kempf, 2017). Os hábitos de consumo desses produtos são particulares de cada local, relacionados com os insumos de uma região, resguardando os atributos de uma produção artesanal (Maluf, 2004). Conforme abordado por Passini *et al.* (2024), quando um consumidor compra um determinado produto ele tem a sensação de estar comprando parte da cultura alimentar.

A farinha de mandioca do litoral do Paraná, tal como apontado por Denardin e Sulzbach (2010) é um exemplo desse tipo de produto, cuja valorização da identidade territorial viabiliza aos agricultores familiares uma renda de qualidade territorial. Essa proporciona segurança alimentar para as famílias envolvidas, com possibilidades de geração de renda, podendo ser mercantilizada in natura ou processada nas agroindústrias familiares, a exemplo da farinha de mandioca, biju, fécula, polvilho e aipim congelado.

Outro exemplo, entre tantos, trata-se da produção artesanal do Queijo Serrano entre os pecuaristas familiares dos Campos de Cima da Serra ao nordeste do Rio Grande do Sul. É um produto relacionado às “práticas de sociabilidade e de organização do trabalho e os costumes e tradições” territoriais vinculados ao alimento, que assegura a renda e a segurança alimentar das famílias (Menasche; Krone, 2012, p. 138).

Nesses contextos, existe uma relação de confiança dos consumidores nos produtores e seus processos de beneficiamento dos alimentos, que podem isentar certificações e outras garantias normativas da qualidade do alimento em razão da sua reputação imersa no tecido social local com bases

concretas. Esse tipo de produção muitas vezes é de ordem informal, cuja notoriedade é reconhecida pela vizinhança, parentesco e pessoas enraizadas nos territórios que exercem as mais variadas atividades. Deste modo, esses produtos com identidade territorial são resistentes às pressões do mercado externo (Wilkinson, 2002). A confiança remete a um princípio comportamental não vinculado à economia de mercado, é expresso como um ato de virtude cívica que resguarda a existência da produção familiar (Polanyi, 1980).

A opção dos consumidores por esses produtos carrega elementos socioculturais, memórias da infância, amizades, confiança, entre outros, cujos vínculos das relações subjetivas cotidianas se presentifica de modo potente, robustecendo um valor desses produtos identitários e artesanais que não são encontrados nos produtos oriundos dos impérios alimentares (Santos Junior *et al.*, 2013). Kempf (2017) corrobora com essa informação observando a preferência dos clientes pelos produtos artesanais oriundos da agroindústria familiar local por conhecerem o produtor e pela confiança.

Entre outras dimensões socioculturais presentes nas atividades das agroindústrias familiares nos territórios, é interessante evocar o trabalho de Kempf e Wedig (2019). As autoras ao investigarem uma agroindústria familiar do município de Pranchita-PR, pertencente a um grupo de sete mulheres há mais de 14 anos, observaram que a agroindústria familiar favorece o protagonismo das mulheres agricultoras nas atividades públicas comunitárias de comercialização, ações nas organizações camponesas (sindicatos, cooperativas), sociabilidades, entre outras, além de proporcionar emancipação financeira e continuidade social da agricultura familiar.

É interessante apontar a dimensão da ocupação do espaço público pelas mulheres a partir das atividades vinculadas às agroindústrias familiares enquanto uma forma de resistência cotidiana (Kempf; Wedig, 2019). Afinal, a divisão de trabalho do campo a partir das prerrogativas patriarcais da colonial/modernidade impugnou às mulheres a invisibilidade no trabalho restrito à esfera privada, enquanto o homem poderia obter o prestígio e protagonismo assumindo as atividades da esfera pública. Por meio da agroindústria familiar, junto a uma ruptura parcial do ambiente doméstico, com o deslocamento diário à agroindústria, as mulheres logram emancipação econômica e social, transmutando as opressões de gênero e desnaturalizando a invisibilidade histórica.

Nesta conjuntura a relação das agroindústrias familiares e seus saberes-fazeres associados aos territórios possibilita alternativas de

existência que se contrastam com os ditames da colonial/modernidade. As práticas que permeiam essas relações vinculam elementos socioculturais com os sistemas produtivos locais de modo complexo (Escobar, 2005). Essas alternativas são evidenciadas por meio da singularidade identitária dos produtos artesanais, das sociabilidades que são tecidas, das relações de confiança, da emancipação dos atores sociais envolvidos, das memórias evocadas, entre outras formas de produzir a existência.

Considerações finais

Esse capítulo apresentou a importância das agroindústrias familiares para a produção de identidades, imaterialidades, economias, inovações, sustentabilidade e para o fortalecimento dos territórios. Nesse contexto de integração a um mercado competitivo, as agroindústrias familiares emergem como estratégias de diversificação na produção e diferenciação dos produtos da agricultura familiar, proporcionando ampliação de renda das famílias e fomentando nichos de mercados locais e regionais. Pelo fato de muitas vezes as agroindústrias familiares estarem vinculadas aos modos tradicionais de produção de diferentes sistemas étnicos-culturais, os seus produtos são de sistemas mais sustentáveis e respeitosos com a diversidade social e ecológica, favorecendo o desenvolvimento local e qualidade de vida dos agricultores.

Entre os desafios e embates que emergem na comercialização dos produtos das agroindústrias familiares, principalmente daqueles de base agroecológica e artesanal, foi possível verificar aqueles de ordem das normativas institucionais. As exigências sanitárias, fiscais e previdenciárias se tornam conflituosas e tensas com a lógica basilar dos agricultores familiares, que operam elementarmente a partir de saberes e fazeres, relações face a face, que as normativas institucionais não são capazes de dar conta. Associações de agroindústrias familiares viabilizam traduzir e favorecer o vocabulário das jurisdições do mercado aos agricultores, lhes integrando ao mercado, potencializando e agregando valor aos seus produtos.

Os produtos das agroindústrias familiares são imbricados com historicidades locais, continuidades de memórias, saberes coletivos, cultura e outros elementos relativos ao território. Assim, as relações de confiança entre produtores e consumidores engendradas nos domínios dos territórios, respaldados na reputação, prestígio, informalidade, vizinhança, parentesco, entre outros, fazem com que os produtos das agroindústrias familiares

resistam às pressões do mercado externo e suas exigências normativas, de inspeção sanitária e certificações.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, 25 jul. 2006. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diretoria Colegiada. **RDC nº 049, de 31 de outubro de 2013.** Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1 nov. 2013. https://anvisa.gov.br/legis/action/ActionDatalegiseqAto=000&valorAno=2013&orgao=RDC/DC/ANVISA/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. O que é agroindústria? **gov.br**, 12 abr. 2021. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/agroindustria/o-que-e-agroindustria#:~:text=A%20agroind%C3%BAstria%20%C3%A9%20o%20ambiente,s%C3%A3o%20realizadas%20de%20forma%20sistem%C3%A1tica>

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 6, n. 2, 1998.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In*: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD.. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. *In*: VELA, H. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, p. 157-194, 2003.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Produtos com identidade territorial: o caso da farinha de mandioca no Litoral Paranaense. *In*: SAQUET, M.; SANTOS, R. A. (Orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

DE CAMARGO PROCÓPIO, F.; DEMETRIO, M. Mercados alimentares digitais da Associação dos Produtores de Queijos Artesanais do Sudoeste do Paraná (APROSUD): dinâmicas, desafios e inovações. **Redes**, n. 29, 2024.

DE SOUZA, L. M.; TECCHIO, A.; CHECHI, L. A.; CAZELLA, A. A. The Territorial Brand “Sabor Serrano” and the Agro-ecologically Based Family Agroindustry in Serra Catarinense (Brazil). **Agrociência Uruguay**, v. 26, n. NE3, p. e949, 2022.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pósdesenvolvimento? *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 63-79.

FÜHR, A. L.; ANCINI, N. A.; TRICHES, R. M. A agroindústria familiar e as regulamentações sanitárias: análise da aplicabilidade da Resolução 49/2013 em um município do Sudoeste do Paraná. **Extensão Rural**, v. 26, n. 4, out./dez. 2019.

GODOY, C. M. T.; GODOY, W. I.; VARGAS, T. de O. O uso dos indicadores de sustentabilidade na agricultura familiar: contextualizando a experiência do Sudoeste do Paraná. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 11, n. 26, 2021.

GODOY, E; MENEZES, M. A. D; MARIN, A. Diversidade do campesinato Expressões e categorias. **Coleção História Social do Campesinato no Brasil**, 2009.

ISTAN, L. P.; OLIVEIRA, T. D. de; PANTZ, J. B.; TOLEDO, V. **Agroindústria familiar: uma estratégia de geração de renda**. 2015. <https://www.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2015/XX%20SEMIN%C3%81RIO%20INTERINSTITUCIONAL%202015%20-%20ANAIS/Graduacao/Graduacao%20-%20Trabalho%20Completo%20-%20Sociais%20e%20Humanidades/AGROINDUSTRIA%20FAMILIAR%20UMA%20ESTRATEGIA%20DE%20GERACAO%20DE%20RENDAdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 774 p. https://ftp.ibge.gov.br/Censo_Agropecuario/Censo_Agropecuario_2006/Segunda_

Apuracao/censoagro2006_2aapuracao.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA – IBGE.

Agroindústria Rural no Brasil. 2020. https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/04_00_Texto.pdf

SANTOS JUNIOR, S.; FISCHER, A.; SEHNEM, S.; DABDAB WAQUIL, P.; GIANEZINI, M. Padronização de produtos das agroindústrias rurais e a inserção nos mercados. **Revista Redes**, v. 18, n.2, p.155-176, 2013.

KARNOPP, E.; FISCHER, A.; JUNIOR, S. S.; BERNARDY, R. J.; ETGES, V. E. Agroindústrias familiares no sul do brasil: Um estudo comparativo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 7, 2019.

KEMPF, R. B. **A fábrica das sete mulheres**: gênero e diversificação dos meios de vida na agricultura familiar. 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, PR, 2017.

KEMPF, R. B.; WEDIG, J. C. Processos de resistência de mulheres camponesas: olhares pela perspectiva decolonial. **Mundo Agrário**, v. 20, n. 43, p. 111.e1-111.e2, 2019.

LAMARCHE. H. **Agricultura familiar**. Campinas: Editora Unicamp, 1993.

MASCARENHAS, G. A. **Consórcios públicos e arranjos institucionais de desenvolvimento territorial no Meio Oeste Contestado**: cooperação ou competição? 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2015.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MENASCHE, R.; ALVAREZ, M.; COLLAÇO, J. Alimentação e cultura em suas múltiplas dimensões. In. MENASCHE, R.; ALVAREZ, M.; COLLAÇO, J. (Orgs). **Dimensões socioculturais da alimentação**: diálogos latino-americanos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

MENASCHE, R.; KRONE, E. E. O Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra: história, cultura e identidade como ingredientes de um produto da terra. In: MENASCHE, R.; ALVAREZ, M.; COLLAÇO,

J (orgs.). **Dimensões socioculturais da alimentação:** diálogos latino-americanos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Argos, 2005.

NICHELE, F. S.; WAQUIL, P. D. Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções. **Ciência Rural**, v. 41, p. 2230-2235, 2011.

PASSINI, J. J.; STADUTO, J. A. R.; ROCHA, F. M.; KRETER, A. C. Evolução da Agroindústria Rural Familiar no Brasil: um olhar para a dimensão econômica. **Redes**, v. 29, n. 1, 2024.

POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

PREZOTTO, L. L. **A sustentabilidade da agricultura familiar:** implicações e perspectivas da legislação sanitária para a pequena agroindústria. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

REQUIER-DESJARDINS, D.; SALCIDO, G. T. S. Sistemas Agroalimentarios Localizados (SIAL) y circuitos cortos en América latina. In: **Construção de Mercados e Agricultura Familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2020. p. 21-52.

ROCA-SERVAT, D.; ARIAS HENAO, J. D. Reflexiones finales. Pedagogías alternativas que producen esperanza. In: ROCA-SERVAT, D.; PERDOMO-SÁNCHEZ, J. (orgs.). La lucha por los comunes y las alternativas al desarrollo frente al extractivismo: miradas desde las ecologías políticas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2020. p. 409.

SGARBI, J.; CRUZ, F. T.; PREZOTTO, L. L.; KROLOW, A. C. (Coord.). **Agroindústria familiar rural:** contribuições para o desenvolvimento agroecológico. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2007.

SAQUET, M. **Singularidades:** um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

SORBILLE, R. N. **Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária:** Orientação para Gestores de Políticas Públicas Municipais e Trabalhadores da Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2016.
<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/snvs/inclusao-produtiva/>

arquivos/9324json-file-1/@@download/file/9324json-file-1.pdf

TORREZAN, R.; CASCELLI, S. M. F.; SÁ DINIZ, J. D. de A.

Agroindústria familiar: aspectos a serem considerados na sua implantação. Brasília: Embrapa, 2017.

VENTURIN, L.; MEIRELLES, A. L. B. **Agrosociobiodiversidade:**

agroindústria familiar de base agroecológica. 2014. https://www.centroecologico.org.br/cartilhas/Agrosociobio_final_web.pdf

WAQUIL, P. D.; GAZOLLA, M.; NIEDERLE, P.; BLUME, R.;

BASTIAN, L.; SANTOS, F.; CONCHA, M. **O perfil da agroindústria rural no Brasil:** uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006. Brasília: IPEA, 2013.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro.

Agricultura familiar: realidades e perspectivas, v. 3, p. 21-55, 1999.

WILKINSON, J. Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Revista Ensaios**, v. 23, n. 2, p. 805 –825, 2002.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores:** o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 216 p.

WOORTMANN, E. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. *In*: MENEZES, M. A; GODOI, E. P. (Orgs.). **Diversidade do campesinato:** expressões e categorias. São Paulo: UNESP; NEAD, 2009. 2v.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, v. 87, p. 11-83, 1990.

ÍNDICE REMISSIVO

A

- agricultores familiares 15, 33, 51, 53, 124, 135, 140, 144, 148, 177, 178, 179, 183, 185, 187
- agricultura familiar 11, 12, 19, 20, 28, 33, 35, 48, 52, 75, 76, 117, 153, 154, 156, 159, 166, 168, 169, 170, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 197, 199, 201, 202
- agroalimentar 11, 20, 34, 37, 60, 110, 162, 171, 174, 181, 184
- agroecologia 13, 15, 19, 25, 48, 49, 50, 51, 52, 62, 117, 132, 134, 135, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 152, 199, 200
- agroecológica 13, 16, 19, 23, 25, 26, 35, 48, 50, 51, 52, 92, 124, 127, 132, 135, 138, 141, 142, 143, 145, 177, 183, 187, 192, 201
- agroecológicos 20, 24, 27, 28, 35, 36, 51, 54, 60, 148, 177, 183, 184, 201
- agroindústria familiar 11, 181, 182, 183, 184, 186, 189, 192
- agroindústrias familiares 11, 20, 29, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187
- alimento 12, 15, 30, 32, 33, 34, 81, 83, 88, 89, 90, 117, 118, 129, 134, 135, 185
- alimentos 11, 12, 16, 17, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 48, 57, 63, 81, 82, 83, 87, 88, 89, 90, 92, 116, 117, 118, 131, 132, 134, 135, 138, 142, 145, 149, 161, 163, 165, 177, 178, 184, 185, 199
- atores sociais 16, 35, 42, 43, 44, 56, 57, 58, 95, 98, 99, 100, 102, 105, 117, 177, 187

C

- campesinato 178, 189, 192
- camponeses 19, 23, 26, 51, 62, 138, 171, 177, 179
- Ciência 15, 27, 29, 55, 61, 77, 92, 116, 127, 128, 132, 141, 150, 152, 191, 197, 200
- conservação 12, 18, 19, 25, 29, 30, 32, 33, 87, 115, 116, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 140, 146, 200
- cultura 11, 17, 33, 48, 54, 55, 81, 82, 83, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93,

95, 96, 98, 100, 102, 104, 106, 107, 108, 109, 121, 138, 140,
178, 182, 183, 185, 187, 190

cultura alimentar 11, 17, 81, 82, 83, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 185

D

desenvolvimento territorial rural 12, 16, 40, 41, 45, 53, 54, 55, 58, 200

Desenvolvimento Territorial Sustentável 15, 17, 18, 27, 29, 92, 95, 96,
197, 198, 199, 200, 201, 202

G

grupos sociais 11, 15, 140, 185

I

identidades culturais 11, 18, 126

P

patrimônio territorial 11, 15, 17, 82, 83, 86, 87, 90, 91, 94, 198, 199

pesquisa-ação 12, 13, 15, 16, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 35, 36, 38, 41, 45,
46, 48, 61, 62, 63, 68, 69, 70, 72, 75, 77, 105, 109, 143, 200

pesquisa participante 15, 26, 45, 46, 60, 61, 69

pesquisa social 12, 39, 40, 43, 44, 68

política pública 15, 27, 55

R

recursos 12, 15, 17, 18, 19, 25, 26, 29, 33, 36, 54, 55, 56, 59, 83, 85,
95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 111,
115, 116, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 134, 138, 145, 146, 151,
159, 160, 167, 169, 177, 180, 184, 185, 200

S

segurança alimentar 15, 33, 116, 117, 119, 121, 123, 128, 140, 146,
148, 152, 163, 185, 199

Sociedade 15, 27, 29, 62, 94, 113, 141, 150, 197, 198, 200, 201, 202

sujeitos 11, 12, 13, 26, 27, 31, 35, 36, 39, 41, 42, 43, 49, 63, 69, 70,
73, 75, 162, 177, 183

T

Tecnologia 15, 27, 29, 55, 116, 141, 149, 150, 197, 199, 200

- território 11, 12, 15, 17, 18, 19, 20, 25, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 59, 61, 63, 70, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 133, 156, 160, 177, 178, 184, 185, 187, 189
- territórios 11, 12, 15, 17, 20, 29, 34, 36, 38, 39, 40, 49, 50, 51, 56, 63, 64, 70, 75, 77, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 95, 96, 101, 103, 104, 107, 111, 120, 123, 124, 125, 126, 134, 138, 141, 142, 145, 146, 148, 167, 177, 178, 182, 184, 185, 186, 187, 202
- trabalho 20, 27, 29, 30, 33, 36, 44, 47, 50, 52, 56, 57, 65, 68, 100, 117, 121, 135, 143, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 167, 168, 171, 177, 178, 179, 182, 183, 185, 186
- transformação social 12, 50, 98

SOBRE OS AUTORES

Aline Lima Gomes

Graduada em Agronomia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018), mestre em Agronomia pela mesma instituição (2021) e, atualmente, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPG Made) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com ingresso em 2023. Possui experiência na área de Agronomia, com ênfase em qualidade do solo, manejo sustentável, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e certificação de produção orgânica, atuando tanto em processos de auditoria quanto em certificação participativa. Participou de projetos de extensão de destaque, como Paraná Mais Orgânico, NAPI Alimento e Território e Compra Coletiva da Rede Anunciação de Agroecologia (RAA). Atualmente, desenvolve pesquisa nos temas: agricultura familiar, circuitos curtos de comercialização e economia ecológica.

E-mail: aline.lima.gomes2014@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2643-1533>

Antônio Marcio Haliski

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Titular do Curso de Licenciatura em Geografia (UFPR LITORAL), do Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade do Instituto Federal do Paraná (PPGCTS) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (PPGEO). Desenvolve pesquisas na área Desenvolvimento Territorial, Arranjos Produtivos Locais, Campo e Campesinato. E-mail: antoniohaliski@ufpr.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8373-8796>

Camila Arielle Bufato Moreira

Graduada em Gestão Ambiental (UFPR). Doutora em Engenharia Ambiental (PPGEA/UFPR). Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS/

UFPR). Bolsista PDPG/CAPES. Desenvolve pesquisas nos temas: ciências ambientais, poluição atmosférica, planejamento urbano, desenvolvimento territorial e patrimônio territorial. E-mail: camilabufato@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6355-9168>

César Andrés Alzate Hoyos

Formado na Universidad Tecnológica de Pereira, Colômbia (2010) no programa de Gestão Ambiental. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Presidente Prudente (Conceito Capes 7). Também realizou um estágio de pesquisa na Università degli Studi di Torino, Itália. É doutor em Geogra a pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Presidente Prudente, e participa do grupo de pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), na linha de pesquisa Produção do Espaço Urbano. Realizou estágio de pesquisa na Faculty of Agriculture da Kyoto University, no Japão, desenvolvendo a pesquisa “Alternative Food Networks in Japan: a Rural Urban Dialectic”. Participou do Laboratório de Estudos do Espaço Rural (LabRural) e do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF) da UFSC. É bolsista pós-doutorado júnior – PDJ – do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no programa Sociedade, Cultura e Fronteiras – UNIOESTE. E-mail: csalzate@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3731-018X>

Cintia Virginia de Campos

Graduada em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Graduada em Filosofia pela Universidade Federal de São João Del Rei. Atualmente é mestranda no programa de pós-graduação es Desenvolvimento Territorial Sustentável na UFPR, setor Litoral e bolsista de apoio técnico na equipe de pesquisa do projeto NAPI Alimento e Território, com atuação nas comunidades tradicionais do Litoral do Paraná. E-mail: cintiacampos@ufpr.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8622-0216>

Cristiane Maria Tonetto Godoy

Graduada em Agronomia (Universidade Federal de Santa Maria, 2009).
Mestra em Extensão Rural (Universidade Federal de Santa Maria, 2011).
Doutora em Extensão Rural (Universidade Federal de Santa Maria, 2015).
Bolsista de apoio técnico na equipe de pesquisa do projeto NAPI Alimento e Território, com atuação com a agricultura familiar do Sudoeste do Paraná. Desenvolve pesquisas na área de agricultura familiar, agroecologia, mulheres, jovens e idosos rurais, desenvolvimento rural sustentável. E-mail: cristianegodoy@utfpr.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6150-9976>

Diomar Augusto de Quadros

Graduado em Nutrição (FIES). Mestre em Tecnologia de Alimentos (UFPR). Doutor em Alimentos e Nutrição (UNICAMP). Professor Titular do Curso de Tecnologia em Agroecologia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor Litoral (UFPR Litoral). Desenvolve pesquisas na área de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial Sustentável, com ênfase em Alimentação e Nutrição, atuando principalmente nos seguintes temas: soberania e segurança alimentar e nutricional, agroecologia, alimentação escolar, análise sensorial, controle de qualidade de alimentos, desenvolvimento de produtos e tecnologia de alimentos, agricultura familiar, meliponicultura, pesca artesanal e patrimônio territorial. E-mail: diomar@ufpr.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0714-4077>

Evandro Cardoso do Nascimento

Historiador. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Pós-doutorado em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS/UFPR). Bolsista PDPG/CAPES. Professor no Instituto Superior do Litoral do Paraná (ISULPAR Paranaguá) e no Serviço Social do Comércio (SESC Caiobá). Atua como editor adjunto na Guaju: Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável e desenvolve pesquisas no campo da História Ambiental, Ensino de História e Patrimônio Territorial. E-mail: evandrohistoria@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9197-6372>

Jean Filipe Favaro

Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2015). Mestre e Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2018, 2023). Bolsista PDJ da Fundação Araucária, atuando no NAPI Alimento e Território. Desenvolve produções intelectuais sobre as relações entre sociedade e natureza, territorialidades e a cosmopolítica dos coletivos afro-brasileiros. E-mail: jeanfilipe.favaro93@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4892-6497>

Jéssica Puhl Croda

Engenheira Florestal (UFSM). Doutora em Engenharia Florestal (PPGEF/UFSM). Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTs/UFPR). Bolsista PDJ da Fundação Araucária, atuando no projeto NAPI Alimento e Território no Litoral do Paraná. Realiza pesquisas nos temas: sistemas agroflorestais, agroecologia, pesquisa-ação, metodologias participativas, desenvolvimento territorial rural, ativos e recursos territoriais. E-mail: jessicapcroda@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2752-5053>

Joel Donazzolo

Graduado em Agronomia (UFSM). Mestre em Agronomia (UFSM). Doutor em Recursos Genéticos Vegetais (UFSC). Professor Titular do Curso de Agronomia e do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Dois Vizinhos. Desenvolve pesquisas na área uso, manejo e conservação da agrobiodiversidade, e em agroecologia, com ênfase em sistemas agroflorestais. E-mail: joel@utfpr.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6331-0378>

Marcel Chukewiski Jamil

Graduado em Agronomia (UTFPR). Mestrando em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS/IFPR). Bolsista NAPI Alimento e Território. Desenvolve pesquisas nos temas: agroecologia, sistemas agrorestais,

tecnologias sociais e desenvolvimento rural sustentável no litoral do Paraná.

E-mail: marcelchuke@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3298-6415>

Marcos Aurelio Saquet

Licenciado em Geografia pela UNIJUÍ; Mestre em Geografia pela UFSC e doutor em Geografia pela UNESP, todas universidades brasileiras; pós doutor pelo Politécnico e Università di Torino, Itália. Professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, onde leciona nos cursos de graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado), bem como no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (mestrado e doutorado); também é professor credenciado no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, da UFPR – Setor Litoral. Coordenador do NAPI Alimento e Território, financiado pela Fundação Araucária, Paraná, Brasil. E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3435-8428>

Melissa Salinas Ruiz

Bacharel em Direito (UNIOESTE) e Letras (UNINTER). Mestre e Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE). Bolsista PDJ da Fundação Araucária atuando no NAPI Alimento e Território. Os principais temas de pesquisa estão voltados para os estudos de gênero, estudos literários e a área da educação. E-mail: melissa.salinas.ruiz@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7093-3215>

Paulo Rogério Lopes

Graduado em biologia e agronomia. Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (UFSCar). Doutor em Ciências (USP). Professor do Curso de Agroecologia e Licenciatura em Educação do campo (UFPR Litoral) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS/UFPR). Desenvolve pesquisas na área Agroecologia, reforma agrária, agricultura familiar, transição agroecológica, educação do campo e sistemas agroecológicos. E-mail: agroecologialopes@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1454-7202>

Serinei César Grigolo

Graduado e Mestre em Agronomia (UFPel). Doutor em Extensão Rural (UFSM). Professor Titular da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Dois Vizinhos. Desenvolve pesquisas nos temas: Extensão e Desenvolvimento Rural; Agrobiodiversidade; Cadeias Produtivas Alternativas. E-mail: serineicgrigolo@utfpr.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6491-5598>

Thomaz Boschetto Matoso

Graduado em Oceanografia (UFPR). Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável (UFPR). Foi Bolsista Demanda Social CAPES. E-mail: thomazmat@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5540-668X>

Valdir Frigo Denardin

Graduado em Ciências Econômicas (UFSM). Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) com pós-doutorado no Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces – LADYSS (Université Paris Ouest, França). Professor Titular da UFPR – Setor Litoral. Docente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) e Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE). Desenvolve pesquisas nos temas: economia ecológica, agricultura familiar, desenvolvimento territorial, territórios sustentáveis, ecodesenvolvimento e litoral do Paraná. E-mail: valdirfd@ufpr.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8074-6544>

Alimento e território são eixos centrais para compreender as relações que sustentam comunidades, culturas e modos de vida. Este livro nasce do NAPI Alimento e Território, projeto que articula universidades, pesquisadores e grupos sociais do Paraná na produção colaborativa de conhecimento voltado ao desenvolvimento territorial sustentável. A obra apresenta os fundamentos teóricos e metodológicos que orientam essa atuação: pesquisa-ação participativa, agroecologia, patrimônio territorial, segurança alimentar e a valorização dos recursos e ativos dos territórios. Esses referenciais, amplamente utilizados em contextos nacionais e internacionais, permitem compreender realidades locais e mobilizar coletivos para transformações concretas. Organizado em nove capítulos, o livro aborda temas como cultura alimentar, agrobiodiversidade, transição agroecológica, impactos do sistema agroalimentar global e o papel das agroindústrias familiares na geração de identidade, renda e inovação. Cada capítulo revela como saberes acadêmicos e tradicionais se complementam na construção de práticas mais sustentáveis, democráticas e enraizadas nos territórios. Mais do que descrever conceitos, a obra mostra como eles se tornam ferramentas vivas quando aplicados em comunidades rurais e urbanas, fortalecendo vínculos, ampliando autonomia e consolidando redes locais de produção e consumo. “Alimento e Território: bases teóricas e metodológicas” é uma leitura essencial para quem deseja compreender e apoiar processos de transformação territorial construídos a partir das pessoas, de seus saberes e de seus lugares.

ISBN 978-656135197-3



9

786561

351973

